

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA DE APLICAÇÃO MONSENHOR
CELSO, PRIMEIRA INSTITUIÇÃO OFICIAL PARA EDUCAÇÃO
INFANTIL DO MUNICÍPIO DE ASTORGA/PR: EM DESTAQUE O
CURRÍCULO PRÉ-ESCOLAR (1972 - 1974)**

MARIA MIDURI NODAK WANISHI

**MARINGÁ
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

W247h Wanishi, Maria Miduri Nodak
História e memória da Escola de Aplicação Monsenhor Celso, primeira instituição oficial para educação infantil do município de Astorga/PR: em destaque o Currículo pré-escolar (1972-1974) / Maria Miduri Nodak Wanishi. -- Maringá, 2017.
131. : il., color., figs., tabs., grafs., fotos.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Elaine Rodrigues.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação - Área de Concentração: Educação, 2017.

1. Currículo. 2. História e Historiografia da Educação. 3. Escola de Aplicação Monsenhor Celso. 4. Pré-Escolar. 5. Memória Educacional/Escolar. I. Rodrigues, Elaine, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação - Área de Concentração: Educação. III. Título.

CDD 21.ed. 370.9

AHS

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA DE APLICAÇÃO MONSENHOR CELSO,
PRIMEIRA INSTITUIÇÃO OFICIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO
DE ASTORGA/PR: EM DESTAQUE O CURRÍCULO PRÉ-ESCOLAR (1972 - 1974)**

Dissertação apresentada por MARIA MIDURI NODAK WANISHI, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:

Prof^(a). Dr^a.: ELAINE RODRIGUES.

MARIA MIDURI NODAK WANISHI

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA DE APLICAÇÃO MONSENHOR CELSO,
PRIMEIRA INSTITUIÇÃO OFICIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO
DE ASTORGA/PR: EM DESTAQUE O CURRÍCULO PRÉ-ESCOLAR (1972 - 1974)**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Elaine Rodrigues – UEM (orientadora)

Prof^a. Dra. Elizabeth Figueiredo de Sá – UFMT

Prof^a. Dra. Maria Cristina Gomes Machado – UEM

Prof^a. Dra. Ednéia Regina Rossi – UEM

Maringá/Pr, 27/04/2017

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar comigo em todos os momentos de minha vida.

A Nossa Senhora Aparecida, a quem sempre recorri em minhas necessidades. Obrigada por esse amor, por guiar e iluminar meus passos, minha Mãe querida, busco proteção em seu Manto Sagrado para que eu possa seguir minha jornada com sua bênção.

Ao meu companheiro Wilson Yukio, pela compreensão, paciência e parceria. O seu incentivo me encorajou a acreditar que sou capaz. Obrigada por entender os momentos de minha ausência, companheiro de estrada nas idas e vindas do Mestrado.

Ao meu amado filho Bruno, por entender quando eu respondia, agora não posso, preciso estudar. Compreendeu a minha ausência e da sua maneira, ajudou-me a realizar as leituras.

Aos meus pais, sogros, irmãos, irmãs, cunhadas, cunhados e sobrinhos por entenderem minha falta nos encontros de família.

A Neuza Maria Julião Fortunato, Diretora do Departamento de Educação, pelo apoio, incentivo e confiança de sempre. Por disponibilizar o acervo documental e histórico do município de Astorga para a realização desta pesquisa. Serei eternamente grata.

A Andréa Cristina Berto de Lima, companheira de setor, pelo incentivo e parceria.

A Elena Pericin Gomes Cornicelli, pela compreensão, paciência, sabedoria e parceria.

A Gislene Fabri Oliveira por me ajudar na digitalização das imagens e gráficos.

A Sueli Ferrari pela sabedoria e rapidez no auxílio das fontes vivas e documentais.

A Aparecida Garcia pela disposição e empenho das fontes e documentos relacionados a Educação Infantil de Astorga.

Aos colegas de trabalho do Departamento de Educação de Astorga, Marlu, Rita, Daíse, Vilma, Lúcia, Nena, Rafaela, Sônia, Carla, Ivan, Silvana, Dona Cida, Adriano, Josiane, Márcia, Maria Inês, Jocélia, Simone, Juliana, Cibele e Maria Amélia pela torcida e incentivo.

A Faculdade Astorga por abrirem possibilidades de estudo, em especial a Professora Eliza Fantato Encinas.

A Escola Municipal Monsenhor Celso, pela disponibilização dos documentos, especialmente Adriana Cristina Carlos Pucillo.

As professoras entrevistadas, Terezinha Caetano Goulart Silva, Vânia Lourdes Pinto Barduzzi, Nanci Lembi Balarotti, Maria Corina Balarotti Podanoschi, Maria da Penha Reis Furtado e Célia Maria Barroso Premebida. Gratas pela atenção, carinho, disponibilidade e incentivo. Amigas que encontrei nessa trajetória do mestrado.

A Secretaria do PPE, Hugo e Márcia pela atenção e competência.

As amigas de mestrado, Priscila Bondarengo, Núbia Carla Ferreira Cabau, Amanda Marconi e Ivanilda de Almeida Meira (Nones) pelos momentos de alegria, apreensão, dúvidas e companheirismo. Amei conhecê-las.

As professoras Dr^a Ednéia Regina Rossi, Dr^a Elizabeth Figueiredo de Sá e Dr^a. Maria Cristina Gomes Machado, pelos conhecimentos transmitidos. Professoras carinhosas e educadas que admiro e respeito.

A minha orientadora, professora Dr^a Elaine Rodrigues, pela competência, paciência, carinho e humanidade. Um exemplo de mãe e profissional maravilhosa. Agradeço a Deus por colocá-la em minha vida e a maneira de agradecê-la é pedir proteção para que tenha muita paz e saúde sempre. Muito obrigada a todos!

WANISHI, Maria Miduri Nodak. **HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA DE APLICAÇÃO MONSENHOR CELSO, PRIMEIRA INSTITUIÇÃO OFICIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE ASTORGA/PR: EM DESTAQUE O CURRÍCULO PRÉ-ESCOLAR (1972 - 1974)**. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Elaine Rodrigues. Maringá, 2017.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é o de escrever uma história e memória para a Escola de Aplicação Monsenhor Celso, primeira instituição oficial de educação infantil do município de Astorga/Pr, com destaque para o currículo do pré-escolar. O recorte temporal se fez com base no ano de 1972, período de instalação do pré-escolar na Escola de Aplicação Monsenhor Celso e o plano curricular em 1974. O recorte espacial delimita-se ao município de Astorga/PR, por ser polo aglutinador de oito municípios circunvizinhos. A problemática configurou-se a partir dos seguintes questionamentos: Como surgiu a Escola de Aplicação Monsenhor Celso? Quais atores sociais atuaram para sua criação? Nos primeiros anos de funcionamento como era a estrutura física? Como foi o início do pré-escolar nessa instituição? Como ocorria a prática pedagógica? Qual o currículo seguido? Para responder essas questões foi utilizado como procedimento metodológico entrevistas semi-estruturadas, que se desdobraram como fontes privilegiadas para o desvendar do problema de pesquisa, o que não dispensou a análise de outros vestígios, sendo estes, Ata da Associação de Pais e Professores; Processo de Autorização de Funcionamento; Fichas de Matrículas; Ficha de avaliação; Plano Curricular; Arquivos iconográficos; Livro memorialístico. A materialização da pesquisa está definida da seguinte maneira: A primeira seção, a introdução se atenta em apresentar a finalidade da pesquisa, as fontes de pesquisa, bem como os autores que a fundamentam. As discussões se inserem no campo da História e Historiografia da Educação, o amparo teórico pauta-se em Le Goff (1990), Bloch (2001) e Thompson (2002). A história do município de Astorga, as propostas em torno da Educação Infantil até a Escola de Aplicação Monsenhor Celso foi o tema proposto na segunda seção. Na terceira seção, a compreensão da instalação do pré-escolar, os atores que vivenciaram o período do recorte estabelecido e as práticas pedagógicas adotadas pela instituição. Na seção quatro, a intenção foi conhecer os alunos que frequentaram a turma do pré-escolar, demonstrando quem esse curso estava educando. Na quinta seção, interpretamos o currículo oficial proposto ao ensino pré-escolar de 1974. A pergunta chave desta seção é: qual o currículo adotado na turma do pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso em 1974? Para a discussão sobre o currículo autores como Goodson (1995), Silva (1995) e Souza (2008) contribuíram com o debate. Os resultados da pesquisa permitem afirmar que a fundação e manutenção da instituição em estudo, vivenciou um caminho complexo e moroso.

Palavras-chave: Currículo. História e Historiografia da Educação. Escola de Aplicação Monsenhor Celso. Pré-Escolar. Memória Educacional/Escolar.

WANISHI, Maria Miduri Nodak. **HISTORY AND MEMORY OF THE SCHOOL OF APPLICATION MONSENHOR CELSO, FIRST OFFICIAL INSTITUTION FOR CHILDREN EDUCATION OF THE MUNICIPALITY OF ASTORGA/PR: IN HIGHLIGHT THE PRE-SCHOOL CURRICULUM (1972-1974)**. 2017. 131 p. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá-PR. Advisor: Elaine Rodrigues. Maringá-PR, 2017.

ABSTRACT

The purpose of this research is to write a history and memory for the School of Application Monsenhor Celso, the first official institution of early childhood education in the city of Astorga / Pr, with emphasis on the pre-school curriculum. The temporal snippet was fulfilled based on the year 1972, the period of pre-school in the Monsenhor Celso School and the curricular plan in 1974. The spatial snippet is bounded to the county of Astorga / PR, as it is the hub of eight surrounding municipalities. The problematic was based on the following questions: How did the School of Application Monsignor Celso arise? Which social actors acted for its creation? In the early years of operation how was the physical structure? How was the beginning of preschool in this institution? How did pedagogical practice occur? What was the followed curriculum? To answer these questions was used as methodological procedure semi-structured interviews, which unfolded as privileged sources to unravel the research problem, which did not dispense the analysis of other traces, which are: Minutes of the Association of Parents and Teachers; Authorization Process for Operation; License Plates; Evaluation Sheet; Curricular Plan; Iconographic Files; Memorial Book. The materialization of the research is defined as follows: in the first section, the introduction is focused on presenting the purpose of the research, the sources of research, as well as the authors that support it. The discussions fall within the field of History and Historiography of Education, the theoretical support is based on Le Goff (1990), Bloch (2001) and Thompson (2002). The history of the Astorga county, the proposals around Infant Education up to the School of Application Monsenhor Celso was the theme proposed in the second section. In the third section, the understanding of the installation of the preschool, the actors who experienced the period of the established snippet and the pedagogical practices which were adopted by the institution. In the section 4, the intention was to meet the students who attended the preschool class, demonstrating who this course was educating. In the fifth section, we interpret the official curriculum which was proposed for pre-school education in 1974. The key question in this section is: What was the curriculum adopted in the pre-school class of the School of Application Monsignor Celso in 1974? For the discussion about the curriculum, authors such as Goodson (1995), Silva (1995) and Souza (2008) contributed to the debate. The results of the research allow us to affirm that the foundation and maintenance of the institution under study have experienced a complex and time-consuming path.

Keywords: Curriculum. History and Historiography of Education. School of Application Monsenhor Celso. Preschool. Educational/School Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Mapa de Astorga.....	26
Figura 2:	Limites do Município de Astorga.....	28
Figura 3:	Madreira responsável pelo desenvolvimento do Município.....	30
Figura 4:	Astorga no início da Colonização.....	31
Figura 5:	Igreja Católica de Astorga.....	32
Figura 6:	Primeiro Grupo Escolar do Município de Astorga.....	34
Figura 7:	Professoras Normalistas da Escola de Aplicação Monsenhor Celso	38
Figura 8:	Sala Improvisada do Pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso.....	41
Figura 9:	Esboço da Planta da Escola de Aplicação Monsenhor Celso.....	44
Figura 10:	Área Construída.....	45
Figura 11:	Esboço da Planta baixa da sala de aula do Pré-escolar.....	46
Figura 12:	Nova Sala de aula do pré-escolar.....	47
Figura 13:	Caderno de casa de ex-aluno do Pré-escolar do ano de 1974.....	77
Figura 14:	Caderno de casa de ex-aluno do Pré-escolar do ano de 1974.....	77
Figura 15:	Atividade pedagógica de ex-aluno do Pré-escolar.....	80
Figura 16:	Atividade pedagógica de ex-aluno do Pré-escolar.....	82
Figura 17:	Atividade pedagógica de ex-aluno do Pré-escolar.....	83
Figura 18:	Atividade pedagógica de ex-aluno do Pré-escolar.....	84
Figura 19:	Caderno de casa de ex-aluno do Pré-escolar do ano de 1974.....	86
Figura 20:	Caderno de casa de ex-aluno do Pré-escolar do ano de 1974.....	87
Figura 21:	Atividade pedagógica de ex-aluno do Pré-escolar.....	88
Figura 22:	Atividade pedagógica de ex-aluno do Pré-escolar.....	90
Figura 23:	Atividade pedagógica de ex-aluno do Pré-escolar.....	94
Figura 24:	Atividade pedagógica de ex-aluno do Pré-escolar.....	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Meninos e meninas que nasceram entre os anos de 1966 a 1971.	56
Gráfico 2:	Quem cuida da criança?.....	57
Gráfico 3:	Percentual de crianças que moram em casas e ou apartamento....	59
Gráfico 4:	Percentual de crianças que recebem orientação religiosa em casa	60
Gráfico 5:	Quais suas histórias preferidas?.....	61
Gráfico 6:	Crianças que assistem ao programa “Vila Sésamo” com atenção e interesse.....	62
Gráfico 7:	Crianças que ouvem leitura em casa.....	64
Gráfico 8:	Quem lê para a criança?.....	64
Gráfico 9:	Quais seus programas prediletos?.....	65
Gráfico 10:	Percentual de pessoas que assistem televisão.....	66
Gráfico 11:	Hábitos e conhecimentos que os pais esperam que seu filho (a) adquira durante o ano em que frequentar o pré-escolar.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Constituição da primeira A.P.P. da Escola de Aplicação Monsenhor Celso.....	43
Tabela 2:	Materiais da sala do Pré-escolar.....	48
Tabela 3:	Evolução da urbanização no município de Astorga.....	58
Tabela 4:	População economicamente ativa no município de Astorga.....	58
Tabela 5:	Índices demográficos do município de Astorga.....	60
Tabela 6:	Índices de analfabetismo no município de Astorga.....	65

SUMÁRIO

	MEMORIAL.....	12
1	INTRODUÇÃO.....	17
2	CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ASTORGA-PR E A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA.....	24
2.1	MUNICÍPIO DE ASTORGA: HISTÓRIA E MEMÓRIA.....	24
2.2	A EDUCAÇÃO EM ASTORGA.....	33
2.2.1	Escolas de Educação Infantil em Astorga.....	35
2.2.2	Escola de Aplicação Monsenhor Celso.....	36
3	A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR NA ESCOLA DE APLICAÇÃO MONSENHOR CELSO.....	40
3.1	A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR.....	42
3.2	MEMÓRIAS DE PROFESSORAS SOBRE O COTIDIANO E METODOLOGIA ESCOLAR.....	48
3.3	ORGANIZAÇÃO DOS SABERES ESCOLARES.....	52
4	LEMBRANÇA ESCOLAR: OS ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR.....	55
5	PLANO CURRICULAR DO PRÉ-ESCOLAR.....	69
5.1	CURRÍCULO NO ESTADO DO PARANÁ APÓS A LEI Nº 5.692/71.....	73
5.2	PLANO CURRICULAR DO PRÉ-ESCOLAR DA ESCOLA DE APLICAÇÃO MONSENHOR CELSO.....	75
5.3	MATÉRIA: INTEGRAÇÃO SOCIAL. ÁREA: ESTUDOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA.....	79
5.4	MATÉRIA: COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO. ÁREA: LÍNGUA PORTUGUESA.....	81
5.5	MATÉRIA: INICIAÇÃO A CIÊNCIAS. ÁREA: MATEMÁTICA.....	85
5.6	MATÉRIA: COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO. ÁREA: EDUCAÇÃO FÍSICA E RECREAÇÃO.....	89
5.7	MATÉRIA: COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO. ÁREA: ARTES PLÁSTICAS.....	91

5.8	MATÉRIA: COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO. ÁREA: EDUCAÇÃO MUSICAL.....	92
5.9	MATÉRIA: INTEGRAÇÃO SOCIAL. ÁREA: SAÚDE.....	94
5.10	MATÉRIA: INICIAÇÃO AS CIÊNCIAS. ÁREA: CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS.....	95
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
	REFERÊNCIAS.....	102
	APÊNDICES.....	106
	ANEXOS.....	116

MEMORIAL

Como princípio à solidificação de um objetivo, proponho-me a conscientizar-me, sobretudo das dificuldades, dúvidas, inseguranças e incertezas que um mestrado desencadeia. Isso porque, o caminho é intenso e a busca pelo conhecimento exige empenho, perseverança, dedicação e renúncia. Eis o caminho percorrido.

Acima de tudo, compreender que o conhecimento é constante e não se limita apenas às apropriações de teorias e encaminhamentos metodológicos e que se constituem por meio de uma série de vivências e experiências que fizeram, fazem e farão parte da minha vida acadêmica e profissional, é essencialmente imprescindível para o processo de aprendizagem. Assim, fazer parte do Programa de Mestrado em Educação foi uma escolha, primeiramente pessoal, de início eu considerava esse “sonho” muito distante.

A procura pelo conhecimento inicia-se quando ingressei no Curso Superior, aos 17 anos de idade, na Universidade Estadual de Maringá, no Curso de Direito. Ao término do primeiro ano, percebi que as disciplinas concluídas deixavam lacunas, um vazio que me incomodava e desmotivava. Então, movida pelo entusiasmo de conhecer outro país (Japão), uma nova cultura, mesmo sendo descendente, decidi trancar a matrícula na Universidade e ir em busca desse “novo”, que me afastou dos bancos escolares por 15 anos. Ao retornar ao Brasil, percebi que, apesar de conhecer e vivenciar diariamente uma nova cultura, sentia-me totalmente desinformada e, imediatamente, brotou em mim, mais uma vez, o sentimento de ir ao encontro de conhecimentos que me permitissem compreender e desvendar aquilo que eu almejava. Decidi retornar à academia. Defrontei-me, porém, com um fato, que à primeira vista era um obstáculo. Mas, após a caminhada, percebi o quanto foi enriquecedor para minha vida acadêmica e profissional, vamos ao fato: Ao fazer a escolha de residir em Astorga, cidade do meu esposo, deparei-me com uma Instituição de Ensino Superior que oferecia apenas dois cursos – Administração e Pedagogia, acabei optando por cursar Pedagogia, não ao acaso.

Minha formação aconteceu entre os anos de 2005 a 2008. Confesso que, de início, muitos questionamentos surgiram: Identificar-me-ei com o curso? As disciplinas corresponderão as minhas perspectivas? E diante de tantas dúvidas,

devido aos anos afastada dos estudos, fiquei demasiadamente “perdida”, mas, com o tempo, adaptei-me. O interessante, no decorrer da formação, era a ansiedade em torno da busca do conhecimento diário, no momento das aulas. Diferente da primeira experiência acadêmica no curso de Direito, na Pedagogia, os professores transmitiam uma visão totalmente diferente da que então eu conhecia, sendo contagiante.

Por conseguinte, as aulas de Filosofia, Psicologia e Educação, Sociologia e História da Educação foram um verdadeiro mergulho ao desconhecido, pois era uma tentativa de compreender os pensadores, educadores e teóricos da educação, não somente ao que se refere à aprendizagem, mas, sobretudo em conhecer a história da educação sob um novo viés.

Ao ser apresentada à disciplina de História da Educação, senti-me inquieta, pois as vertentes apresentadas passaram a ser insuficientes. Passei, então, a indagar o processo educativo e escolar pelo qual a humanidade atravessou. Queria encontrar caminhos que permitissem novos conhecimentos em relação à História da Educação.

Ao final do curso, no momento da escolha do tema para o trabalho de conclusão de curso, não hesitei em investigar a concepção de infância, tendo como principal autor, Philippe Ariés (2006).

Com a graduação concluída, o segundo passo, diante das possibilidades do momento foi cursar Especialização em Educação Especial, simultaneamente ao ingresso na rotina dos Centros Municipais de Educação Infantil. Minha identificação foi imediata!

Mais tarde, surgiu a oportunidade de experiência como docente no Ensino Superior. Essa possibilidade fez-me pensar em ingressar no Programa de Mestrado. A primeira tentativa foi no ano de 2012, quando passei na prova escrita, todavia, fiquei como Suplente. Nesse período fui aluna não regular na disciplina de História da Educação no Brasil, com as professoras Elaine Rodrigues e Fátima Maria Neves, no primeiro semestre de 2013.

Neste instante, reporto-me aos primeiros dias de aula no mestrado, que de início causou-me um “susto”, pois a premissa da não existência de um passado “puro”, e sim sob a visão de quem a interpreta, deixou-me “confusa”. Despertou-me, contudo, a vontade de aprender e descobrir o que era desconhecido, a Escola dos Anales e as categorias abordadas pelos autores da Nova História.

Com o decorrer das aulas, passei a entender que o Historiador da Educação escreve uma história com base em um conjunto de fontes. Foi possível discutir o campo da história e relacioná-la, buscando uma compreensão da construção no campo da história da educação.

Ora, se na graduação, a disciplina de História gerou dúvidas, as aulas do mestrado causavam uma angústia, por desconstruir em mim a imagem do conhecimento acabado. Recordo-me que após as aulas, sobre meus pensamentos e reflexões, pairava a inexistência de verdades prontas, e sim, abordagens teóricas que permitiam discutir o campo da história, relacioná-la, e compreender a construção no campo da história da educação.

No segundo semestre de 2013, matriculei-me na disciplina Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação II, ministrada pelas professoras Elaine Rodrigues e Maria Cristina Gomes Machado. Reporto-me, novamente, ao primeiro dia de aula, quando as professoras enfocavam que, os autores estudados seriam os do período da modernidade. Percebi, neste momento, que os conflitos aumentariam e, sair da “zona de conforto” seria inevitável, desconstruindo e construindo a todo o momento. Recordo-me que a professora Elaine iniciou a aula do segundo semestre indagando: Em que época histórica esse autor escreveu? A partir disso, percebi então, que é fundamental entender em que período histórico o autor do texto está inserido.

Tentei novamente o processo de seleção do mestrado no ano de 2014 e, no momento da entrevista, notei o quanto minhas discussões necessitavam de referenciais teóricos metodológicos melhor delineados. Assim, comecei a investigar temas que fossem relevantes para a História da Educação no Brasil, com o intuito de viabilizar o tão sonhado passaporte como aluna regular do Programa de Mestrado em Educação, pela Universidade Estadual de Maringá.

Com as experiências adquiridas na profissão, como Assessora Pedagógica da Educação Infantil, no município de Astorga e com o conhecimento ofertado nas aulas de mestrado, fui buscando temas voltados para a Educação Infantil, a prática cotidiana me levou a ter contato com o que pretendia aprimorar e que considero principal para a tomada de decisão para o tema da minha pesquisa – o Manual para os Jardins de Infância: Ligeira Compilação pelo Dr. Menezes Vieira – 1882 de Maria Helena Câmara Bastos, referência em Jardins de Infância e autora de diversos textos estudados nas disciplinas do mestrado.

Confesso que me “apaixonei” imediatamente pela temática e defini que seria com esse assunto que me inscreveria para a turma de 2015. Assim, debruicei-me com afinco ao estudo do primeiro manual destinado aos professores do jardim de infância. Satisfeita com o meu desempenho na etapa de classificação, ingressei no Mestrado em 2015.

Compreender o fazer historiográfico pelo viés da Nova História Cultural, o ofício do historiador que dialoga com suas fontes e, em especial, em apropriar-me de conceitos para produzir uma história da educação, de acordo com o referencial teórico metodológico nessa perspectiva, foi uma das provocações.

Dessa forma, entendi que o campo da História é complexo, de controvérsias, desafios e interrogações, nas palavras de Le Goff (1990), os próprios historiadores estão em um mundo em crise, de um lado, os historiadores “tradicionais”, e de outro, os que se orientam pela nova história. Nesse momento, faço menção às aulas da disciplina Fundamentos da Pesquisa em História da Educação, que possibilitou discutir o campo da história e relacioná-la com o objetivo de compreender a construção no campo da história da educação. Dessa forma, vale mencionar a contribuição de Bourdieu (2004, p. 27) e sua teoria dos campos. “Os campos são os lugares de relações de força que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Um campo não se orienta totalmente ao acaso. Nem tudo nele é igualmente possível e impossível em cada momento”.

Na disciplina em questão, a professora Ednéia Regina Rossi assinalou que é necessário entender o próprio campo da historiografia, pois a história é um texto escrito, que vai compreender o passado, negando as suas ausências. O historiador, quando produz uma história, tem uma intencionalidade ao pesquisar. Assim, lugares de memória devem fazer parte da vida do historiador.

Juntas, eu e minha orientadora, professora Elaine Rodrigues, construímos o tema que foi ganhando contorno, caminhos ávidos foram percorridos na busca de uma direção. Para a definição do estudo a ser pesquisado, foram necessários vários encontros. E, como o interesse era o de pesquisar sobre jardins de infância, despertados pelo livro de Maria Helena Câmara Bastos, fui orientada a investigar a história e memória de escolas de educação infantil, do município de Astorga.

Sinalizo a importância do Grupo de pesquisa HEDUCULTES, que contribuiu de forma significativa para a escolha do tema, pois as discussões apresentadas nos encontros ofereceram suporte para a pesquisa.

Desse modo, iniciei a busca por vestígios pelas escolas do município, até chegar a Escola de Aplicação Monsenhor Celso, a primeira escola pública de educação infantil, oficial da cidade, onde encontrei um emaranhado de informações, resquícios encontrados que se assemelhavam a um quebra cabeças e que, pouco a pouco, foi ganhando contornos e formas. A vontade de desenvolver esse estudo aumentava, à medida que eu dialogava com as fontes. Nas palavras de Le Goff (1990, p. 463), “O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos”.

A cada fonte documental encontrada, tinha um motivo de comemoração, pois a busca por vestígios não é tarefa fácil, pela inexistência periódica de registros escritos, já que não temos como cultura a preservação de fontes. Nesse mergulhar, a paixão pelo universo da educação infantil duplicou, direcionando o foco da minha investigação, com a intenção neste estudo, de deixar registrada a História e Memória do Jardim de Infância da Escola de Aplicação Monsenhor Celso.

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa se situa no campo da História e Historiografia da Educação e tem por objeto, investigarmos a história da Educação Infantil do Município de Astorga. O *locus* de investigação é o Jardim de Infância da Escola de Aplicação Monsenhor Celso. A delimitação temporal inicia-se em 1972, ano de criação, e se estende ao plano curricular oficial em 1974. Em 1997 a escola passou a denominar-se Escola Municipal Monsenhor Celso – Educação Infantil e Ensino Fundamental¹. Foi à primeira Instituição oficial e pública de Ensino Jardim de Infância.

Estudos e reflexões realizadas no grupo de pesquisa História da Educação Brasileira, Instituições e Cultura Escolar – HEDUCULTES², da Universidade Estadual de Maringá, cujas pesquisas estão vinculadas às Instituições educativas e à Cultura Escolar, permitiu que o interesse pelo tema surgisse. Tais discussões foram a pedra angular para buscarmos, nos arquivos da Escola Monsenhor Celso, as fontes para a investigação. Atualmente, a pesquisadora faz parte da Assessoria Pedagógica da Educação Infantil do Departamento de Educação do Município de Astorga e, o convívio diário com as práticas educativas, desenvolvidas com crianças pequenas, de zero a cinco anos, nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs fortaleceu o foco da investigação.

Justificamos a escolha desse tema pelo fato da referida escola, desde a sua implantação, há mais de 40 anos, ainda não ter sido objeto de uma pesquisa de caráter histórico. Essa Instituição se solidificou no cenário de formação da comunidade astorguense e em 2017 está entre as principais escolas da rede pública do município. A sua localização é central, um dos fatores que a tornam atrativa. Atendendo uma demanda expressiva, a escola até o dia quinze de março de dois mil e dezessete, atendeu 507 alunos matriculados regularmente na Educação Infantil,

¹ Instituição situada à Avenida Presidente Epitácio, 349, Centro, da cidade de Astorga, Estado do Paraná.

² História da Educação Brasileira, Instituições e Cultura Escolar – HEDUCULTES. O objetivo central do grupo é inserir-se no campo das discussões acerca da pesquisa e do ensino de história da educação no Brasil, com ênfase nas abordagens, conceitos, fontes, objetos e métodos. Aprofundando conhecimentos acerca da cultura escolar, da imprensa periódica de grande circulação e também da pedagógica, do campo disciplinar da História da Educação, das Instituições educativas e da infância.

Ensino Fundamental. É reconhecida como a maior escola do município, alcançou a maior nota no último IDEB³ aferido, com média 7,2.

Com a finalidade de destacar o estudo sobre o Jardim de Infância da Escola de Aplicação Monsenhor Celso, foi realizado um levantamento de pesquisas existentes sobre o processo histórico da implantação da Educação Infantil de Astorga. Após examinar escolas e biblioteca municipal, verificamos que o material disponível era insignificante. Desta forma, buscou os depoimentos dos atores envolvidos nesse processo de implantação, como constituição das fontes. De acordo com Lopes e Galvão (2001, p. 78-79), “As fontes estão aí, disponíveis, abundantes ou parcas, eloquentes ou silenciosas, muitas ou poucas, mas vemos, pelos trabalhos que são realizados, que existem”.

Ao adentrarmos nos estudos sobre a história das instituições escolares, procuramos levantar dados de dois Programas de Pós-Graduação em Educação, a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Universidade Estadual de Londrina (UEL), que são instituições de referência próximas do município de Astorga, além de investigarmos as produções do Grupo de Pesquisa HEDUCULTES, tornando explícito que os estudos sobre a Educação Infantil vêm aumentando nos últimos anos, com enfoques diversificados de vários campos do conhecimento, como a psicologia do desenvolvimento, políticas educacionais, antropologia, sociologia e história da educação. “No Brasil, no início dos anos 90, do século XX, a produção acadêmica, em torno da infância, assinalava grandes sinais de avanço, principalmente nas áreas das Ciências Sociais e de História” (RODRIGUES; BALADELI, 2010, p. 11).

Em decorrência dessa realidade, a motivação pela busca da história da Educação Infantil no município de Astorga aumentava a cada documento encontrado. Nestes termos, ressaltamos a importância do diálogo com os documentos-monumentos, observando que estes se tornam fontes por uma escolha do historiador, nas palavras de Le Goff (1990),

³ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo INEP, em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir, em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP, a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o AEB – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios (Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>>. Acesso em: 19 ago. 2016).

O documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas, durante as quais, continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 1990, p. 548).

Entendemos, dessa forma, que os documentos não são neutros, pois não existem documentos puros, são representações constituídas de interpretações. “A relação de representação-entendida como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pelo outro porque lhe é homóloga” (CHARTIER, 1991, p. 184). Assim, é necessário refletir sobre a escrita historiográfica, de que a reconstrução de um fato não é a sua reprodução, mas a sua representação.

[...], pois os historiadores não são livres para inventar seus personagens, ou mesmo as palavras e os pensamentos de seus personagens, além de ser improvável que sejam capazes de condensar os problemas de uma época na narrativa de uma família, como frequentemente o fizeram os romancistas (BURKE, 1992, p. 340).

Neste momento, compreendemos que a história não é uma verdade, é uma interpretação. Nas palavras de Bloch (2001), a história faria com que o passado retornasse, no entanto, não de maneira intocada e “pura”. Por isso, a importância de Bloch (2001), ao interrogar: para que serve a história? Qual o papel do historiador? Pontos fundamentais para quem se aventura pelo campo da história e historiografia da educação.

Desenvolvemos a investigação utilizando pesquisa bibliográfica, documental, iconográfica e oral. Em consonância com Matos e Senna (2011, p. 99), “[...] a história oral possui maior proximidade com o presente, uma vez que depende da memória “viva” e de relatos já efetuados anteriormente”.

Deste modo, o diálogo com outras fontes se faz necessário, provoca a memória, confere as fontes e as representações históricas. É o que comprova as palavras de Le Goff (1990, p. 478), “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”.

O referencial teórico desse estudo ampara-se nos pressupostos da Nova História Cultural, especificamente nos estudos de Le Goff (1990) e dialoga com autores da historiografia como Chartier (1991), Burke (1992), Joutard (2000), Bloch (2001) e Thompson (2002).

Na busca de dados elucidativos para a composição dessa pesquisa, encontramos o livro intitulado “Os municípios sua História & sua Gente” (ASTORGA, 1980) que foi organizado por uma empresa⁴ no final da década de 1970 e publicado no ano de 1980 com depoimentos de pioneiros, que compõem a história da cidade de Astorga, compreendendo a colonização e o desenvolvimento nos aspectos econômico, político, cultural, educacional e histórico.

Obtivemos dados importantes por meio de entrevistas semiestruturadas procurando esclarecimentos que proporcionam sustentação e credibilidade a esse trabalho. Foram entrevistadas duas ex-diretoras, uma ex-secretária, três ex-professoras, sendo duas mães de ex-alunos, participantes que vivenciaram o cotidiano do Jardim de Infância da Escola de Aplicação Monsenhor Celso, no período de 1972 a 1974. Optamos por referenciar cada uma das entrevistadas de acordo como é conhecida na comunidade astorguense, sendo: Dona Terezinha Caetano Goulart Silva⁵, Dona Maria da Penha Reis Furtado Penha⁶ e Dona Vânia Lourdes Pinto Barduzzi⁷, professora Maria Corina Balarotti Podanoschi conhecida como Corina⁸, professora Nanci Lembi Balarotti⁹ e professora Célia Maria Barroso Premebida¹⁰.

Para realizarmos as entrevistas com as personagens que compõem essa história, foi necessária a aprovação do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – COPEP¹¹ da Universidade Estadual de Maringá – UEM, uma

⁴ CENDI Editora S/C LTDA (ASTORGA, 1980).

⁵ Entrevista realizada no dia 15/02/2016, em Astorga. Formou-se em 1954 em Itajubá, Estado de Minas Gerais como Professora Normalista. Graduiu-se em Pedagogia pela Faculdade de Jandaia do Sul e História pela Universidade Estadual de Maringá – UEM.

⁶ O contato da pesquisadora com a professora foi via telefone, e-mail e carta pelo fato da docente residir no Estado do Espírito Santo. Os contatos aconteceram nos meses de fevereiro a junho de dois mil e dezesseis.

⁷ Entrevista realizada no dia 20/04/2016, na cidade de Astorga-PR. A professora Vânia é formada pela Escola Normal Colegial Estadual Monsenhor Celso de Astorga como professora normalista. Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Jandaia do Sul.

⁸ Depoimento concedido no dia 06/05/2016, na cidade de Astorga. Corina é formada pela Escola Normal Colegial Estadual Monsenhor Celso de Astorga como professora normalista.

⁹ A entrevista foi realizada no dia 29/05/2016, na cidade de Astorga. Formada na Escola Normal Colegial Estadual Monsenhor Celso de Astorga como professora normalista. Coursou Pedagogia pela Faculdade de Jandaia do Sul.

¹⁰ A entrevista aconteceu no dia 15/06/2016, na cidade de Maringá. A professora Coursou a Escola Normal Secundária Monsenhor Celso, Pedagogia pela Faculdade de Mandaguari e Especialização em Administração Escolar; Supervisão Escolar e Metodologia do Ensino Superior.

¹¹ O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, com “munus público”, de caráter consultivo, deliberado e educativo, criado para defender os interesses dos sujeitos de pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos (Resolução 466/2012-CNS-MS) (Disponível em: <<http://www.ppg.uem.br/index.php/etica-biosseguranca/copep>. Acesso em: 13 jun. 2016).

exigência quando se trata de pesquisa com seres humanos. Para obtermos a aprovação foi necessário o preenchimento de fichas, permissão de entrada na escola investigada e autorização das entrevistadas, resguardando dados a fim de preservá-los de situação constrangedora.

Faremos uma trajetória de como foram realizadas as entrevistas. O primeiro contato foi com Dona Terezinha, moradora de Astorga. Apesar da saúde fragilizada, foi solícita em responder aos questionamentos, aos poucos a memória do pouco tempo em que foi diretora da Escola de Aplicação Monsenhor Celso emergiu e foi se lembrando das providências para a instalação do primeiro pré-escolar.

Em seguida a entrevistada foi Dona Penha e a forma que encontramos para localizá-la foi buscar informações, já que a ex-diretora há muito tempo mudou-se para o Espírito Santo. Desde o início Dona Penha se mostrou totalmente aberta às perguntas, recordou-se com carinho da Escola de Aplicação Monsenhor Celso do período em que foi diretora. Para enviar seu depoimento resolveu encaminhá-lo via correio, apesar de ser um instrumento pouco utilizado devido à tecnologia avançada, sentiu-se mais segura com o modo mais acessível a ela, não se importando com taxas nem o tempo de entrega. Ao averiguarmos a documentação preparada por Dona Penha percebemos o cuidado que ela dedicou ao escrever a carta de próprio punho e espantosamente enumerando as páginas pensando na organização da pesquisa.

A próxima entrevistada foi à secretária da escola Dona Vânia, que apesar de ser formada como normalista da Escola Estadual Normal Monsenhor Celso, foi convidada para cuidar da documentação da escola de aplicação, mesmo não tendo experiência na área, devido à falta de pessoal. Na ocasião informou que as fichas de matrícula dos alunos do pré-escolar eram preenchidas pelas próprias professoras da sala que auxiliavam no trabalho burocrático. Na sua voz, “porque eu atendia sozinha todas as turmas, a escola era grande e faltava gente, não sendo possível atender todas as salas”.

Outra entrevista realizada foi com a ex-docente Corina, também moradora antiga da cidade de Astorga. O primeiro contato foi bastante formal, disse que trabalhou muito pouco com a turma do pré-escolar, entretanto, seus filhos estudaram nesta turma. Ao longo da conversa informal indagamos se por ventura havia guardado algum documento ou material desse período, mostrando-se organizada e saudosista, apresentou-nos várias atividades pedagógicas, entre eles um caderno

de tarefa para casa de seu filho, material que contabilizamos como fontes de pesquisa e investigação.

No contato com a professora Nanci, antiga moradora de Astorga, as narrativas foram marcadas por sentimentos de alegria e incertezas, em sua voz: “já se passaram tanto tempo que não me recordo direito desse período”, mas, bastaram algumas indagações para que revivesse cada momento, suas lembranças contribuíram significativamente para o estudo. Professora Nanci relata que “no ano de 1972, trabalhava meio período no Jardim de Infância Monsenhor Celso, fui professora da primeira turma do pré-escolar, trabalhando por muitos anos com essa faixa etária”.

Por último entramos em contato com a professora Célia, personagem importante na voz das entrevistadas até aqui, diz a Professora Nanci: “A professora Célia vai se lembrar muito desse período, ela trabalhou muito tempo na turma do pré-escolar”. Conseguir um horário na agenda da professora Célia foi complicado, insistentemente procuramos marcar um encontro, diante desse contexto, ficamos angustiadas, e nesse momento entendemos o pensamento de Bloch (2001, p. 82) ao mencionar que “Reunir os documentos que estima necessário é uma das tarefas mais difíceis do historiador”. Assim, depois de muita persistência, conseguimos o contato formal e conversamos muito.

Por meio da professora Célia conseguimos o contato da professora Dulce da Silva Oliveira¹² que reside em Curitiba. O documento plano curricular de 1974 do pré-escolar menciona o nome da professora Sônia Cristina Martins¹³.

Escolhemos a história oral porque entendemos que ela pode adicionar uma dimensão viva, apresentando novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes, precisa de documentos variados, não apenas os escritos. De acordo com Thompson (2002, p. 17),

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um, pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos.

¹² A pesquisadora entrou em contato com a professora Dulce por telefone, em seguida por e-mail. A entrevistada disse gentilmente que responderia ao questionário enviado, entretanto, não atendeu a solicitação.

¹³ A professora não foi localizada e as docentes entrevistadas não souberam informar o seu contato e nem de familiares.

Nessa perspectiva, como procedimento metodológico compreendemos que a história oral busca registrar experiências, lembranças de sujeitos que se dispõem a dividir sua memória com a sociedade. Nas palavras de Matos e Senna (2011, p. 98):

Como cada ser histórico singulariza a sociedade na qual está inserido e a percebe de uma forma específica. Falar de uma história verdadeira seria muito ingênuo, mas podemos afirmar que se trata de uma percepção verdadeira do real, emitida pelo depoente, que assim compreende e se apropria do mundo ao seu redor. Ao tornar pública sua percepção, está, de alguma forma, contribuindo para a elucidação parcial de alguma situação.

Notamos o quanto a história oral contribuiu para esta investigação, pois conforme Matos e Senna (2011, p. 97) “[...] a escrita e as narrativas orais não são fontes excludentes entre si, mas complementam-se mutuamente”.

Para apresentação desta pesquisa, optamos pela estruturação do texto em seções, assim distribuídas: introdução como primeira seção, atenta-se em apresentar a finalidade da pesquisa, a sua periodização, o caminho e localização dos documentos que compõem o acervo da Escola Monsenhor Celso, bem como os autores pesquisados do campo teórico e metodológico.

A história do município de Astorga, as propostas em torno da Educação Infantil até a Escola de Aplicação Monsenhor Celso foi o tema proposto na segunda seção.

Na terceira seção, a compreensão da instalação do pré-escolar, os atores que vivenciaram o período do recorte estabelecido, assim como as práticas pedagógicas adotadas pela instituição.

Na seção quatro, a intenção foi conhecer os alunos que frequentaram a turma do pré-escolar, demonstrando quem esse curso estava educando, quais suas preferências, como são constituídas as famílias.

Na quinta seção, interpretamos o currículo oficial proposto ao ensino pré-escolar de 1974. A pergunta chave desta seção é: qual o currículo adotado na turma do pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso em 1974? Para a discussão sobre o currículo autores como Goodson (1995), Silva (1995) e Souza (2008) contribuíram com o debate. Para isso, analisamos seis eixos contemplados no Plano Curricular: Matéria; Área; Objetivos Operacionais; Conteúdos; Estratégias e Avaliação. Além de atividades de ex-aluno e um caderno de atividades para casa.

2 CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ASTORGA-PR E A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA

2.1 MUNICÍPIO DE ASTORGA: HISTÓRIA E MEMÓRIA

HINO DA CIDADE ASTORGA

Estribilho Inicial
 Eis, avante, ó Astorga querida,
 do progresso num rumo novo;
 e que Nossa Senhora Aparecida
 abençoe, sempre mais, o teu povo,
 I
 Lindos pardos natais, lindos prados,
 Horizonte fraterno e taul,
 Tu nos lembrás, nos sonhos dourados,
 A meiguice dos campos do sull!
 II
 Que um destino feliz, milionário,
 Valorize esta terra louçã
 e que a Cruz, hoje, do Santuário,
 seja o emblema de tua fé cristã!
 III
 Recolhendo da gleba os produtos,
 quem nos dera plantar sempre mais.
 Do café, sangue nosso, eis os frutos
 Que riquezas nos dão cereais!
 IV
 Da lendária, primêva Castéla
 Vem teu nome, de mil tradições
 e tu, ó Astorga, cidade-donzela,
 nos inspira suaves canções!
 (Tiunfal)
 V
 Paraná e Brasil! Aqui estamos;
 Sempre afeitos a honesto labor!
 E este culto gentil proclamamos,
 Como preto de cívico amor!

Estribilho final-triunfal

Eis, avante, ó Astorga querida;
 Do progresso num ritmo novo;
 E que Nossa Senhora Aparecida
 Abençoe, sempre mais, o teu povo!

No estribilho inicial do hino à cidade¹⁴, foi visivelmente traçada a cultura desse povo gentil e trabalhador, que almejou um município próspero, moderno e

¹⁴ Hino de Astorga foi instituído pela Lei nº. 256-A/64-C, promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal em exercício, João Ferreira Barbosa, no dia 8 de maio de 1964.

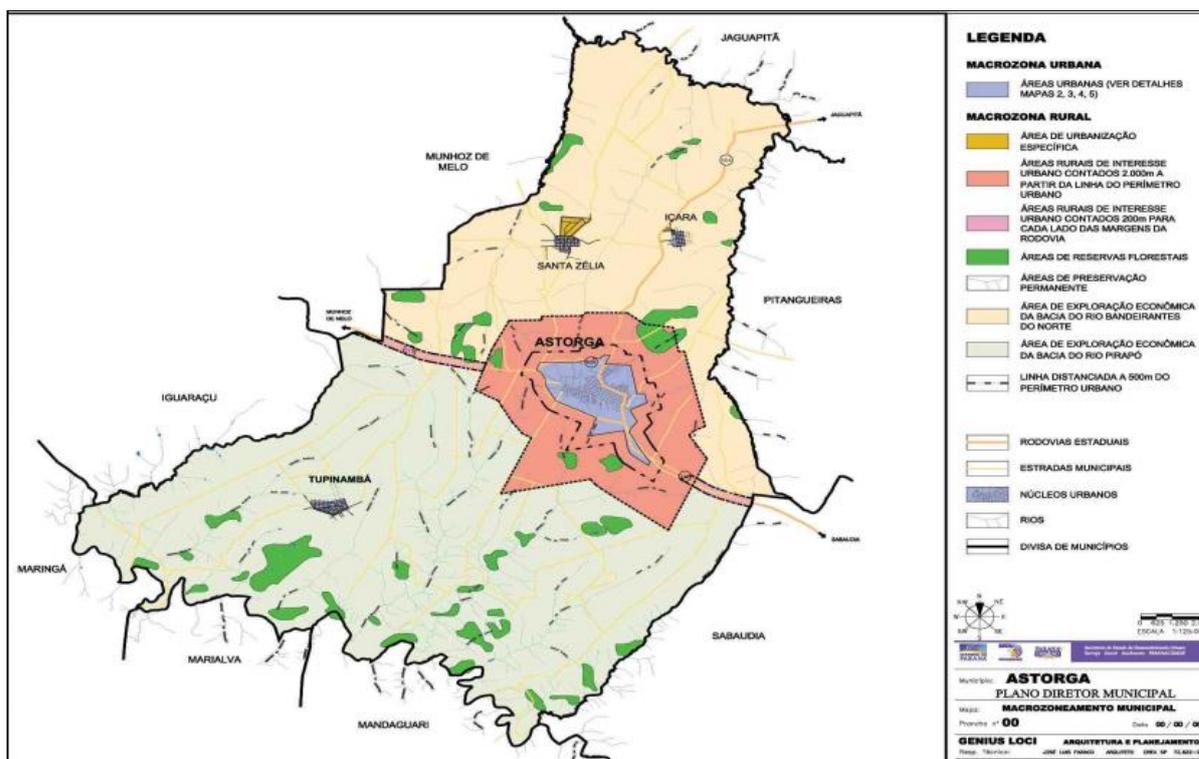
abençoado. O ritmo incrustado no refrão da canção foi um estímulo a continuar, a não desistir, a ter fé e acreditar na mudança.

Astorga é um dos 399 municípios do Estado do Paraná, situada a 420 km da capital do Estado, com aproximadamente 24.698 habitantes, segundo os dados do IBGE de 2010. Muitos municípios têm sua história registrada pela descrição dos primeiros conquistadores, assim, pesquisa sobre Astorga foi encontrada no livro “Os municípios sua História & sua Gente”, Astorga¹⁵. A obra mostra como ocorreu o início da colonização do município e o seu desenvolvimento, relatada por pioneiros que chegaram à região. Segundo os precursores, Astorga foi instalada oficialmente em 14 de dezembro de 1952, no entanto, a história dessa cidade iniciou-se antes, assim como um grande número de municípios do Norte do Paraná. Foi na Colônia Içara, onde atualmente estão os distritos de Santa Zélia e Içara¹⁶, que surgiu no ano de 1939, o município de Astorga. Era o período do governo do então Presidente da República Getúlio Vargas, que retirou o direito de colonização de algumas empresas, incluindo a Concessão Alves de Almeida, a qual pertencia a Colônia Içara, que perdeu seus direitos para o Estado do Paraná. A seguir o mapa do Plano Diretor, sinalizando o município de Astorga, com a sede ao centro e os três distritos ao seu redor.

¹⁵ Livro editado em agosto de 1980, pela Cendí Editora S/C Ltda, de Maringá-PR, que de acordo com a carta da editora, o objetivo da obra é mostrar os municípios de corpo inteiro, principalmente aos que nele habitam. Foi distribuído em departamentos do município (ASTORGA, 1980).

¹⁶ Santa Zélia e Içara são distritos de Astorga, com respectivamente 3.402 e 1.051 habitantes.

Figura 1: Mapa de Astorga



Fonte: Astorga (2008).

A Colônia Içara exibiu aspecto semelhante ao de um triângulo, formado pelo Rio Bandeirantes do Norte, o Ribeirão Içara e a linha divisória com as terras da Companhia de Terras Norte do Paraná/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CTNP/CMNP), que incluía três glebas. A gleba 1 era composta por terras relativamente fracas na porção norte e na medida que avançava para o sul, as terras ficavam férteis, propícias ao cultivo de cereais e café. Essa gleba ostentou vários tipos de madeiras de lei, como a peroba, cedro, canela, imbuia, marfim, angico e guajuvira. As terras da gleba 2 eram próprias para o cultivo do café e eram cheias de cedro e perobas. Isso se deveu ao fato do solo ser de composição sílico-argilosa. Nessa gleba, foi localizada a sede da colônia, em virtude do abastecimento de água, a redução do declive e a facilidade do escoamento das águas pluviais. A gleba 3 foi demarcada posteriormente.

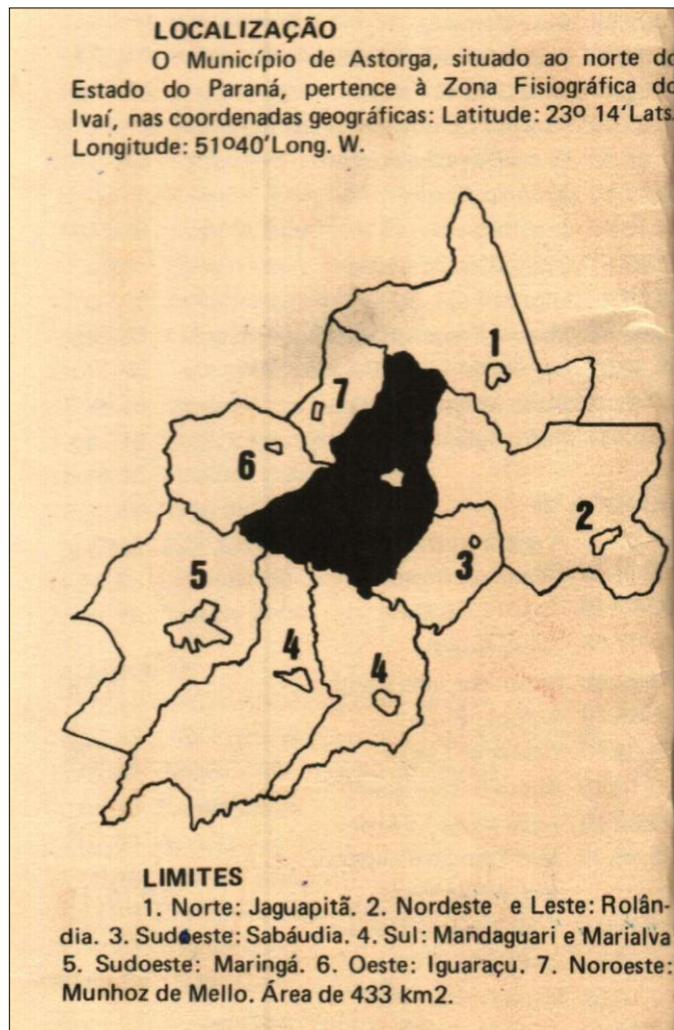
O município de Astorga que se encontrava sob o comando do Estado do Paraná, apresentava antes da data oficial de 1952, informações que devem ser esclarecidas, além de fazer parte da história e memória oficial da cidade.

A Companhia de Terras Norte do Paraná/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná colonizou grande parte do município de Astorga. Era de origem inglesa e

adquiriu do governo do Estado, em 1925, mais de 500.000 alqueires paulistas de terra no norte do Paraná. Em 1945, essa Companhia instalou o Patrimônio de Astorga, que mais tarde denominada cidade, correspondendo uma diretriz que instituía que a cada 100 quilômetros fossem fundadas cidades para tornarem-se núcleos econômicos e que, entre estas cidades, numa distância de 10 a 15 km, uma das outras, fossem fundados patrimônios.

Astorga foi distrito de Arapongas até 1951, quando foi elevada à categoria de Município, tornando-se um lugar estratégico de desenvolvimento planejado pela Companhia Norte do Paraná. A cidade faz limites com oito municípios: Jaguapitã, Pitangueiras, Sabáudia, Mandaguari, Marialva, Maringá, Iguaçu e Munhoz de Melo. Além disso, está próxima a dois grandes centros urbanos, Maringá a 45 km e Londrina a 65 km, que ofertam opções, como universidades, indústrias, lazer e comércio. Em contrapartida, Astorga tornou-se referência ao ofertar alternativas a cidades menores, firmando-se como pólo importante na região, conforme a Figura 2.

Figura 2: Limites do Município de Astorga



Fonte: Astorga (1980).

Um funcionário da CTNP/CMNP em 1948, natural da Ucrânia, adquiriu 200 alqueires dessa referida empresa e esquematizou a construção da cidade de Tupinambá, seguindo as diretrizes de cidades já fundadas pela companhia, com o intuito de se tornar a cidade de ligação entre Astorga e Maringá. Então, foi criado, em 1954, o distrito de Tupinambá, anexado ao município de Astorga. No início, despertou interesse de muitos imigrantes e teve um crescimento considerável nos primeiros anos. Entretanto, começou a diminuir, sobretudo, quando a ponte do rio Pirapó, que ligava Tupinambá a Maringá, caiu e também com a construção da rodovia ligando Astorga a Maringá por outro trecho, não passando mais por lá. Atualmente, Tupinambá é um dos distritos da cidade de Astorga, com uma população de 1.628 habitantes, mantendo uma forte influência de imigrantes, especialmente de alemães.

A escolha do nome Astorga, segundo Cornicelli (2015), se fundamentou nas palavras do desbravador Vladimir Babkov, em carta escrita a próprio punho. O engenheiro da Companhia, responsável pela colonização, revelou que ao esgotar todas as palavras de um dicionário da língua guarani, fez uso de mapas da Europa, em especial, de Portugal, Espanha e Itália, batizando, dessa forma, o maior rio em extensão da região, como Ribeirão Astorga, e, que mais tarde, nomearia o povoado. Nesse sentido, caiu por terra a versão do nome Astorga ser em homenagem a um dos chefes da companhia, ou que o engenheiro, ao rodar o globo terrestre, teria apontado aleatoriamente e “parado o mundo” com o dedo, acertando a cidade de Astorga, lá da Espanha. A autora sinalizou a importância que teve a Companhia de Terras Melhoramentos, pois, “[...] temos a suposta ideia do grande número de distritos que foram colonizados pela Companhia Norte do Paraná, tendo em vista que o chefe da operação já havia utilizado todos os nomes contidos no dicionário da língua Guarani” (CORNICELLI, 2015, p. 38).

O termo Astorga vem do latim “Asturica” (Augusta), cidade romana no país de Astures, dedicada a Augusto. Coube ao russo Babkov o projeto inicial da cidade, que correspondia à forma de um triângulo, representando a letra V, um tributo à vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial, da qual a Rússia era membro. Seguiu o padrão de todas as cidades patrimônios, organizadas pela Companhia, “[...] era uma malha ortogonal que ia, de um modo ou de outro, sendo adaptado às circunstâncias topográficas, resultando em distintas conformações urbanas, mas confirmando a regularidade ortogonal” (LIMA, 2008, p. 23).

A madeira foi o material mais explorado devido à necessidade das construções de suas residências, quando os primeiros colonizadores chegaram a Astorga. Na Figura 3, a serraria de Joaquim de Castro Ramos em 1949, que como muitas outras, foi considerada como uma das responsáveis pelo rápido desenvolvimento da cidade.

Figura 3: Madreira responsável pelo desenvolvimento do Município



Fonte: Astorga (1980).

Para o desenvolvimento do município de Astorga, o desmatamento tornou-se inevitável, como se observou na figura 3. Havia muitas madeiras brutas no pátio da serraria, demonstrando que, a mesma, apresentava ser de porte grande, para atender a procura, no início da construção da cidade.

De acordo com os dados revelados em comemoração ao 27º aniversário do município:

Somente como curiosidade, transcrevemos os dados do censo de 1950, primeiro realizado, fornecidos pelo I.B.G. no qual 23.164 habitantes, sendo 12.419 homens e 10.745 mulheres aqui residiam. Deste total 20.709, 89% eram da área rural e 2.455, sendo 1.250 homens e 1.205 mulheres, correspondendo somente a 11% da população residiam em distritos (ASTORGA, 1980, p. 21).

A população foi constituída por várias etnias, como descendente de italianos, portugueses, japoneses, alemães, libaneses e africanos. E na migração interna do país, prevaleceram os mineiros e paulistas.

O comércio de Astorga sofreu mudanças bruscas, várias empresas surgiam e desapareciam rapidamente, devido a isso muitos registros se perderam, contudo, habitantes vindos de todas as partes, comerciantes de diversas nacionalidade, deram a sua contribuição para a consolidação do comércio de Astorga. Observemos a Figura 4:

Figura 4: Astorga no início da Colonização



Fonte: Astorga (1980).

A Figura 4 retrata os estabelecimentos de Astorga¹⁷, as construções eram, em sua maioria, de madeira, apresentando modelos de cobertura semelhantes, com telhas de barro, matéria prima abundante nesse período. Em uma delas é exibido em letras caixa alta o nome da loja em sua fachada (CASA VERDE), a maioria possui uma placa indicando o nome do estabelecimento que possuía de duas a três portas. Entre o comércio a movimentação de homens, mulheres e crianças com trajes característicos do momento, homens com calças, camisas e chapéu¹⁸ na cabeça, mulheres com vestidos e criança de shorts se misturavam na avenida com a carroça puxada por animais e pequenos caminhões com carroceria de madeira. Com escasso meio de transporte os veículos conduziam além de mercadoria pessoas que moravam no meio rural. A rua de chão apresenta ser um espaço grande e largo que permitia a circulação de pedestres e veículos sem grandes problemas.

O livro “Os municípios sua História & sua Gente” (ASTORGA, 1980, p. 58) nos permite afirmar que “a primeira igreja matriz do município foi construída no terreno doado pela Companhia Terras Norte do Paraná, data 1 e 12 da quadra 4”. Era uma capelinha feita de pau de palmito e tabuinhas tiradas a machado, medindo 4 x 8 metros. Com o funcionamento da serraria Santa Terezinha, construíram uma

¹⁷ Os estabelecimentos comerciais que aparecem a figura 4 faziam parte da Avenida Interventor Manoel Ribas, quadra 12. (ASTORGA, 1980, p. 31).

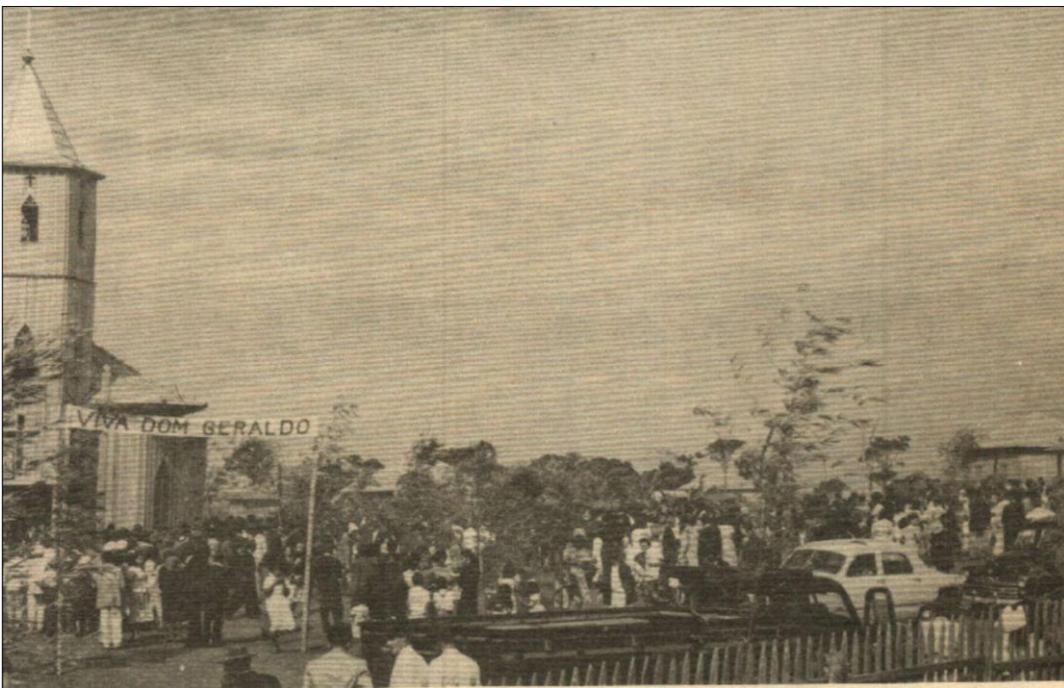
¹⁸ Nesse período destaca-se a chapelaria de propriedade de João Zanin, comércio importante na época da colonização de Astorga, pois era raro um homem andar sem chapéu. (ASTORGA, 1980, p. 28).

igreja de tábuas, que foi destruída mais tarde, por um temporal. Houve o aproveitamento da madeira da igreja destruída para a construção da terceira igreja. Uma quarta igreja foi construída, em uma chácara próxima à cidade de Astorga, o que demonstra o valor dado a religião. “Em 1952, chegaram a Astorga as irmãs da Sagrada Família para iniciar as aulas na escola paroquial” (ASTORGA, 1980, p. 58). Sobre a importância da Instituição religiosa, Cornicelli (2015, p. 41) expõe suas reflexões.

A Igreja de tábuas, construída no final da década de 1940, demonstra sua importância e imponência. Importância, na medida em que reunia as pessoas da cidade aos domingos, não só para a celebração Eucarística, mas também para buscar a convivência na comunidade que se formava. Imponente, porque mesmo sendo uma construção simples, não deixava de representar a instituição religiosa. Seguindo o exemplo de seus pais, garantiam a manutenção da cultura às demais gerações.

A seguir, uma figura com imagem da Igreja Católica de Astorga.

Figura 5: Igreja Católica de Astorga¹⁹



Fonte: Astorga (1980).

¹⁹ A imagem demonstra a terceira Igreja Católica Construída, após as duas outras serem derrubadas por causa de vendavais (ASTORGA, 1980).

Na imagem da Figura 5 percebemos aglomeração de pessoas em frente à Igreja Católica, crianças, mulheres e homens se apresentavam bem vestidos para o acontecimento religioso. O ambiente decorado com galhos de árvores fixados em volta da Igreja. Localizada em amplo espaço com cercas de balaustras a frente. Dois carros e um caminhão estacionados a frente da Igreja. Uma faixa presa em duas hastes de madeira com os dizeres “VIVA DOM GERALDO”, nos permite afirmar que se tratava de uma comemoração a Dom Geraldo, Bispo Diocesano. Segundo o livro “Os municípios sua História & sua Gente” (ASTORGA, 1980, p. 58), “a primeira visita pastoral de Dom Geraldo de Proença Sigaud ocorreu em maio de 1958” para definir as bases para construção definitiva da igreja Matriz de Astorga.

2.2 A EDUCAÇÃO EM ASTORGA

A educação, no município de Astorga, iniciou-se em 17 de fevereiro de 1946, quando a professora Maria Celestina Machado foi convidada, pelos representantes da cidade, a abrir uma escola para as crianças que habitavam no município. Começou suas atividades em uma casa de madeira e, após dois meses de aula, estava com 60 alunos. Nesse período, a escola pertencia ao Município de Rolândia, que de acordo com a professora Maria Celestina:

Era prefeito de Rolândia o Dr. Domingos de Oliveira, que recebeu-nos, acompanhado por uma comissão de Senhores de Astorga, que nos apresentou; gentilmente e sem nenhuma objeção fez nossa nomeação e comprometeu-se a fornecer o material escolar necessário (ASTORGA, 1980, p. 84).

Em 1948, a escola de Astorga desmembrou-se de Rolândia e passou a pertencer a Arapongas, devido a sua emancipação política. Essa foi a primeira escola de Astorga que, posteriormente, passou a ser chamado de Grupo Escolar, pelo Decreto de nº 11.333 de julho de 1950. A escola contou com 420 alunos e funcionou em um prédio de madeira, computando duas salas de aula. O governador Adolpho de Oliveira Franco destinou verbas para que fosse construído o prédio de alvenaria, com seis salas de aula e dependências administrativas. Por este motivo, em 20 de outubro de 1956, a Escola Governador Adolpho de Oliveira Franco foi

inaugurada. Nas palavras de Dona Penha: “Em relação à educação, surgiu a casa escolar, em fevereiro de 1946, a construção era de madeira, depois foi elevada a grupo escolar”. É possível verificarmos na Figura 6.

Figura 6: Primeiro Grupo Escolar do Município de Astorga



Fonte: Astorga (1980).

A escola de madeira com janelas de vidro e cobertura de telhas é exposta pela Figura 6, com uma minúscula varanda, era cercada com balaustas de madeiras e na entrada da escola duas bandeiras: a do Brasil e a do estado do Paraná. Notamos que se tratava de um evento importante, pois as crianças vestiam roupas brancas, alguns com calças e outros com bermudas, outros segurando bandeiras do Brasil, todos estavam em filas posicionados para frente da escola. As professoras estavam com saias pretas e blusas brancas próximas dos alunos mantendo a ordem. Ao centro homens elegantes, com terno e gravata. Apesar do agrupamento, observamos que o espaço era amplo e o chão de terra. De acordo com o livro “Os municípios sua História & sua Gente” (ASTORGA, 1980, p. 86) a Figura 6 “representava as comemorações de 7 de setembro de 1950 em frente ao grupo escolar”. Esse livro nos permite assegurar que a data de 7 de setembro era

comemorada, um acontecimento na cidade, ocorria desfiles dos alunos e a participação da primeira fanfarrã de Astorga. Encontramos no referido livro comemorações de 7 de setembro dos anos de 1952 e 1957.

2.2.1 Escolas de Educação Infantil em Astorga

Na busca pela primeira escola oficial de educação infantil²⁰ do município de Astorga, vestígios e dúvidas se entrelaçaram. Mesmo que tenhamos encontrado relatos informais de ex-alunos que estudaram no Jardim de Infância Stela Maris, não localizamos resquícios nos dois livros atas do período de 1951 a 1961 da turma do pré-escolar nesta instituição.

É necessário recorrer às fontes, aos materiais históricos, ou seja, à matéria-prima com a qual o historiador trabalha para se criar conhecimento sobre educação. Caminho esse que todo o pesquisador deve estar preparado, pois, o trabalho com fontes determina, em primeiro lugar, paciência e persistência.

Com o propósito de descobrirmos a História e Memória da Educação Infantil de Astorga, investigamos a Escola Estadual Governador Adolpho de Oliveira Franco, antigo Grupo Escolar, instalado em 1946, por possíveis vestígios da Educação Infantil, mesmo que nesse contexto não existissem as leis específicas para essa etapa. Ao pesquisarmos no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, verificamos que foram atendidas duas turmas de pré-escola no ano de 1982, descartando-se, assim, a possibilidade de ter sido a primeira instituição de Educação Infantil do município de Astorga em virtude de ter sido criado em 1981 a Creche Menino Jesus²¹.

Desse modo, direcionamos o foco para a Creche Menino Jesus, atual CMEI João Paulo II, considerada até o momento, a primeira instituição, com o atendimento a crianças pequenas. Realizamos um levantamento das fontes, na investigação

²⁰ Verificar Apêndice F “História da Educação Infantil no Paraná”.

²¹ A Creche Menino Jesus em 1984 passou a ser orientada pela Sociedade Claretiana, e em 1988 passou a fazer parte do Sistema Municipal de Educação, de acordo com o artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96. Aos 20 dias do mês de julho de 2000, por meio do Decreto nº 058/2000, a Creche passa a ser denominado Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) João Paulo II.

encontramos a ata da primeira reunião da instituição, livro ponto dos funcionários, caderno de doações, caderno de mensalidades e agenda da então diretora, além de muitas fotografias desse ano específico, que passou a ser então o foco de observação.

Entretanto, apareceram suspeitas da existência de uma escola que atendeu crianças pequenas antes do ano de 1981. Nessa busca, comprovamos que existiu uma escola de educação infantil, com documentos oficiais datados de 1972, a Escola de Aplicação Monsenhor Celso. Nessa trajetória pela busca do estabelecimento de educação infantil da cidade de Astorga, encontramos, ainda, o Pequeno Marujo, escola existente pelo depoimento de mãe de ex-aluna dessa instituição e professores. De acordo com a mãe, a instituição foi particular, e funcionou numa residência próxima a Escola de Aplicação Monsenhor Celso. A professora Célia recordou-se da escola dizendo: “Pequeno Marujo era uma escola pequenininha, uma casa com uma varandona, era para criança que podia”. Notamos, por meio do depoimento da professora Célia, que o Pequeno Marujo foi destinado a crianças com poder aquisitivo alto, denotando que a escola de educação infantil, anterior à Escola de Aplicação Monsenhor Celso, foi privada.

2.2.2 Escola de Aplicação Monsenhor Celso²²

Inaugurada em 10 de novembro de 1971, a Escola de Aplicação Monsenhor Celso iniciou suas atividades no dia 01 de janeiro de 1972, sendo projetada e construída pela FUNDEPAR, em convênio com a Prefeitura de Astorga. Sua criação

²² O nome da Escola de Aplicação Monsenhor Celso foi escolhido em homenagem ao monsenhor Celso Itiberê da Cunha, paranaense, nascido em 11 de setembro de 1849 e falecido em 11 de julho de 1930, na cidade de Curitiba. Em sua carreira episcopal foi nomeado a 1º de julho de 1897, Cônego Honorário da Catedral de São Paulo e empossado Cura da Catedral de Curitiba, a 1º de janeiro de 1901, onde permaneceu até sua morte. Recebeu a honrosa investidura de Prelado Doméstico da Sua Santidade o Papa Leão XIII, em julho de 1903. Conseguiu notabilidade pela bondade e humildade na verdadeira prática do bem. Na data de seu centenário de nascimento, seus restos mortais foram trasladados para a Igreja do Rosário em Curitiba. Por sua experiência religiosa e evangelizadora, seu nome era recomendando para nomeação de escolas, como foi o caso da Escola de Aplicação Monsenhor Celso de Astorga, no dia 4 de janeiro de 1979, por meio do Decreto nº. 2891/80, a Escola de Aplicação Monsenhor Celso passou a denominar-se Escola Monsenhor Celso, Ensino de 1º Grau. E, em 1997, com a municipalização passou a designar Escola Municipal Monsenhor Celso, Educação Infantil – Ensino Fundamental pela Lei Municipal nº. 1.372/97 e Resolução do CEE nº. 381/98.

se formalizou pelo Decreto nº 1.066 de 11 de novembro de 1971, o qual foi publicado no Diário oficial de 17 de novembro de 1971.

No ano de 1972, funcionou, no mesmo prédio, a Escola Normal Colegial Estadual Monsenhor Celso e a Escola de Aplicação Monsenhor Celso. A primeira com três turmas de normalistas, a segunda com quatro turmas de 1º Grau de 1º ao 4º ano, além da abertura do pré-escolar. O quadro de professores que deram início aos trabalhos na Escola de Aplicação foi escolhido por Dona Terezinha, iniciativa promovida com o intuito de permanecerem no mesmo espaço e terem uma articulação com o estágio, a partir da Resolução nº 184/74 de 25/01/72. Vejamos na voz de Dona Terezinha.

Deixa de ser Escola Normal Adolpho de Oliveira Franco e vai ser Escola Normal Monsenhor Celso. [...]. Só que como era escola normal, ela precisava da Escola de Aplicação lá. Aí eles me convidaram para ser diretora e escolher alguns professores para descer comigo. Aí eu escolhi. Foi professor para o primeiro até o quarto ano, escolhi minha secretária também. Aí, fundo com elas a Escola de Aplicação Monsenhor Celso.

De acordo com a explicação relatada anteriormente de Dona Terezinha, para gestar a Escola Normal Colegial Estadual Monsenhor Celso, a professora Branca Eliza Menezes Vieira, é quem atuava na função regulamentada pela Portaria nº 1.494/67 de 15 de fevereiro de 1967, e para administrar a Escola de Aplicação Monsenhor Celso, Dona Terezinha, ambas dividiam o mesmo espaço físico, porém, cada uma responsável pelo respectivo nível de ensino. Pela implantação da Lei nº 5.692/71 e por exigência de habilitação, foi necessário compor um quadro de professores licenciados, pois, de acordo com o artigo 30 da LDB nº 5.692/71 “Exigir-se-á como formação mínima para o exercício de magistério: a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau”, no caso, o antigo Magistério com cunho profissional (BRASIL, 1971). A Figura 7 revela as professoras normalistas da Escola de Aplicação: a primeira professora, da esquerda para a direita, é Dona Terezinha, ao seu lado Dona Penha. Seguindo a identificação, a segunda, da direita para a esquerda, a professora Nanci e ao seu lado, a professora e mãe de ex-alunos do pré-escolar, Corina.

Figura 7: Professoras Normalistas da Escola de Aplicação Monsenhor Celso



Fonte: Astorga (1974b).

O principal motivo, para dividirem a mesma instituição Curso Normal e Escola de Aplicação Monsenhor Celso de 1º ao 4º ano e pré-escolar, foi o de possibilitar às normalistas estagiárias que cumprissem horas de estágio exigidas por lei. O artigo 83 da Lei nº. 4.978 de 05 de dezembro de 1964 “item c” faz menção ao estágio das alunas.

[...] as escolas maternas oficiais estaduais somente serão criadas e poderão funcionar para [...] possibilitar a experimentação pedagógica para alunas do último ano das Escolas Normais e dos Institutos de Educação (PARANÁ, 1964).

Na mesma perspectiva, a declaração datada de 09 de setembro de 1974, reconhecida em cartório, justificou o reconhecimento de funcionamento em processo da Escola de Aplicação Monsenhor Celso, que atendia a Escola Normal, juntamente com o Ensino de 1º grau e pré-escolar, porque “[...] as futuras mestras durante o curso tem que fazer estágio de observação e regência” (ASTORGA, 1974b).

A prática de estágio realizado no mesmo prédio facilitava o acesso das alunas, o monitoramento da orientadora de estágios e os vínculos que ali se estabeleciam durante o curso.

3 A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR NA ESCOLA DE APLICAÇÃO MONSENHOR CELSO

A demanda da educação pré-escolar, no Brasil, aumentou de forma significativa na década de 1970, que gerou o incentivo ao processo de municipalização da educação pré-escolar pública “[...] em 1972 já havia 460 mil matrículas nas pré-escolas em todo o país” (OLIVEIRA, 2007, p. 110). Havia no país uma preocupação com uma educação para a infância voltada contra a desnutrição, a saúde e o cuidado com o corpo. Entretanto, havia disputas entre as entidades assistencialistas com cunho privativo, os quais atendiam as pré-escolas, e as de nível municipal, que atendiam as creches e pré-escolas com função educativa. Segundo Oliveira (2007, p. 111), “A referida pressão da demanda por pré-escola e os polêmicos debates acerca de sua natureza – assistencial versus educativa –, na segunda metade dos anos 70, dinamizaram as decisões na área”. Em meio a esse dualismo entre o sistema assistencialista e o educacional que o pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso iniciou suas atividades.

O pré-primário funcionou, a princípio, em uma das salas já existentes na Escola de Aplicação, que segundo depoimentos, foi em uma sala cedida temporariamente e não atendia estruturalmente às necessidades quanto à estrutura da faixa etária: havia mesinhas adequadas à altura dos alunos, todavia, não eram padronizadas, sendo duas redondas, uma quadrada e quatro retangulares. O que nos chamou a atenção foi a falta do não seguimento de um padrão, o que foi desvendado pela Professora Célia, em seu depoimento:

O formato das mesinhas? Não foi escolha não. Era o que dava para comprar. Muitas nem eram novas, eram doadas. Algumas foram mandadas fazer, outras reaproveitadas com a venda que fazíamos de panos de pratos, quadros, até coisa nossa a gente vendia, não tínhamos condições.

A dificuldade encontrada pelos componentes que abraçaram a causa é nítida na fala da professora Célia, visto que, não se mediam esforços para suprirem as necessidades e concretizarem metas. Em comprovação ao depoimento supracitado, a figura 8 demonstra a primeira sala do pré-escolar, adaptada para atender à solicitação dos pais, com maior rapidez.

Figura 8: Sala Improvisada do Pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso



Fonte: Astorga (1974b).

Na Figura 8 verificamos o primeiro espaço utilizado para atender as crianças do pré-escolar, segundo Dona Terezinha “era tudo improvisado”. Utilizaram uma sala existente na escola normal. Na leitura da imagem, as duas professoras, uniformizadas com jalecos brancos, a altura da coxa. Identificamos que a professora da direita é a professora Célia e a outra uma estagiária. Suas vestimentas demonstravam organização e identidade, diferenciando-as dos pais e demais funcionários. Encontrava-se de pé, à frente da sala e ao fundo, um quadro negro, inapropriado para o atendimento dessa faixa etária, devido a sua altura. Sentadas, as crianças posaram para o registro da imagem, cristalizada no tempo, por meio da fotografia com as professoras, evento raro nesse período. “Nossa! Era muito difícil tirar fotografia, hum...”, afirmou a professora Célia, em seu depoimento.

É retratado, na imagem, um amontoado de carteiras e cadeiras na lateral da sala de aula, abrindo espaço para algumas mobílias adaptadas para as crianças, mesas e cadeiras na altura ideal, que as acomodassem na realização das suas atividades diárias do pré-escolar. Meninos e meninas vestindo jardineiras e camisas dividiam o mesmo espaço. Em sua maioria, meninos, que se sentavam às mesinhas disponíveis na sala, em grupos de quatro, de oito, dispostos de acordo com o tamanho de cada mesa. A foto revelou-nos que o local era arejado e iluminado, por

consequência da ampla janela que possuía, além dos bicos de luzes revelados, que garantiam a iluminação nos dias nublados e de chuva, assim como, durante as reuniões com os pais, no período noturno.

Ao encerrar a apresentação do início da atividade no primeiro pré-escolar oficial do município de Astorga, afunilamos a investigação e o foco, especificamente no trabalho com o pré-escolar.

3.1 A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR

Em busca de resolver o problema da sala do pré-escolar, foi necessário formar uma Associação de Pais e Professores para liderar os trabalhos. De acordo com a ata nº 1 datada de 20/03/73, foi empossada a Diretoria da Associação de Pais e Professores (A.P.P.)²³ da Escola de Aplicação Monsenhor Celso e para discutir a possível edificação de uma nova sala de aula, propícia para essa faixa etária. Para construir a nova sala, os membros da A.P.P. decidiram que seria cobrada “[...] uma taxa de matrícula e mensalidades estipuladas em Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) para colaborar na construção” (ASTORGA, 1973). Essa cobrança de mensalidade foi comprovada na ficha de matrícula dos alunos do pré-escolar, pois em algumas delas constou a palavra “pago”. Nesse sentido, e amparados pelo art. 5º, inciso “e” do Estatuto para a Associação “Círculo de Pais e Mestres”, que diz “Promover, mediante cobrança, taxas ou outras promoções ou recursos repassados através da Caixa Escolar, os recursos necessários à complementação da manutenção do funcionamento da escola” (ASTORGA, 1972b). Na tabela a seguir, apresentamos os cargos da A.P.P., bem como o nome de cada membro. Em consonância com os depoimentos recolhidos, o presidente e a coordenadora trabalhavam lado a lado nas tomadas de decisões, na voz de Dona Terezinha “Ah! O Benício me ajudava em tudo, era meu parceiro, me apoiava em tudo. E ele era muito rápido, conseguia as coisas muito rápido naquela época”.

²³ A A.P.P. da Escola de Aplicação Monsenhor Celso foi constituída de acordo com as orientações do Estatuto para Associação “Circulo de Pais e Mestres”, que contém 35 artigos.

Tabela 1: Constituição da primeira A.P.P. da Escola de Aplicação Monsenhor Celso

CARGO	MEMBROS
Presidente	José Benício Pereira da Silva
Vice-Presidente	José dos Santos
1 Secretária	Dulce Silva Oliveira
2 Secretária	Célia Maria Barroso
1 Tesoureiro	Lineu da Silva Costa
2 Tesoureiro	Maria Dirce Manuel
Coordenadora	Terezinha Caetano Goulart Silva
Conselho Deliberativo	Estefânia Olijiniki, Vânia de Lourdes Pinto Barduzzi, Pedro Premevida, Orival Aparecido dos Santos, Iwao Kawassaki e Antonieta Pretti.

Fonte: Astorga (1973).

De acordo com o Estatuto para a Associação Círculo de Pais e Mestres, regulamentado pela Lei nº. 5.227 de 04 de junho de 1966, em seu art. 3º expõem sobre a constituição da A.P.P. “Será constituída de pais, alunos, professores e outros elementos da comunidade, interessados em apoiar o educando” (ASTORGA, 1972b).

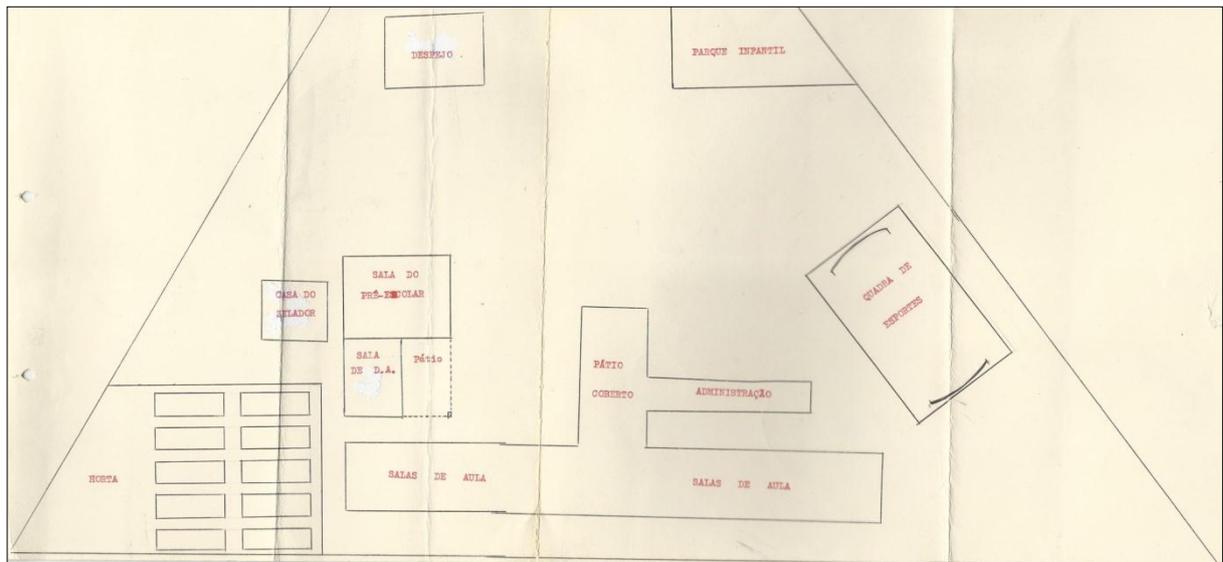
Com o respaldo da comunidade e livres poderes concedidos ao presidente²⁴ à construção da nova sala para o pré-escolar foi rápida, segundo a primeira diretora, Dona Terezinha. No dia 2 de outubro de 1973, foi inaugurada a nova sala do pré-escolar, medindo 60,00 m², construída pela A.P.P. no pátio do estabelecimento da escola de Aplicação Monsenhor Celso, destinada a essa faixa etária, todavia, a autorização da Secretaria de Educação e Cultura (SEEC) ocorreu somente no ano de 1974. No dia 10 de janeiro de 1975 a A.P.P. da Escola de Aplicação Monsenhor Celso foi registrada no Serviço Social Escolar da SEC (Secretaria de Educação e Cultura) no Departamento de Ensino de 1º Grau, sob nº 663.

De acordo com o esboço da planta da Escola de Aplicação Monsenhor Celso, o prédio contava com aproximadamente 800m² de área construída. Na planta baixa são mostradas as posições de cada área: administrativa; ala das salas de aula; pátio coberto; sala do pré-escolar; sala de dependências administrativas; pátio; quadra de esportes; casa do zelador; despejo e parque infantil. Dentro do terreno triangular, um espaço destinado à horta. Constatamos que o projeto foi pensado de forma a utilizar adequadamente os espaços, o parque infantil, por exemplo, foi projetado em uma

²⁴ No artigo 8º do EACPM expõe que cabe ao presidente abrir contas e movimentar fundos, assinando cheques e outros documentos necessários juntamente com o diretor da escola.

das extremidades da área, evitando por certo, que barulho e ruídos causados pelas brincadeiras dos pequenos, não atrapalhassem as atividades pedagógicas na ala das salas de aula do primário.

Figura 9: Esboço da Planta da Escola de Aplicação Monsenhor Celso

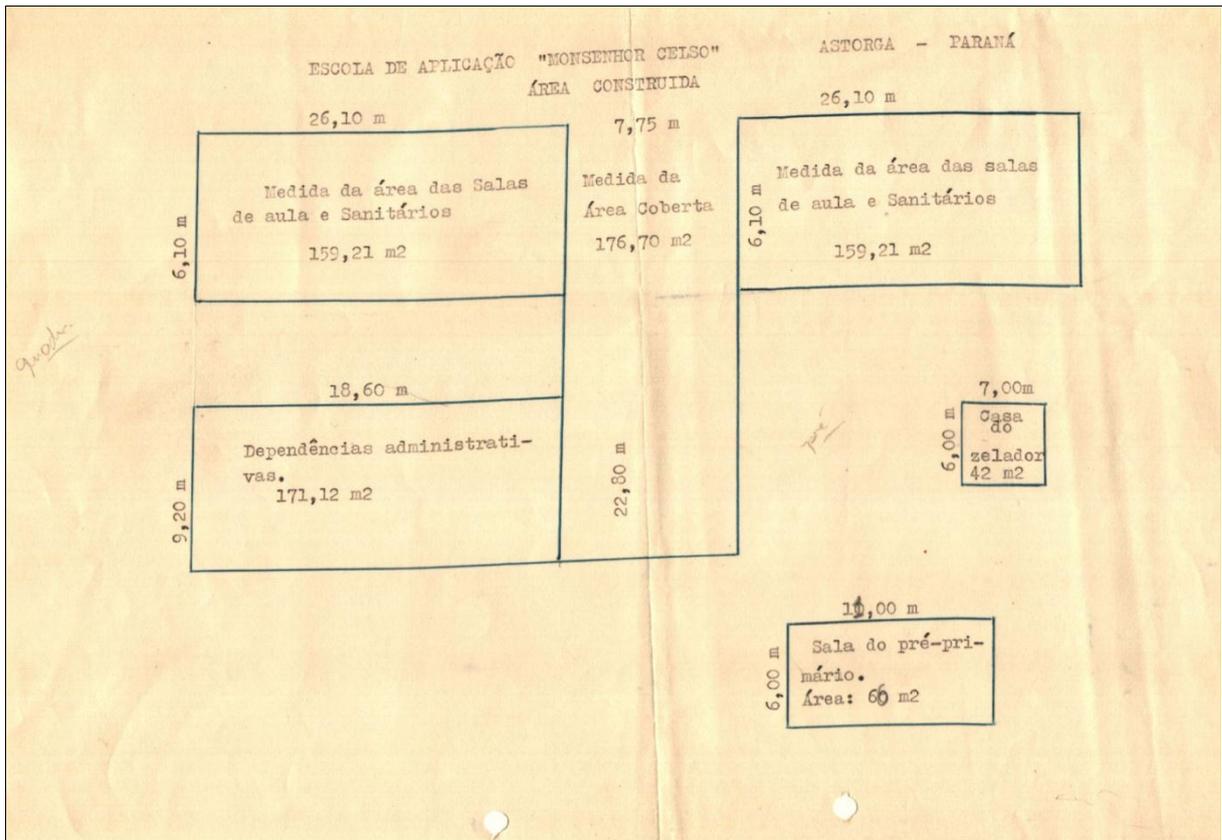


Fonte: Astorga (1973).

Verificamos as dimensões de cada espaço, na sequência apresentamos as metragens de cada ala. No período, foram projetados dois pavilhões com a mesma medida, 159,21 m². Além das áreas de sala de aula, os dois pavilhões continham sanitários, provavelmente masculino e feminino, separados por um pátio coberto. Essa arquitetura pensada abrigava os alunos, protegia-os das intempéries da natureza e condicionava-os no lanchar e brincar. Paralelamente a uma das alas das salas de aula, encontrava-se o pavilhão administrativo com 171,12m², que segundo declaração das entrevistadas, se dividia em sala de direção, secretaria, sala de professores, sala de mimeógrafo, cantina e sala de dentista. Dona Penha, em seu depoimento, contou que a sala de dentista nunca foi utilizada para esse fim, contudo, era uma exigência do período para a autorização de funcionamento. Em 2017, os três pavilhões construídos, há mais de 4 décadas, apresentam a mesma estrutura e organização. A ala administrativa contém um corredor entre as duas extremidades, separando as salas, de um lado existe uma ampla sala de professores para desfrutarem do momento de pausa para o intervalo, reuniões

administrativas e/ou pedagógicas, dois banheiros e uma cozinha. Do outro lado, havia a despensa, a sala de coordenação, a sala da direção e a secretaria. A sala do pré-primário, construída desmembrada do prédio principal, possuía 66 m², uma metragem suficiente para as exigências atuais.

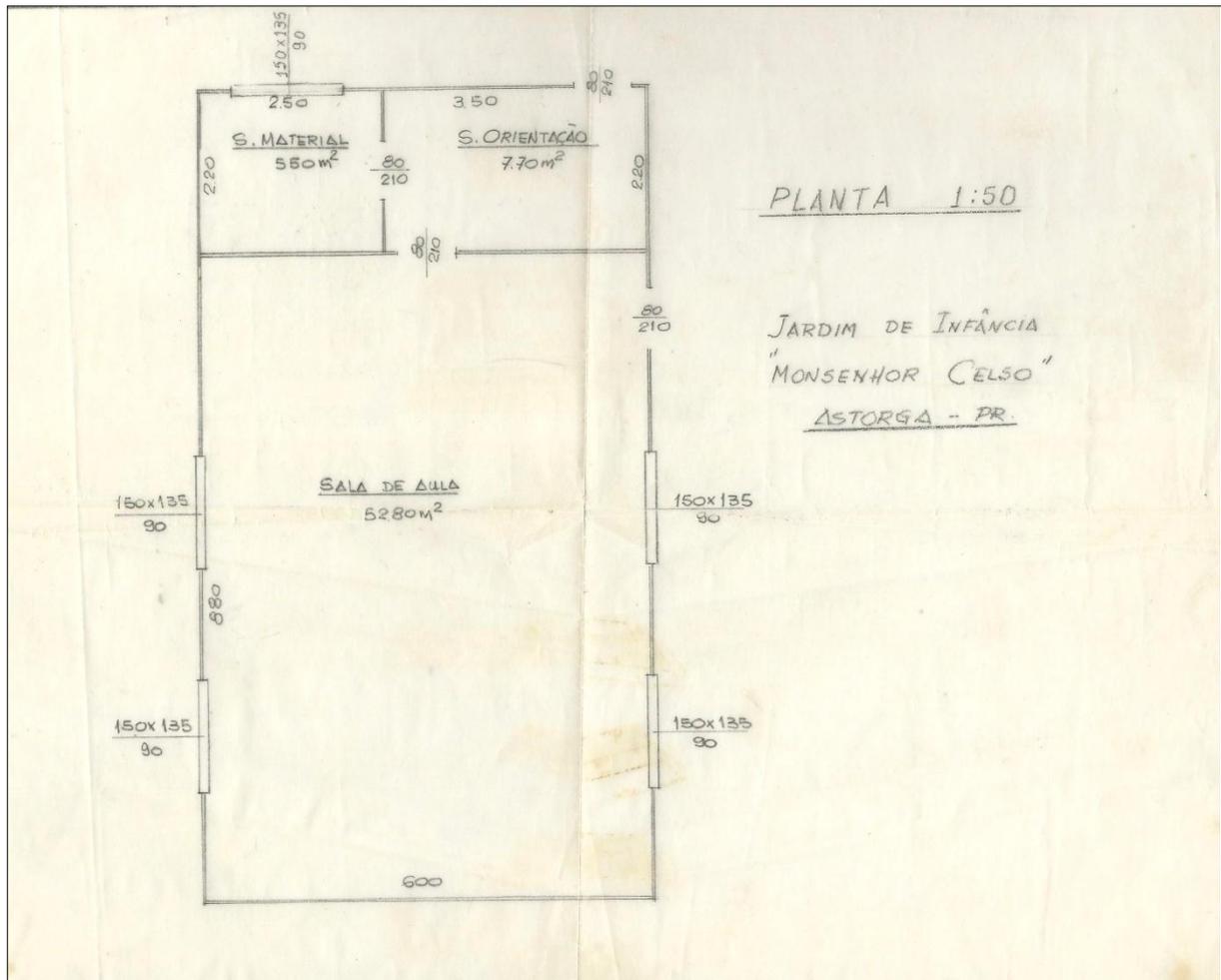
Figura 10: Área Construída



Fonte: Astorga (1973).

Para atender as necessidades dos professores, havia, na escola, uma sala de mimeógrafo destinada à reprodução das atividades planejadas. De acordo com o depoimento da professora Célia, a sala localizava-se na entrada do pavilhão administrativo. Diante dessa informação, entendemos que tinha proximidade com a equipe técnica, para atingir duas funções principais, o acompanhamento do planejamento e manter vigilância na utilização dos materiais.

Figura 11: Esboço da Planta baixa da sala de aula do Pré-escolar



Fonte: Astorga (1973).

A dimensão exposta na planta baixa na Figura 11 demonstra que a sala do pré-escolar, foi construída como uma sala de aula ampla²⁵ e arejada. Ampla, por oferecer espaço suficiente para atender melhor o número de crianças, preocupação que existiu quando a sala do pré-escolar foi projetada, ao qual atendeu as orientações que ocorre desde os fins do século XIX com a influência higienista na educação.

Arejada, por ter quatro amplas janelas, deixando o espaço iluminado, apresentando boas condições de trabalho. Sob os olhos da orientadora, a sala de

²⁵ Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil estabelece padrões de referência orientadores para o sistema educacional no que se refere à organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil e menciona que “A quantidade máxima de crianças por agrupamento ou turma é proporcional ao tamanho das salas que ocupam”. (BRASIL, 2006, p. 36). A Deliberação nº 02/14 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná reforça que “Salas para atividades das crianças, com boa ventilação e iluminação, visão para o ambiente externo, com mobiliário e equipamentos adequados, respeitando a área mínima de 1,5 m² por criança atendida” (PARANÁ, 2014, p.08).

aula era geminada com a sala de orientação, a fim de facilitar o atendimento imediato, tanto dos professores, quanto dos alunos. Em entrevista, a professora Célia recordou-se que “a sala da orientadora era junto com o pré-escolar, separada por uma parede”. De acordo com a planta baixa da sala de aula do Pré-escolar, esse espaço tinha uma proporção de 7.70 m² proporcionais à medida da sala de aula, espaço suficiente para acolher os pais quando necessário, reuniões com as professoras, receber visitas, entre outras atividades. Conjugada a essa sala, havia uma sala destinada à acomodação dos materiais didáticos pedagógicos, com acesso direto da orientadora. Implicitamente, entendemos que a cada necessidade do professor, a orientadora deliberava o que utilizar, avaliando a necessidade, evitando gastos desnecessários e centralizando todas as atividades desenvolvidas no pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso, conforme a Figura 12.

Figura 12: Nova Sala de aula do pré-escolar



Fonte: Astorga (1974b).

As crianças estão acomodadas na nova sala de aula, que foi projetada especialmente para atender alunos do pré-escolar. Notamos que a construção é em madeira, por ser um modo mais rápido de levantar e concluir a construção.

Evidenciamos, o modo de ensinar, nas paredes, desenhos do universo infantil, cores pastéis, tons agradáveis aos olhos daqueles que passariam a cumprir exigências de outro contexto, a escola, lugar de ensinamentos científicos, padronizados, organizados e sistematizados. Em meio aos lápis e papéis, a modelagem, a pintura e o movimento estavam presentes no imaginário e no dia a dia das crianças. Ao fundo, a professora interagindo com os alunos.

Em depoimento Dona Terezinha, revelou-nos que os móveis e objetos da sala do pré-escolar foram adquiridos por meio da Associação de Pais e Professores – A.P.P. e da comunidade escolar, entre elas, as mesas e cadeiras infantis.

De acordo com os documentos encontrados sobre a sala do pré-primário, os materiais da sala do pré-primário consta dos seguintes itens:

Tabela 2: Materiais da sala do Pré-escolar

MATERIAL/MÓVEIS	QUANTIDADE
Cadeirinhas	40
Mesinhas	7
Quadro negro	1
Armários com repartições	9
Armário para documentação	1
Escrivaninha	1
Banquinhos	2
Cesto de lixo	2

Fonte: Astorga (1974b).

Na tabela anterior, é apresentada a quantidade de recursos materiais disponibilizados para a abertura do pré-escolar na Escola de Aplicação Monsenhor Celso. As quarenta cadeirinhas e sete mesinhas disponíveis foram suficientes para o atendimento, de início, duas turmas, uma no período da manhã e outra no período da tarde.

3.2 MEMÓRIAS DE PROFESSORAS SOBRE O COTIDIANO E METODOLOGIA ESCOLAR

Para investigar o Plano Curricular do Jardim de Infância da Escola de Aplicação Monsenhor Celso, datada de 1974, procuramos os atores mencionados: Dona Penha como diretora, professora Dulce como orientadora, Dona Vânia como secretária, professora Nanci, professora Célia e Corina.

Com o Plano Curricular em mãos, partimos para a investigação dos personagens mencionados no documento. O contato com a primeira diretora, Dona Terezinha, que permaneceu à frente dos trabalhos desenvolvidos na Escola de Aplicação Monsenhor Celso durante dois anos (1972-1974)²⁶.

Lentamente, a memória do tempo em que foi diretora da Escola de Aplicação Monsenhor Celso, emergiu, e saudosista, foi lembrando as providências para a instalação do primeiro pré-escolar.

Teve um político... Ai tadinho, acho que ele é vivo ainda, foi ele quem teve a ideia do jardim de infância. Muito meu amigo, muito vivo, tinha influência em Curitiba. O Benício empenhou-se em conseguir recursos da sala do jardim de infância. Foi ele como presidente da A.P.P. que ergueu a sala para mim.

Notamos pela fala anterior de Dona Terezinha que para a implantação do pré-escolar na instituição, foi necessário contar com ajuda de pessoas da comunidade, especificamente, do presidente da Associação de Pais e Professores (APP), que se empenhou em conseguir recursos para a construção da sala do pré-escolar.

Para contribuir com o estudo, buscamos contato de Dona Penha, segunda diretora da Escola de Aplicação Monsenhor Celso, no período de 1974 a 1986. A maneira que encontramos para localizá-la foi procurar informações com parentes que residem na cidade. Dona Penha se mostrou totalmente aberta às perguntas, revelando fatos do período pesquisado, já que ficou a frente da referida escola por muitos anos, revelando:

²⁶ D. Terezinha deixou a função de diretora em virtude de assumir um cargo a frente da Inspeção Regional de Ensino.

Ao assumir a responsabilidade como diretora da Escola de Aplicação Monsenhor Celso no dia 18/05/74, Resolução 877, indicada pela Inspetora Estadual de Ensino, Senhora Dayse C. Arruda Brasil, pela própria diretora senhora Terezinha Caetano Goulart Silva, também com a presença do prefeito da época senhor João Zampieri, com os quais a Escola e eu em particular sempre fizemos questão de manter boas relações de respeito e cooperação, compareci a 29ª onde me foi dada posse como diretora. Como já conhecia a Escola onde atuava como secretária por dois anos, nossa preocupação foi constante, com a melhoria de trabalho para o corpo docente e discente.

Dona Penha trabalhou, de início, por dois anos como Secretária²⁷ e 13 anos como Diretora²⁸, totalizando 15 anos de dedicação a mesma escola. Em relação ao papel de diretora, informou-nos:

Sempre caminhamos juntas, corrigindo distorções, procurando acertar e melhorar o ensino, respeitando sugestões e posições de cada elemento, seja professores, funcionários de serviços gerais, pais e alunos e também autoridades a quem éramos subordinados, com a intenção de melhorar o ensino sob nossa responsabilidade.

A experiência vivida por Dona Penha foi resultado do bom trabalho realizado e da aceitação da comunidade que, conseqüentemente, a elevou a cinco eleições vitoriosas. Informou ainda, que desde a sua nomeação como diretora, durante os treze anos que ficou na função, foram realizadas eleições para o cargo: “Além de minha primeira nomeação, participei das demais eleições realizadas, portanto, 5 eleições resultou em 13 anos como diretora”. As eleições do período em que atuou como diretora referiu-se à década de 70 e 80 e seguiam as normas e critérios dos órgãos competentes, nos quais votavam pais e professores.

Em relação à eleição de diretor nas escolas, o Estado do Paraná foi considerado uma referência para todo o Brasil, pois, conforme o Decreto 455/83 de 13/04/1983 podia votar os professores e especialistas, funcionários estatutários ou celetistas, os alunos do 2º grau e o pai ou a mãe do aluno de 1º e 2º graus, mesmo o analfabeto.

Rodrigues (2012, p. 111), em seus estudos sobre as Eleições Diretas para Diretor escolar no Estado do Paraná, ressaltou que “Era uma reivindicação da classe docente, que fora atendida pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), que projetou o Estado como referência no aprendizado do fazer democrático em prol da

²⁷ Nomeada pela Resolução número 01379 de 02/05/72.

²⁸ Resoluções nº 00877 de 04/04/74; nº 02802 de 03/08/83 e nº 00159 de 09/01/86.

nação”. A eleição de diretor acabaria com a nomeação da função de diretor, antes indicado por quem estava no poder daquele período. Entendemos que Dona Penha, vivenciou os dois processos, tanto da nomeação, quanto a das eleições diretas.

A satisfação na função do cargo foi percebida pelo depoimento de Dona Penha, que traçou um panorama do convívio escolar entre funcionários estaduais e municipais, remunerados de acordo com o órgão específico. O corpo docente, formado por professores, coordenadores, secretária, assistente de saúde, bibliotecária e A.P.P. em conjunto declarou:

Fazíamos festas, campanhas, trabalhos diversos para complementar as necessidades como material escolar, merenda, aquisição de telefone, algumas peças de “parque infantil” foi montado e cercado com tela para recreação dos alunos, conseguimos móveis e materiais adequados ao atendimento de algumas crianças com necessidades especiais em uma sala construída perto do “parque infantil”.

O envolvimento da escola com a comunidade astorguense foi constatado em diversos ofícios de agradecimento à parceria entre instituição e responsáveis pela Igreja, Cartórios, Promotoria judicial, sindicato Patronal, entre outros. Encontramos um deles, direcionado ao vigário da Paróquia São Sebastião, que demonstrava gratidão pela colaboração em mais um evento realizado na instituição.

Após anos de trabalho Dona Penha mudou-se para o Estado do Espírito Santo com a família, no ano de 1987, após a aposentadoria. Na entrevista, falou sobre seu trabalho à frente da escola de Aplicação Monsenhor Celso, recordou-se “do respeito que suas meninas demonstravam com sua equipe, afirmando que o trabalho realizado era semelhante a uma grande família, com união e coleguismo”. Dona Penha finalizou a entrevista, demonstrando saudosismo às ex-colegas de profissão e dos momentos difíceis que atuava em prol da educação de Astorga e que “até hoje os ex-alunos, pais e professores se recordam do ótimo trabalho realizado naquele período”.

A próxima entrevistada foi à secretária da escola Dona Vânia, que informou “gostava de trabalhar na instituição, era muito organizada e todos os funcionários se ajudavam no cotidiano escolar”. Revelou que seus dois filhos estudaram no pré-escolar e que até dez anos atrás guardava os cadernos e atividades de seus filhos.

Outra entrevistada foi Corina, moradora antiga da cidade de Astorga. Durante a conversa, revelou-nos que seus dois filhos estudaram no pré-escolar da Escola

Monsenhor Celso, guardando, até os dias de hoje, caderno, fotografias e algumas atividades pedagógicas do período em que seus filhos frequentaram a turma, respectivamente, 1972 e 1974. Vestígios importantes para compor a narrativa que se construía, nas palavras da professora Corina.

Trabalhei pouco tempo com a turma do pré-escolar, aproximadamente por um ano, pois sempre fui professora do 3º ano, mas quando retornei da licença-maternidade, fui designada para a sala dos pequeninhos por meio período, sempre no período matutino, não foi difícil adaptar-se com o pré-escolar.

Embora tenha trabalhado pouco tempo com a turma do pré-escolar, Corina se recordou com muito carinho deste período.

A professora do pré-escolar, Nanci, antiga moradora de Astorga, foi a próxima entrevistada. Trabalhou por muito tempo com a turma do pré-escolar, demonstrando que a rotina da turma era organizada, com horários estabelecidos e cumpridos “os horários de entrada e saída do pré-escolar era diferente dos demais alunos, assim como o recreio”. A justificativa dos horários foi o de reservar os alunos, que eram os menores da escola e que existia uma lista com revezamento para cuidarem desses alunos.

A última entrevistada foi a professora Célia que informou ter trabalhado por aproximadamente dez anos com a turma do pré-escolar, “Adorava trabalhar com essa faixa etária, não tínhamos muito recursos, levávamos trabalho para casa, até costurar as toalhas para a mesa das crianças”. Mencionou que responder sobre esse período foi um retorno ao passado.

Nessa perspectiva, como procedimento metodológico, compreendemos que a história oral busca registrar experiências, lembranças de sujeitos que se dispõem ou não a dividir sua memória com a sociedade. Demonstraremos a seguir como ocorriam às práticas de ensino na turma do pré-escolar.

3.3 ORGANIZAÇÃO DOS SABERES ESCOLARES

Para compreender o plano curricular da turma do pré-escolar, fez-se necessário adentrar nos processos internos da escola, como as práticas de ensino,

as atividades escolares, a rotina, o planejamento e métodos de ensino. Para Souza (2008, p. 52-53):

É fato que, já no início do século XX, a racionalização havia penetrado, de modo indelével, todas as dimensões do trabalho escolar, disciplinando o tempo (o calendário do ano letivo, os horários, a jornada escolar – entrada, saída e intervalos), os programas (a distribuição do conhecimento no curso, nas séries, nas unidades e lições), os métodos de ensino, os exames e o comportamento de professores e alunos).

Para entender a cultura da turma do pré-escolar, as perguntas das entrevistas realizadas com as professoras foram o suporte balizador. Quando indagadas em quais autores se fundamentavam as práticas pedagógicas, as professoras, do pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso, responderam que foram em autores estudados quando cursavam a escola de normalistas. Por meio das respostas das docentes, obtivemos o seguinte levantamento: das 3 professoras, apenas uma citou 4 autores: Maria Montessori²⁹, Célestin Freinet³⁰, Friedrich Froebel³¹ e Jean Piaget³²; a outra se recordou apenas de Maria Montessori; e a última não mencionou nenhum autor de referência.

²⁹ Maria Montessori (1870-1952), a proposta educacional desenvolvida por Montessori para o pré-escolar fundava-se sobre a educação dos sentidos. Considerava que a educação dos sentidos tinha enorme importância pedagógica, e que seria a base necessária ao pleno desenvolvimento biológico do indivíduo, sobre o qual se edificaria sua adaptação social (Disponível em: <<http://www.montessori-al.com.br/cmm/mariamontessori.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

³⁰ Célestin Freinet (1896-1966), educador francês da primeira metade do século XX, que desenvolveu a proposta de uma pedagogia para a vida, fundamentado em princípios extraídos da natureza humana e da experiência de seu trabalho como Pastor (Disponível em: <<http://educar.paracrescer.abril.com.br/aprendizagem/celestin-freinet-307897.shtml>>. Acesso em: 22 jan. 2017).

³¹ Friedrich Froebel (1782-1852), criador do Kindergarten (Jardim de Infância) em 1837. Para Froebel, a unidade de tudo é Deus – tudo provem de Deus, que é o único princípio de tudo, da natureza (manifestação exterior) e da inteligência (manifestação interior). Isso o conduz a valorizar tudo o que resulta de manifestação livre e espontânea. “Distingue vários níveis de desenvolvimento do homem: o primeiro – bebê, quando o interior se manifesta pelo movimento; o segundo – criança, quando o interior se manifesta pela palavra e o jogo; por último, o terceiro – jovem, quando a escola e a aquisição de conhecimentos exercem um papel primordial” (BASTOS, 2011, p. 105).

³² Jean Piaget (1896-1980), o comportamento dos seres vivos não é inato, nem resultado de condicionamentos. Para ele, o comportamento é construído numa interação entre o meio e o indivíduo. Esta teoria epistemológica é caracterizada como interacionista. A criança passa progressivamente por vários estágios onde se observa o desenvolvimento cognitivo e a capacidade de adaptar-se ao meio primitivamente pela inteligência sensório-motora (Disponível em: <<http://www.jean-piaget.ardois.com.br/pgn/9751/noticias-pedagogia-em-foco/>>. Acesso em: 13 jan. 2017).

Em virtude disso, uma das professoras revelou que divergências existiam no modo de ensinar, pois algumas entendiam que era necessário trabalhar o lúdico como atividade principal, porém, o trabalho com as letras era tido como primordial:

A execução completa dos programas foi sempre um problema para os professores. Por que despender tempo com lições de canto, trabalhos manuais, desenho, exercícios ginásticos, ciências naturais, se o mais importante era ensinar às crianças a leitura, a escrita e os cálculos aritméticos fundamentais? (SOUZA, 2008, p. 52).

Em relação à prática pedagógica na turma do pré-escolar, percebemos que existiam desavenças entre as professoras em relação a prioridade de conteúdos a serem trabalhadas com os alunos, mas todas as entrevistadas afirmaram que exploravam todas as áreas de ensino.

Para desenvolver as atividades pedagógicas com os alunos do pré-escolar, era necessária a aquisição de alguns materiais considerados essenciais, como jogos, brinquedos, cordas e bolas. Em virtude dessa necessidade, a professora Nanci revelou-nos que os pais dos alunos contribuíam com o envio de materiais necessários para a realização das atividades, ou em espécie, espontaneamente. Enfatizou que os alunos, cujo pai não colaborasse financeiramente, não ficavam prejudicados, pois os materiais eram adquiridos de acordo com a demanda da turma, assim todas as crianças seriam beneficiadas.

A relação escola/família acontecia nos momentos das reuniões, as professoras Corina, Nanci, Célia e Vânia responderam que “as reuniões aconteciam sempre, geralmente no final de cada bimestre, para entregar as avaliações, e a orientadora Dulce sempre esteve presente”. Essa prática revelou, por um lado, o comprometimento com os pais e os alunos, face a situação de aprendizagem das crianças e, por outro lado, o envolvimento da família com a escola.

4 LEMBRANÇA ESCOLAR: OS ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR.

Na procura pelas fontes documentais do primeiro Jardim de Infância oficial do Município de Astorga, localizamos fichas de matrícula dos alunos do pré-escolar, algumas com o preenchimento incompleto, mas em bom estado de conservação. O que imediatamente nos chamou a atenção foi o fato das fichas conterem fotografias dos alunos, o que foi revelado pela professora Corina como [...] “uma exigência da escola para efetuar a matrícula na pré-escola, até hoje guardo a foto que a minha filha tirou para entrar na escola”.

Essa busca por conhecer os alunos, refletiu-se sobre a memória, tão importante para a construção da história. Segundo Le Goff (1990 p. 423), “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas”. Deste modo, aprendeu-se que a história se constrói nas ações simultâneas e coletivas, num determinado ambiente. Cada indivíduo representa o conjunto de memórias que acumula sobre os territórios percorridos, memórias que são coletivas e que, desveladas, exibem a história de um lugar. Dessa forma, apresentaram-se questões que constituíram a memória dos alunos do pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso.

Ao manipular as fichas de matrícula, constatamos que algumas estavam misturadas, sem data, por isso, foi impossível determinar o ano que cada aluno frequentou este nível de ensino. De acordo com o Documento Diagnóstico Preliminar da Educação Pré-escolar no Brasil (1975, p. 50):

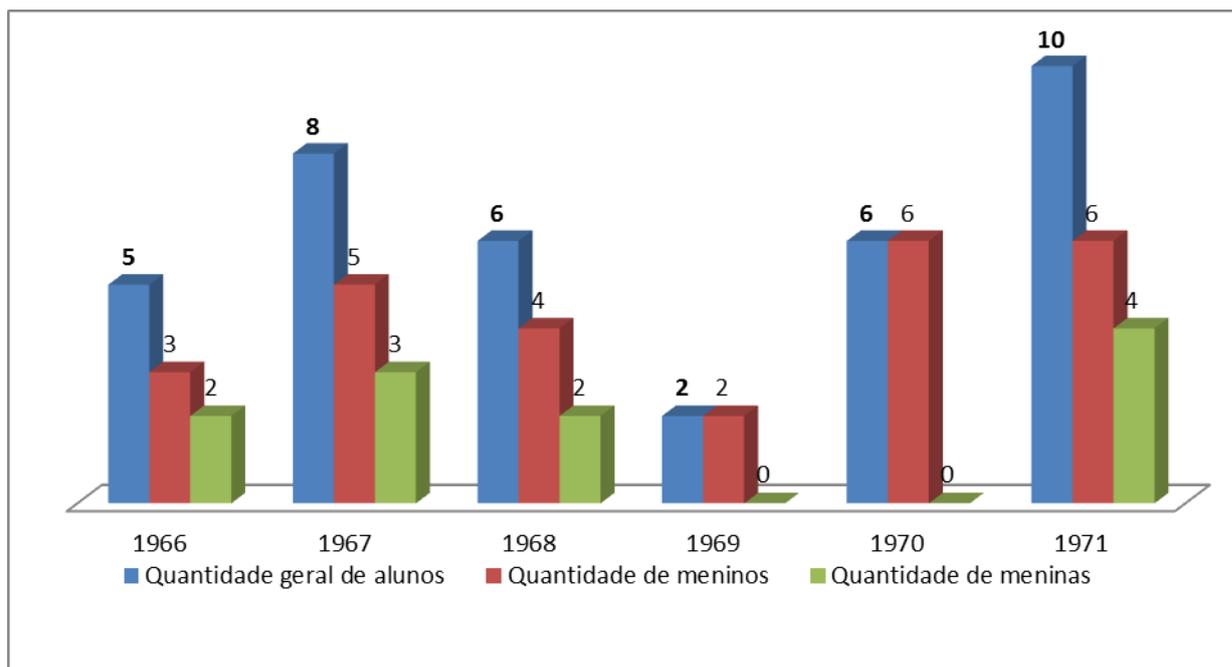
A educação pré-escolar é feita, normalmente, a partir de 2 anos de idade da criança, até aos 6 anos e 11 meses, quando ela ingressa na escola de 1º grau. No entanto, há atendimento também, embora em menor escala, antes de 2 anos. Há as seguintes instituições: as creches atendem crianças de 0 a 2 anos; as escolas maternas atendem de 2 a 4 anos, e os jardins de infância, de 4 a 6 anos.

Em relação à idade exigida para se frequentar o pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso, houve divergência nos depoimentos das educadoras. A professora Nanci informou que “[...] se a criança tivesse completado cinco anos, poderia cursar a pré-escola. As primeiras turmas apresentavam alunos com várias

idades, de cinco até seis anos incompletos”. A professora Corina respondeu que só recordava que a filha foi ao pré-escolar da escola de Aplicação Monsenhor Celso em 1972, e seu filho em 1974. A professora Célia informou que aceitavam crianças, a partir dos quatro anos na pré-escola. Constatamos pelas fichas de matrícula que a idade encontrada dos alunos que cursaram o pré-escolar foram de quatro a seis anos, cumprindo o que determina a Lei nº 5.692/71, que criança com sete anos deve frequentar o primeiro ano do ensino primário.

As fichas de matrícula contêm perguntas a respeito da socialização, família, costumes e preferência das crianças. Dentre os vários questionamentos consideramos relevantes para o estudo, as apresentadas a seguir. Iniciamos com informações acerca da data de nascimento dos alunos.

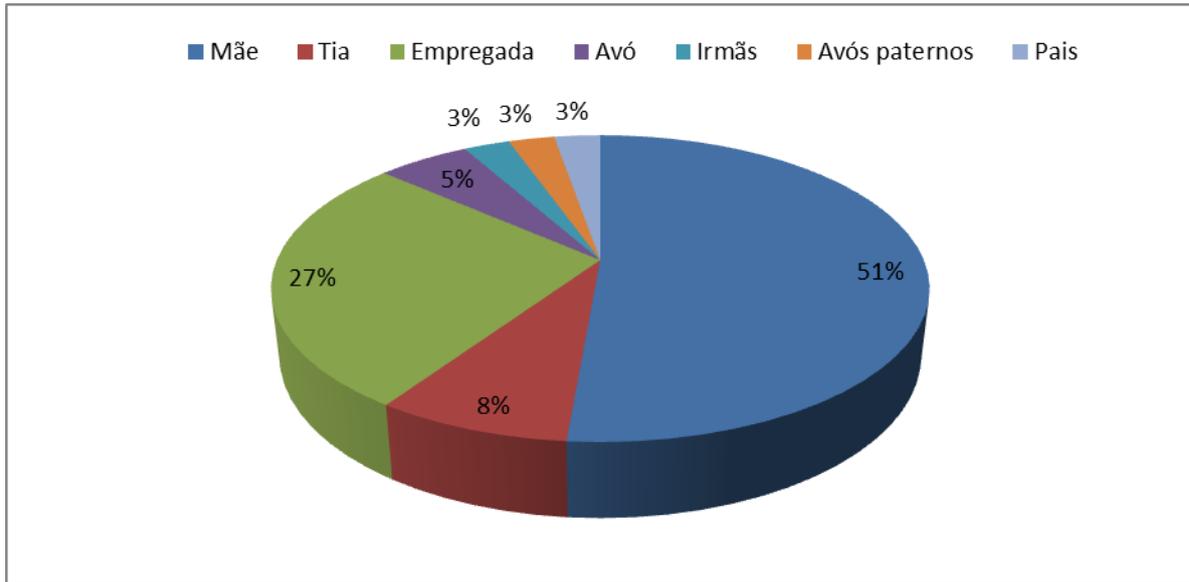
Gráfico 1: Meninos e meninas que nasceram entre os anos de 1966 a 1971



Fonte: A pesquisadora (2017).

De acordo com as fichas de matrícula dos alunos do pré-escolar, os dados do Gráfico 1 demonstram que os alunos matriculados no pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso foram em sua maioria do sexo masculino.

O próximo elemento a ser observado na ficha individual é a quem era confiada à missão de cuidar da criança.

Gráfico 2: Quem cuida da criança?

Fonte: A pesquisadora (2017).

Os dados revelaram que em 51% das crianças matriculadas, a mãe era a responsável pelo cuidado dos pequenos. Entretanto, 27% deixavam seus filhos com as empregadas, evidenciando que algumas mães já trabalhavam fora nesse período. O Diagnóstico Preliminar da Educação Pré-escolar no Brasil (1975, p. 23), ressalta:

A urbanização acelerada afetou o próprio estilo de vida social, a família extensa tende a desagregar-se, subsistindo apenas a família nuclear, mas até mesmo as relações dentro desta se modificam: o pai sai cedo para o trabalho, voltando apenas à noite. A mãe também se vê, geralmente, obrigada a trabalhar, afastando-se de sua casa e de seus filhos, ambos ficam, portanto, distantes um do outro e dos filhos, que ficam entregues aos irmãos mais velhos, a parentes não empregados ou a si mesmos. Com menor frequência, quando a família possui nível econômico melhor, uma empregada cuida deles.

De acordo com Lima (2008), a década de 1970 foi marcada pelo rápido processo de urbanização no município de Astorga, causada pelo êxodo rural, conforme a tabela seguinte:

Tabela 3: Evolução da urbanização no município de Astorga

ANO	1970	1980
Rural	14.289	6.497
Urbana	10.729	14.180

Fonte: IBGE (1990).

Para Lima (2008), os fatores que explicam o êxodo rural, que provocou a urbanização no município de Astorga, devem-se ao fato de que a partir da década de 1950, o Brasil deixa de ser um país essencialmente agrícola, para efetivar-se como país industrial, que necessita de mão-de-obra, a cidade atrai em função da oferta de empregos, educação, médicos e lazer. Na região de Astorga, com o declínio do preço do café e as constantes geadas, o cultivo do café deixou de ser atrativo, sendo substituída pela cultura da soja-trigo. Essas duas culturas se caracterizavam pela alta mecanização, diferente do café, que utilizava muita mão-de-obra, a máquina ocupa postos de trabalho no campo.

O que aconteceu em nosso município é comum a vários municípios paranaenses de pequeno porte. Na fase áurea do café no Norte do nosso estado, nos tornamos área de atração e, quando a economia cafeeira entra em declínio, há a repulsão (LIMA, 2008, p. 60-61).

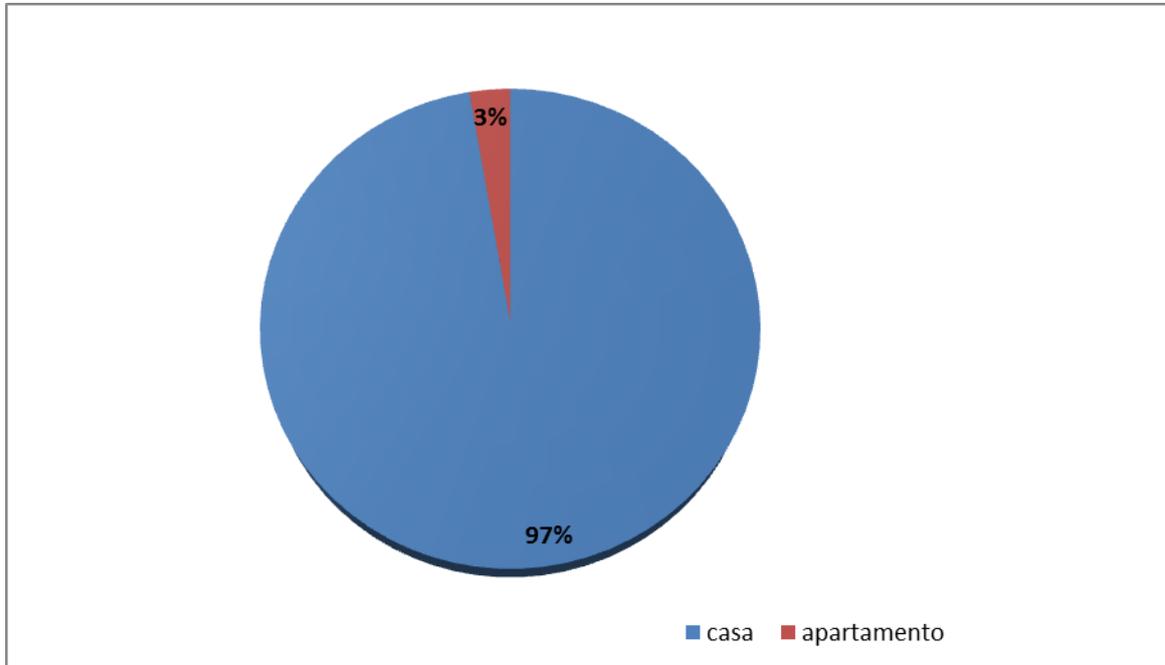
Tabela 4: População economicamente ativa no município de Astorga

ANO	1970	1980
PEA (nº de habitantes)	7.982	8.410
População total	25.018	20.677
PEA(%)	31,9	40,67
População ocupada	7.890	8.365
População ocupada – rural	4.350	2.589
População ocupada – urbana	3.540	5.776
População economicamente ativa – urbana	3.623	5.821
População economicamente ativa – rural	4.359	2.589

Fonte: IBGE (1990).

Outro item da ficha de matrícula revela que 97% das crianças viviam em casas com quintal, comum nas pequenas cidades, que possuíam apenas um ou dois arranha-céus, nesse período.

Gráfico 3: Percentual de crianças de moram em casas e ou apartamento



Fonte: A pesquisadora (2017).

Percebemos, pelo Gráfico 3, que as crianças possuíam espaço para brincar em seu ambiente familiar, devido à cidade de Astorga ser pequena, diferente de centros maiores, em que o ambiente para as brincadeiras é delimitado. Segundo o Diagnóstico Preliminar da Educação Pré-escolar no Brasil (1975, p. 23), “Se estiverem frequentando a escola, as crianças têm, durante parte do dia, um pouco de proteção e assistência educativa. Do contrário, passam o dia na rua ou presas em casa, pelos próprios pais”.

Outro fator relevante, demonstrado na ficha de matrícula, foi em relação ao número de filhos por família, na observação, percebemos que apenas uma das 37 famílias respondeu ter mais que 5 filhos. Entendemos que o número de filhos por casal nesse período é pequeno, variando entre dois e três, e um dos motivos da diminuição da taxa de natalidade deve-se a inserção da mulher no mercado de trabalho e a disseminação de métodos contraceptivos. Lima (2008, p. 62) ressalta que:

No começo do nosso município existia um número grande de crianças e era reduzido o número de idosos, hoje isso mudou e bastante. Aconteceram muitas coisas que fizeram com que as taxas de natalidade diminuíssem e a expectativa de vida aumentasse. No caso da queda da taxa de natalidade está relacionada a queda na taxa de fecundidade, que tem como fatores a ampliação do uso de métodos contraceptivos, maior participação da mulher no mercado de trabalho e casamentos tardios, entre outros.

De acordo com os dados do IBGE, tomando como parâmetro as décadas de 1970 a 1980, a mortalidade infantil diminuiu.

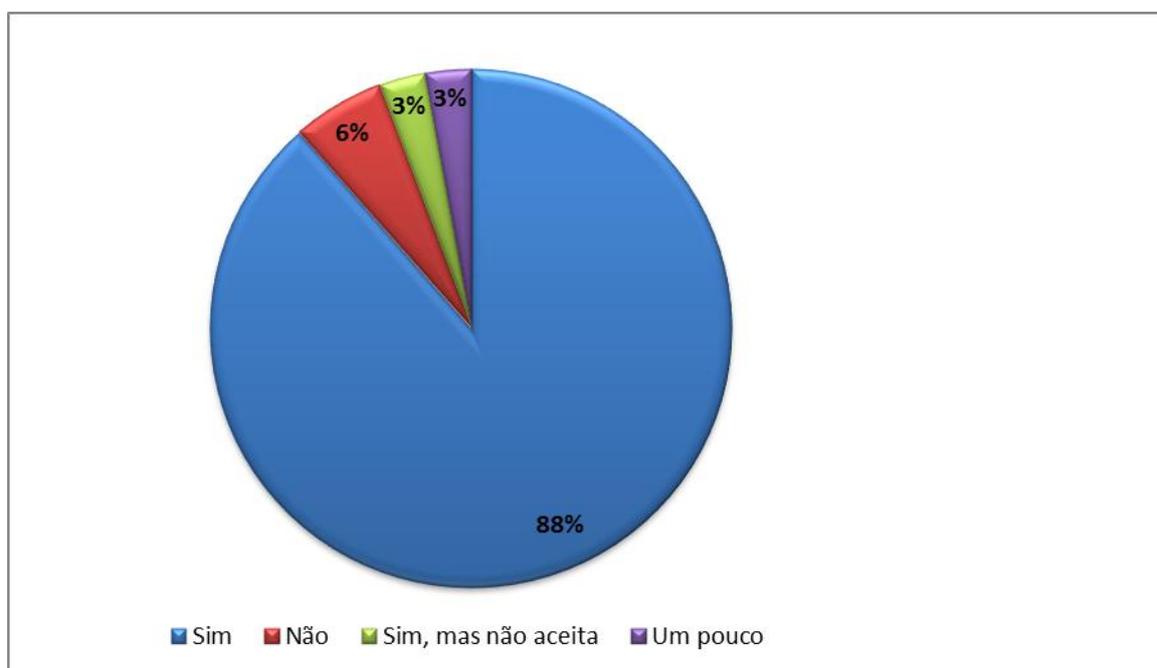
Tabela 5: Índices demográficos do município de Astorga

ANO	1970	1980
Mortalidade Infantil (por mil nascimentos)	86,23	60,81
Longevidade	55,08	59,51
Fecundidade	2,93	2,71

Fonte: IBGE (1990).

Em relação à questão religiosa, notamos que a criança recebia instrução religiosa em casa.

Gráfico 4: Percentual de crianças que recebem orientação religiosa em casa



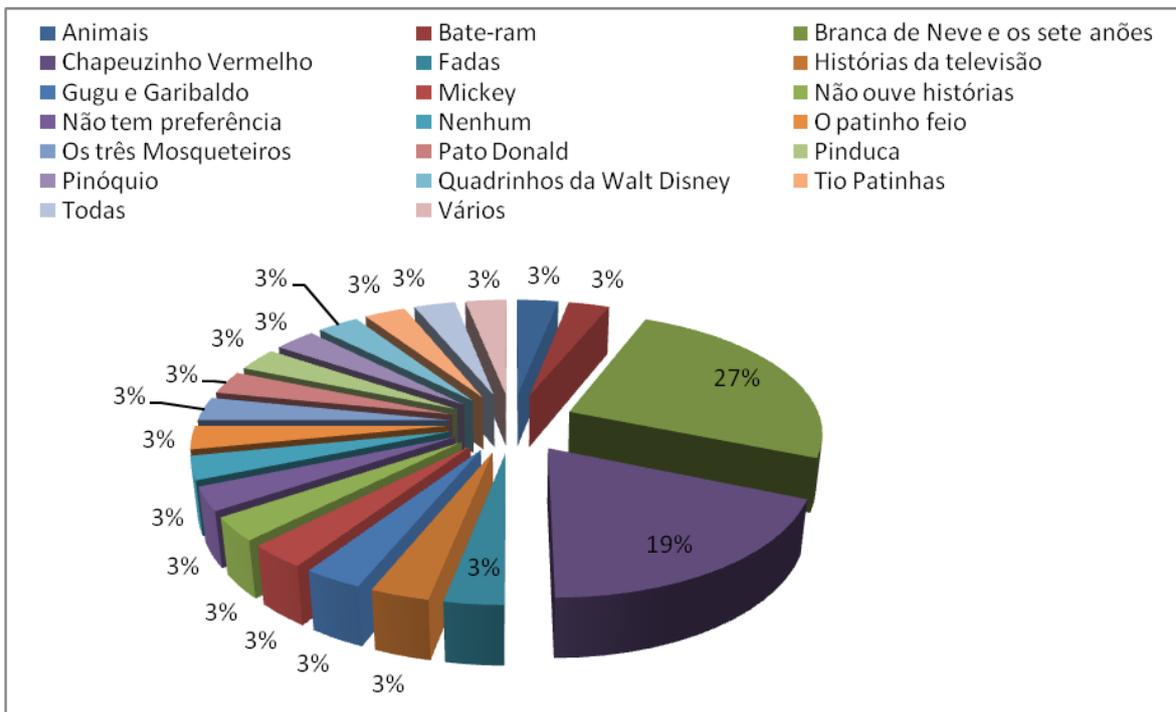
Fonte: A pesquisadora (2017).

O gráfico demonstra que em 88% dos lares dos alunos do pré-escolar a religião fazia parte do cotidiano destas famílias. Em Astorga, desde o início da

colonização, a fé católica era predominante entre os imigrantes, prevalecendo como a religião principal entre as famílias residentes em Astorga.

Em relação às histórias preferidas das crianças, verificamos, na análise, uma diversidade de histórias, muitas responderam que gostam somente das histórias que passam na televisão, demonstrando que na década de 1970 esse meio de comunicação estava fortemente presente nos lares brasileiros.

Gráfico 5: Quais suas histórias preferidas?



Fonte: A pesquisadora (2017).

Em resposta a preferência dos alunos, 27% identificaram-se com a história “Branca de Neve e os Sete Anões”, seguida de Chapeuzinho Vermelho, com 19 %, histórias atrativas para essa idade, pois além das figuras femininas protagonistas, outros personagens encantam o mundo infantil.

Verificamos que embora exista diversidade nas histórias preferidas, os clássicos da literatura infantil eram os mais lidos nos lares dos alunos, por despertarem a imaginação, curiosidade e fantasia. Uma história, quando contada, tem o poder de encantar aquele que ouve. Nesse sentido, Bettelheim (2007, p. 32) afirma:

Os contos de fadas, à diferença de qualquer outra forma de literatura, dirigem a criança para a descoberta de sua identidade e comunicação, e também sugerem as experiências que são necessárias para desenvolver ainda mais o caráter. Os contos de fadas declaram que uma vida compensadora e boa está ao alcance da pessoa apesar da adversidade – mas somente se ela não se intimidar com as lutas do destino, sem as quais não se adquire verdadeira identidade. Estas estórias prometem à criança que, se ela ousar se engajar nesta busca atemorizante, os poderes benevolentes virão em sua ajuda, e ela o conseguirá.

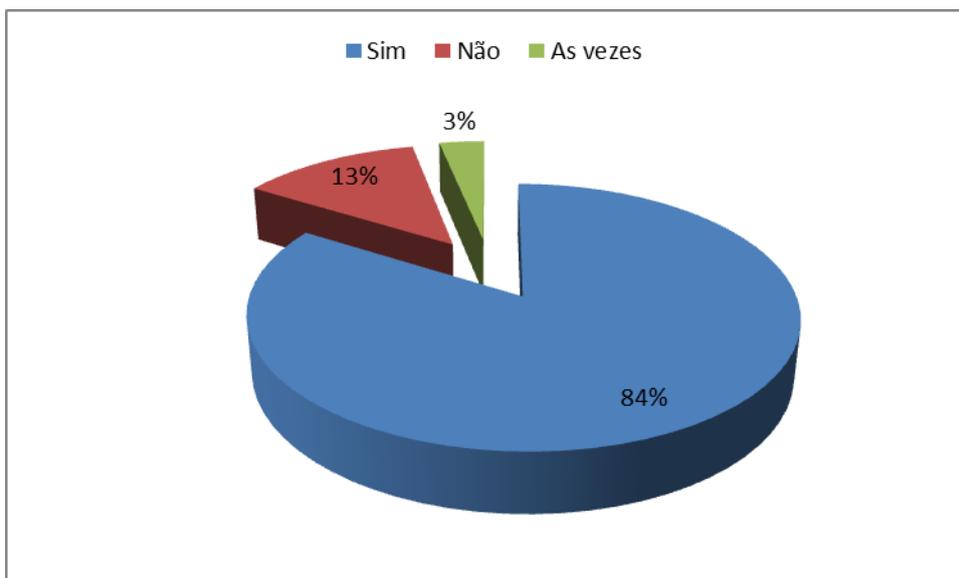
A partir dessa reflexão, podemos afirmar que as crianças, quando ouvem ou lêem uma narrativa, começam a recriar e reorganizar o seu próprio mundo, que possibilita novas dimensões e descobertas.

De acordo com o gráfico 6, as crianças responderam uma variedade de opções que demonstram nesse período a circulação de variedades de histórias infantis, como os gibis percebidos nas respostas Mickey e Pato Donald.

Vale lembrar que essa variedade de preferências entre os alunos se fazia necessário conhecer, todavia, o essencial do ponto de vista pedagógico foi perceber a leitura como parte do cotidiano das crianças. Constatamos, porém, que nem todas as crianças tinham esse hábito, o que revela os modos de ser das famílias brasileiras, que não tinha a presença da leitura em seus lares.

A ficha de matrícula perguntava se as crianças assistiam ao programa Vila Sésamo, com atenção e interesse, as respostas obtidas foram representadas, conforme o Gráfico 6.

Gráfico 6: Crianças que assistem o programa “Vila Sésamo” com atenção e interesse



Fonte: A pesquisadora (2017).

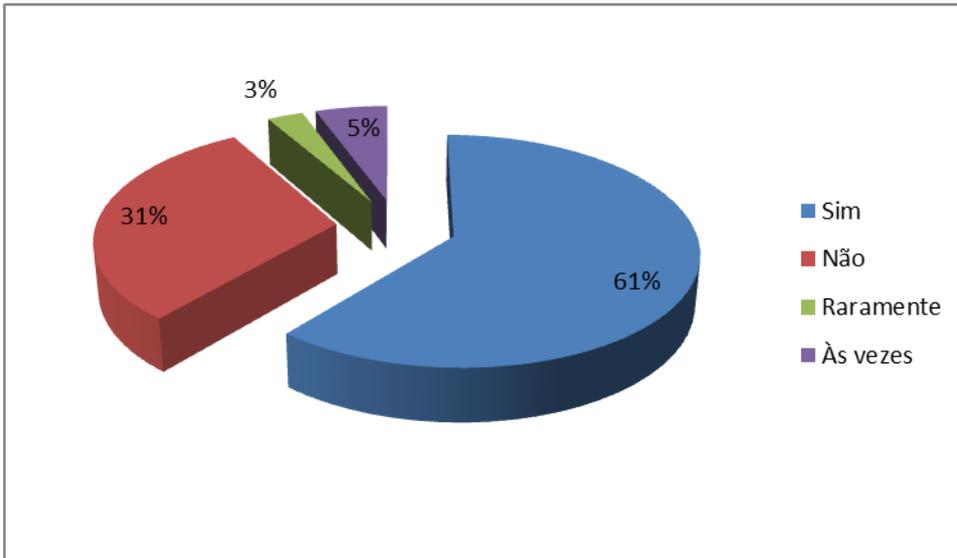
Após a análise do resultado, foi pertinente investigarmos a relevância desse programa para esse grupo de alunos do pré-escolar da cidade de Astorga. Para a elucidação dessa questão, investigamos o Programa Vila Sésamo e descobrimos que nasceu no final da década de 1960, nos Estados Unidos. Foi o primeiro programa transmitido pela TVE para o público pré-escolar no Brasil. De acordo com o Diagnóstico Preliminar da Educação Pré-Escolar no Brasil³³:

A TVE pode ser usada tanto na primeira quanto na segunda modalidade. É possível que em torno dela se centre todo um planejamento com características específicas para a educação pré-escolar, sem tirar-lhe o caráter de meio didático auxiliar. Só recentemente a TVE começou a ser usada para a educação pré-escolar no Brasil. O primeiro programa foi uma série traduzida com algumas adaptações do Sesame Street (BRASIL, 1975, p. 61-62).

Constatamos pela resposta que 84% das crianças do pré-escolar assistiam com interesse o programa Vila Sésamo, demonstrando que o programa televisivo como suporte pedagógico despertava a atenção dos alunos. Mencionaremos ainda que rapidamente o programa Vila Sésamo. Foi exibido nos anos de 1970, destinado à educação pré-escolar, enfocando crianças de três a cinco anos, fazia uso de uma linguagem envolvente, para seduzir e conservar a atenção dos pequenos. Temas semelhantes eram reproduzidos em quadros distintos, para garantir o aprendizado. Personagens humanos e bonecos misturavam-se em um clima lúdico e divertido, ensinando os números, letras do alfabeto, cores, geometria e estímulo ao raciocínio. Faziam parte do programa a dupla de bonecos Ênio e Gugu, Elmo, Songa-Monga, e o memorável Garibaldi, principal personalidade do programa.

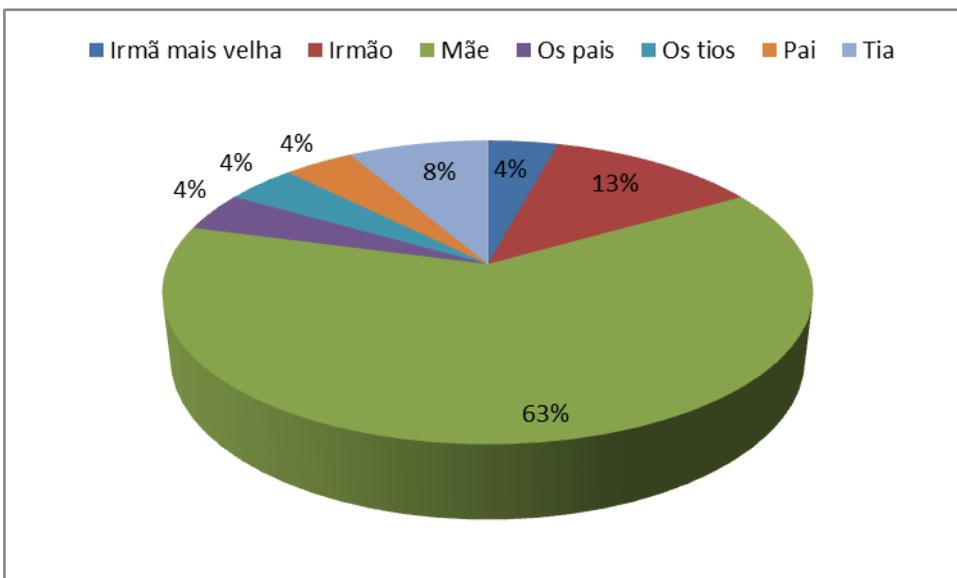
O próximo item da ficha questionava se as crianças ouviam leitura em casa, se gostavam, quem realizava a leitura e quais suas histórias preferidas, eis o resultado.

³³ “Esse documento foi elaborado em 1975 pelo Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenação de Educação pré-escolar, período em que o Presidente da República Federativa do Brasil era Ernesto Geisel e Ministro da Educação e Cultura Ney Braga, Coordenador da educação pré-escolar Vital Didone. Esse documento é o primeiro de uma série que se inicia sobre a educação pré-escolar como subsídio aos planejadores, administradores e educadores” (BRASIL, 1975, p. 3).

Gráfico 7: Crianças que ouvem leitura em casa

Fonte: A pesquisadora (2017).

Entendemos que a maioria das crianças, que frequentaram a turma do pré-escolar, tinham contato com a leitura em casa. Notamos que, 61% das crianças responderam que ouviam histórias em casa. As histórias eram contadas em 63% pelas mães, enquanto uma pequena parcela indicava que os irmãos mais velhos liam para os alunos do pré-escolar, conforme o Gráfico 8.

Gráfico 8: Quem lê para a criança?

Fonte: A pesquisadora (2017).

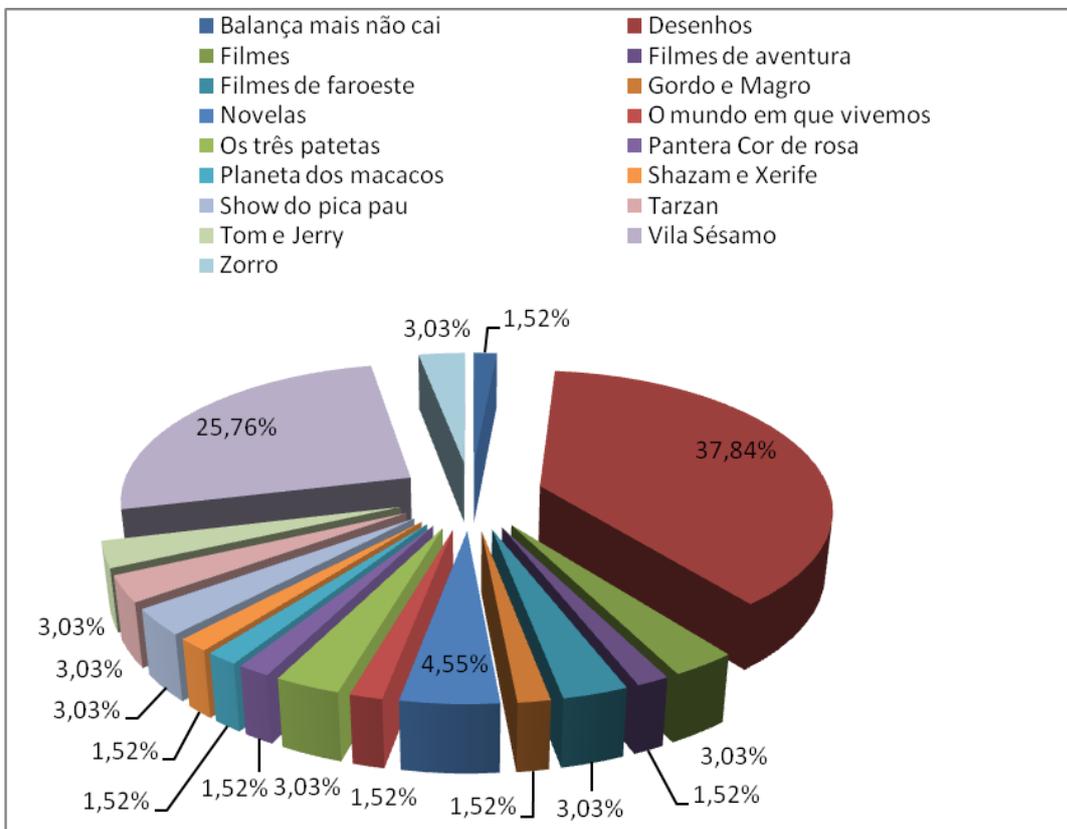
O gráfico demonstra que além dos pais, a família contava com a ajuda dos tios para a leitura. Notamos, nas respostas obtidas, a ausência dos avós realizando essa tarefa, demonstrando que as pessoas com mais idade não tinham esse hábito, muitos nem foram escolarizados. De acordo com o Ipeadata, em 1970 o número de habitantes analfabetos em nosso município era de 28,3% da população.

Tabela 6: Índices de analfabetismo no município de Astorga

ANO	1970	1980
Analfabetos	28,3%	23,7%

Fonte IBGE (1990).

Gráfico 9: Quais seus programas prediletos?



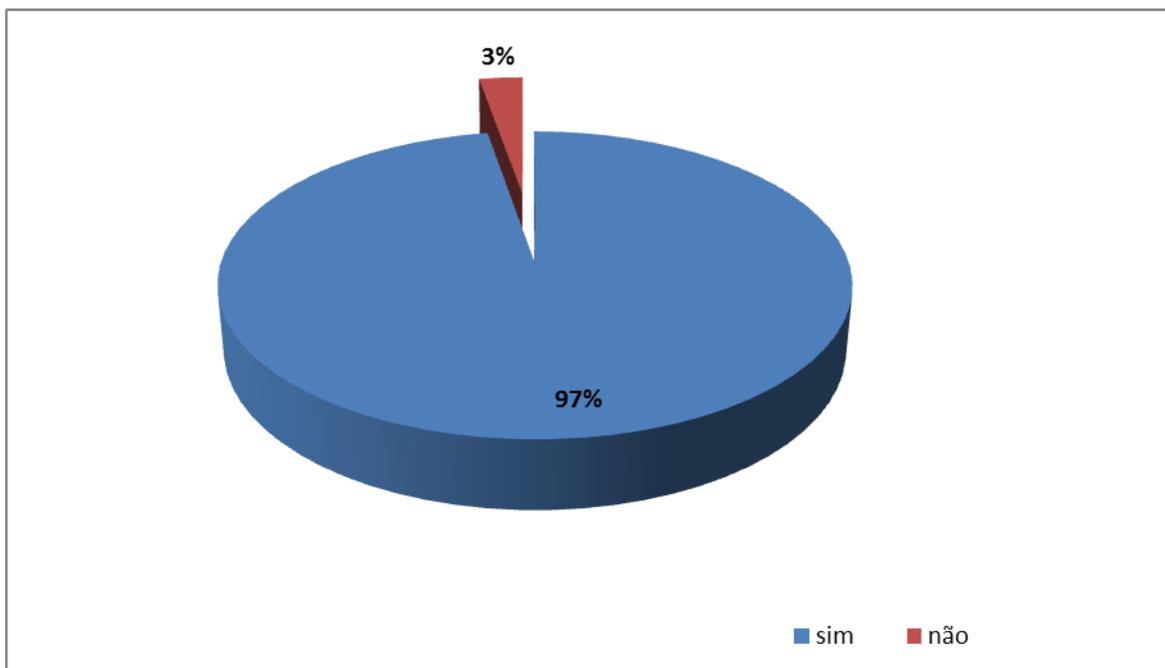
Fonte: A pesquisadora (2017).

Verificamos, na análise realizada, a preferência por dezessete programas de televisão, divididos em filmes, desenhos e novelas, o que demonstra que os alunos tinham uma variedade de programas que cativavam o público infantil. Os desenhos foram os campeões na preferência das crianças, conforme Neves (2009), o desenho animado chama tanto a atenção, por sua cor, rapidez e alegria, desenvolvendo em nosso cérebro um mecanismo conhecido como ilusão ótica, uma vez que suas

imagens são desenhadas a mão e fotografadas uma a uma, reproduzidas com velocidade, para dar a sequência de movimentos e nos transmitir sentimentos e emoções. O fato é que os desenhos animados fazem parte da infância, crianças são alvos das empresas midiáticas e não há um pequeno sequer que não tenha contato com os mesmos. “Não é difícil observar como eles, há décadas, vêm ditando regras de comportamento e de consumo” (NEVES, 2010, p. 10).

O gráfico a seguir avalia se a criança assistia televisão. Os dados mostraram que 97% assistiam TV. Analisando as respostas, concluímos que quase 100% delas assistiam. Apenas um aluno respondeu negativamente a esse hábito, reforçando que as famílias possuíam aparelhos de televisão. Fato espantoso, pois, nesse período, nem todas as famílias possuíam essa tecnologia.

Gráfico 10: Percentual que assistem televisão



Fonte: A pesquisadora (2017).

Diante desse questionamento, Postman (1999, p. 93) ressalta que “Ver televisão não só não requer habilidade alguma, como também não aprimora habilidade alguma”, ou seja, ela é um meio de alienar o indivíduo, já que não se encontra nenhum desafio ao assisti-la.

O questionamento dirigido aos pais referia-se à questão: que hábitos e conhecimentos esperam que seu filho (a) adquira durante este ano no pré-primário? Verificamos no gráfico 12 que 54% desejavam que os filhos terminassem essa etapa

durante o pré-escolar, aprenda a conviver com o outro, que faça amizade, conviva com crianças da sua idade. Além disso, espera que os alunos adquiram os conceitos básicos na formação da personalidade da criança, como a responsabilidade, a independência, a desenvolver boas maneiras, aprenda a ter anseio e até de proferir palavras, funções até então consideradas da família.

Destarte, ficou claro, por meio dos dados, que existiu uma preocupação em relação à aquisição do conhecimento pelo filho, revelando que a Instituição pública, solicitada pela comunidade, ambicionava mais do que meros cuidados.

5 PLANO CURRICULAR DO PRÉ-ESCOLAR

Para a efetivação da problemática dessa pesquisa, investigamos com as professoras do pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso como era aplicado o plano curricular do pré-escolar. Desta forma, pretendemos interpretar o currículo proposto ao ensino pré-escolar de 1974 no município de Astorga. A pergunta chave que impulsionou-nos a investigação foi: Qual currículo era prescrito no pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso? Para a investigação, foram analisadas as áreas de ensino do plano curricular do pré-escolar.

O estudo se dividia nas diferentes áreas: Comunicação e Expressão, Matemática, Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica, Ciências Físicas e Biológicas, Saúde, Educação Musical, Artes Plásticas, Educação Física e Recreação. Percebemos que para cada área de ensino existiam os objetivos operacionais, conteúdos, estratégias e avaliação. É interessante investigarmos quais foram os documentos que direcionaram a elaboração e construção do plano curricular do pré-escolar.

Sobre o plano curricular, segundo as professoras Célia e Nanci foram elas e a coordenadora Dulce quem elaboraram respaldadas por orientações estaduais. A professora Nanci relatou, “Fomos para Curitiba estudar como fazer o plano curricular. Não me lembro, mas acho que foram três dias de curso, mas qual documento ao certo não me recordo, seguíamos o que o Estado do Paraná orientava”. Apesar de não recordar qual(is) documento(s) foi(oram) utilizado(s) é importante ressaltarmos que, nesse período as políticas públicas, voltadas para o pré-escolar no ano de 1972-1974, baseavam-se na Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que menciona em seu Art. 17. “O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos, segundo as fases de desenvolvimento dos alunos”.

Nesse contexto, ao criar condições de ensino para essa faixa etária, seria necessário pensarmos: Que lugar é esse? Que comunidade escolar é essa? Qual criança frequentaria uma instituição educativa pública?

Com o objetivo de entendermos o que prescreve um currículo, faz-se necessário discutir sobre o conceito, a construção e os elementos que o compõem. Para sustentação dessa temática, autores como Antonio Flávio Moreira (1995), Ivor

F. Goodson (1995), Tomás Tadeu da Silva (1995) e Rosa Fátima de Souza (2008) contribuirão para reflexões acerca do tema.

Para Goodson (1995), concentrar a investigação no currículo permite ao pesquisador adentrar nos processos internos da escola. Ao que Poubel e Silva (2006, p. 123) complementa: “O espaço escolar é um elemento curricular que proporciona a aprendizagem de um conjunto de valores, normas, conteúdos e estímulos que não são determinados pelo currículo forma, mas que fazem parte de uma forma silenciosa de ensino”.

O currículo formal como conhecemos não foi constituído por uma única vez, está em constante andamento e transformação, não se pode entendê-lo como resultado de um processo evolutivo, necessita compreender as descontinuidades e rupturas que a ele dão significado:

O currículo formal, tal como conhecemos, não foi estabelecido de uma única vez, em um fato ou momento privilegiado do passado, ele está em constante fluxo e transformação, assim não se pode compreendê-lo como resultado de um processo evolutivo, deve-se, portanto, buscar compreender as descontinuidades e rupturas que a ele dão significado, pois: O processo de fabricação do currículo não é um processo lógico, mas um processo social, no qual convivem lado a lado com fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais, determinantes rituais, conflitos simbólicos e culturais, necessidades de legitimação e de controle, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, à raça, ao gênero (SILVA, 2014, p. 47).

Sobre essa ação frente à elaboração de um currículo refletimos e buscamos uma melhor compreensão dos fatos descritos pelas professoras do pré-escolar, mencionamos, portanto, que o currículo faz parte da cultura escolar. Dominique Julia (2001) refere-se que a cultura escolar deve ser refletida a partir “das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém”, nesse sentido, reportamo-nos as falas das entrevistadas, que mencionam que, anteriormente, a criação do jardim de infância da Escola de Aplicação Monsenhor Celso, foi ofertado o ensino para essa faixa etária em instituição particular. Com o aumento da população, a demanda se expandiu, ao mesmo tempo da vigência legal, para isso:

[...] tornou-se necessário ao ensino a proposição de um currículo diferente entre as classes, pois ainda que a educação fosse os considerados socialmente válidos, deveriam variar de uma classe para a outra, pois o conceito de educação defendido, apregoava que cada indivíduo recebesse a educação que lhe fosse necessária para viver socialmente e conseqüentemente trazer benefícios a essa sociedade (SILVA, 2014, p. 49).

Assim, Julia (2001) aponta que a cultura escolar apresenta uma relação com a “cultura religiosa, cultura política ou cultural”, demonstrando que as instituições de ensino apresentam, em seu cotidiano, características que são próprias de cada local, depende da forma como os atores envolvidos no processo entendem e realizam determinadas ações que permeiam a escola. Para Silva (2006), currículo quer significar experiências e atividades ligadas à organização do tempo, espaço, método saberes e hábitos, comportamentos e avaliação.

A abordagem do currículo, de acordo com Goodson (1995), precisa ser feita de uma perspectiva histórica. Para ressaltar a perspectiva de que o currículo é elaborado num processo histórico.

Uma história do currículo que pretenda ser uma história social do currículo, não pode esquecer que o currículo está construído para ter efeitos (e tem efeitos) sobre pessoas. As instituições educacionais processam conhecimento, mas também - e em conexão com esses conhecimentos - pessoas. A história do currículo deve incorporar aquelas questões que têm constituído a melhor tradição da sociologia da educação, agora numa perspectiva temporal mais ampla. Assim, é importante prestar atenção às formas pelas quais o processamento diferencial do conhecimento está vinculado ao processamento diferencial das pessoas. Diferentes currículos produzem diferentes pessoas, mas naturalmente essas diferenças não são meras diferenças individuais, mas diferenças sociais, ligadas à classe, à raça, ao gênero (GOODSON, 1995, p. 10).

Goodson (1995) deixa claro a importância da história do sujeito para a contribuição na construção do currículo, de maneira que o respeito à diversidade exista e prevaleça.

Segundo Lopes, (2011), a escola, por meio do currículo, deve ser capaz de ensinar os princípios racionais que garantem a compreensão do cânone e permitem o desenvolvimento da mente do estudante. Goodson (2015, p. 18) aborda o currículo da seguinte forma:

O “currículo como fato” precisa ser considerado não como mera ilusão, camada superficial da prática escolar e de alunos e professores, mas como uma realidade social, historicamente específica, expressando relações de produção particulares entre pessoas. Semelhante currículo é uma mistificação quando se apresenta como algo que possui vida própria e confunde as relações humanas nas quais, como qualquer conceito de conhecimento, está embutido, fazendo da educação uma coisa que as pessoas não podem compreender nem controlar.

Assim, percebemos que nos últimos anos, muitas concepções de currículo foram surgindo, pois estão associadas a determinado tempo histórico e a determinadas teorias, manifestando-se na diversidade das relações sociais. No contexto educacional encontra-se a ideia de que currículo representa um percurso a ser seguido pelo aluno durante sua vida escolar. Na afirmação da verdade a esse respeito, é que Moreira e Silva (1995, p. 7) explicitam melhor sobre o currículo:

O currículo há muito tempo deixou de ser apenas uma área meramente técnica, voltada para questões relativas a procedimentos, técnicas, métodos já se pode falar agora em uma tradição crítica do currículo, guiada por questões sociológicas, políticas epistemológicas.

De acordo com os autores Moreira e Silva (1995), currículo é um percurso a ser trilhado e construído no processo histórico das ações realizadas em meio ao âmbito escolar, e que, ao longo do tempo, vai se adequando às mudanças estruturais, sociais, e econômicas, conforme as exigências do momento. O currículo é mais que uma seleção de conteúdos didáticos, mais que uma seleção fragmentada de disciplinas e conteúdos, estando muito além da grade curricular de curso.

Silva (1999) complementa que um currículo não pode ser analisado fora de sua constituição social e histórica. Assim, torna-se necessário estabelecermos vínculos entre currículo e elementos presentes nas relações sociais: a ideologia; a cultura; o poder; as relações de etnia; gênero e diversidade social. Ao pensar a questão ideológica do currículo, é preciso refletir sobre o que e para quem se ensina, nas relações de poder que a sociedade é organizada.

A manutenção do currículo como reprodução da sociedade é fato fundamental para a inculcação de valores presentes nessa sociedade. Segundo Moreira e Candau (2007), quando um grupo compartilha uma cultura, dividem um conjunto de significados, construídos, ensinados e aprendidos nas práticas de utilização da linguagem. Dessa forma, a palavra cultura implica, portanto, num conjunto de práticas, por meio das quais, significados são produzidos e compartilhados pelo grupo.

A cultura no currículo escolar tende a priorizar alguns componentes em relação a outros, destacando padrões de comportamento, ocultando aspectos da cultura familiar e do país. Em uma sociedade dividida, privilegiar certa cultura é forma de manter as diferenças presentes nas relações econômicas. Segundo

Moreira e Silva (1995), o poder não se manifesta em si mesmo, ele acontece nas relações estabelecidas nas diferentes camadas e em determinados sociais grupos sociais, os quais estão submetidos a vontade de outros, pois tratar de relações curriculares é tratar de relações de apoderamento.

Ao aprofundarmos o tema currículo, refletiremos que a reforma do ensino de 1º e 2º graus, instituída no início da década de 1970, impactou intensamente o funcionamento das escolas. A Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, fixou as “diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus” no país, constituindo-se no aparelho norteador da reforma. A seguir, explanaremos como o Estado do Paraná trabalhou o currículo para a educação Infantil, a partir da Lei 5692/71.

5.1 CURRÍCULO NO ESTADO DO PARANÁ APÓS A LEI Nº 5.692/71

Para analisarmos o plano curricular de 1974 do pré-escolar da escola de Aplicação Monsenhor Celso é necessário mencionar que na década de 1970, o Brasil vivia sob o regime militar, que restringia o exercício da cidadania e reprimia com violência todos os movimentos de oposição, usando da força aos que se opunham à ordem e regras impostas pelo governo. Dentre seus objetivos, estava o desenvolvimentismo, já que o país ingressava numa fase de industrialização e crescimento econômico acelerado, a classe trabalhadora era vista como a que poderia realizar cursos técnicos para suprir a demanda industrial que aumentava.

A educação, voltada aos trabalhadores, objetivava a formação de mão-de-obra para ocupar inúmeros postos de trabalho, cabia aos alunos realizar atividades voltadas à formação para a atuação, e não de desenvolvimento das habilidades individuais mais amplas e diversificadas, formando uma população manuseada pelas ordens políticas e econômicas. Ao analisarmos as informações ao conhecimento do contexto econômico, político e social, Kossoy (2001, p. 117) enfatiza que: “[...] o significado mais profundo da imagem não se encontra necessariamente explícito. O significado é imaterial; jamais foi ou virá a ser um assunto visível, passível de ser retratado fotograficamente”.

A educação era entendida como um espaço de formação profissional via treinamento, habilitando os jovens para suprir a demanda das fábricas em ascensão.

Desta forma, por meio de um programa de educação voltado à profissionalização, anunciavam-se políticas para erradicar o analfabetismo.

Embora os relatos das entrevistadas mencionarem que a Escola de Aplicação foi considerada moderna para o período em que foi criada “era nova, bonita e organizada”, segundo a professora Célia. Na mesma perspectiva, a professora Corina afirmou “era considerada moderna por ser tudo novo”, todavia, constatamos por meio de documentos que o ambiente da instituição era simples, sem sofisticação, mesmo porque a cidade estava em pleno desenvolvimento, à migração campo-cidade se fazia presente, e a sociedade se constituiu com as pessoas simples do campo. Cornicelli (2015, p. 55) divulgou os dados do censo no período de 1960, 1970 e 1980, uma sinopse do IBGE que aponta o movimento do êxodo rural no cenário paranaense.

[...] na década de 1960 a população se concentrava na zona rural, sendo aproximadamente o dobro da população urbana. Na década de 1970, a população diminui, mas ainda a concentração na zona rural é dominante, no decênio de 1980 a população rural cai para 1/3 da população urbana. Essa movimentação é caracterizada pelo processo de êxodo rural [...].

Nesse sentido, percebemos que a sucessão das décadas acelerou o abandono do campo, em consequência de diversos fatores, pelo empobrecimento do campo, pela busca de melhor qualidade de vida, por buscar, para os filhos, escolas mais próximas a sua casa, entre outros. Nesse contexto, aumentou o número de mulheres no mercado de trabalho e a necessidade de um local para deixarem seus filhos. A comunidade de Astorga foi atendida com a instalação do pré-escolar na Escola de Aplicação Monsenhor Celso, cujo atendimento supria a demanda de vagas, nas palavras de Dona Vânia, “não era difícil conseguir uma vaga no jardim de infância da escola”.

A relação escola/família acontecia nos momentos das reuniões, as professoras Corina, Nanci, Célia e Vânia responderam que “as reuniões aconteciam sempre, geralmente no final de cada bimestre, para entregar as avaliações, e a orientadora Dulce sempre esteve presente”. Essa prática revelou, por um lado, o comprometimento com os pais e os alunos, face a situação de aprendizagem das crianças e, por outro lado, o envolvimento da família com a escola.

Assim, a década de 1970 marca um período de modificações na sociedade brasileira, inclusive na educação, pois após a publicação da Lei nº 5.692/71, o

governo do Estado do Paraná, por meio da Fundação Educacional do Paraná (FUNDEPAR), iniciou uma série de publicações relativas á reforma do ensino. Por meio da Secretaria da Educação e Cultura, foi divulgado o Documento-Base para o Planejamento Prévio para Implantação do Sistema de Ensino do 1º e 2º graus, exigência da Lei vigente. Nesse Documento existe

um cunho descentralizador [...], fazendo com que os Estados sejam responsáveis pela educação que administram, permitindo-lhes participar, criar e renovar constantemente sua estrutura, de tal modo, que não se restringiria apenas a uma reforma, mas sim a uma atualização constante e contínua” (PARANÁ, 1971, p. 19).

Para Martins (2002, p. 11), o Documento Base para o Planejamento Prévio à Implantação do Sistema de Ensino do 1º e 2º graus trazia “medidas de urgência” que deveriam ser tomadas, tais como a reestruturação dos currículos de acordo com a nova lei e a organização de equipes, em nível regional e municipal, para o estudo dos currículos.

Embasado na Lei nº 5.692/71, que determinou em seu Artigo 4º, que os currículos de ensino de 1º e 2º graus teriam um núcleo comum obrigatório em âmbito nacional, uma parte diversificada para atender às particularidades locais e que caberia ao Conselho Federal de Educação fixar as matérias relativas ao Núcleo Comum. Dessa forma, em seu Artigo 1º, de acordo com a Resolução nº 08/71, anexada ao Parecer 853/71 do Conselho Federal de Educação, os conteúdos escolares foram divididos em três áreas do conhecimento: Estudos Sociais, Comunicação e Expressão e Iniciação às Ciências.

5.2 PLANO CURRICULAR DO PRÉ-ESCOLAR DA ESCOLA DE APLICAÇÃO MONSENHOR CELSO

Para adentrarmos no plano curricular do pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso é necessário conhecermos como ocorria a prática pedagógica nesse período. Essencial até hoje, o planejamento das aulas era diário. Segundo as professoras, as docentes possuíam um caderno descritivo e recebiam o apoio constante da orientadora. Porém, pelo pouco tempo disponível no horário de trabalho, na maioria das vezes, o planejamento se estendia até suas residências.

Em relação à rotina diária foi relatado pela professora Nanci, que

[...] ao adentrar na sala de aula, a professora, juntamente com os alunos, cantava uma música infantil diferente a cada dia, voltada para as crianças, como, Atirei o Pau no Gato, Ciranda Cirandinha, A Canoa, entre outras. Em seguida, rezavam a oração do Santo Anjo³⁴, todos os alunos acompanhavam, sem distinção de credo.

A oração mencionada enaltece a religião católica, pois os dizeres são “Santo Anjo do Senhor, meu zeloso e guardador, se a ti me confiou a piedade divina, sempre me rege, me guarda, governa e ilumina. Amém!”. Assim, percebemos que a escola exaltava a fé católica, ainda que a Lei Estadual nº. 4978/1964, em seu art. 18, menciona que o ensino religioso “será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno [...]” (PARANÁ, 1964).

Em relação às atividades pedagógicas, as professoras intercalavam práticas ao ar livre, na área externa exploravam todas as noções básicas de lateralidade, brincadeiras com corda e bola, e dentro da sala, cada aluno tinha cadernos variados, de acordo com a professora Nanci, “cada um com uma finalidade: de desenvolvimento da coordenação motora; do estudo das letras, caderno quadriculado para matemática, envolvendo os numerais, além do caderno de atividades para casa”. Fato que a professora Corina completa “frequentemente, enviava tarefa para casa, como pinturas e desenhos, solicitação e compromisso diário dos alunos”. Na busca por vestígios para a investigação desse estudo, encontramos um caderno de casa, que pertenceu ao filho da professora Corina, aluno do pré-escolar de 1974.

³⁴ A Igreja comemora, no dia 02 de outubro, a festa dos Santos Anjos da Guarda. São eles espíritos celestes a quem Deus confiou a guarda e proteção dos homens. A cada ser humano, desde a hora de seu nascimento, foi confiado um Anjo da Guarda, que o acompanhará até o dia de sua morte, protegendo e assistindo não só contra os perigos temporais, mas especialmente contra os perigos espirituais (Disponível em: <http://www.arcanjomiguel.net/histori_anjos.html>. Acesso em: 19 fev. 2017).

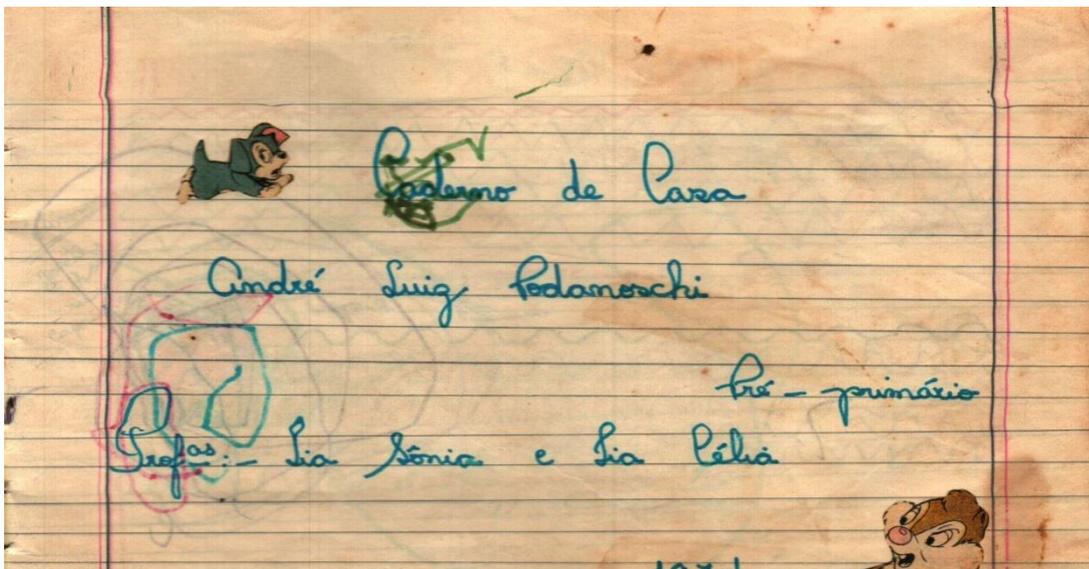
Figura 13: Caderno de casa de ex-aluno do Pré-escolar do ano de 1974



Fonte: Arquivo pessoal da professora Maria Corina Podanoschi (ASTORGA, 1974a).

A imagem da Figura 13 apresenta a capa do caderno de casa do aluno André Luiz Podanoschi, filho de Corina. Notamos se tratar do tema circo, com recorte de desenhos prontos.

Figura 14: Caderno de casa de ex-aluno do Pré-escolar do ano de 1974



Fonte: Arquivo pessoal da professora Maria Corina Podanoschi (ASTORGA, 1974a).

Para Souza (2008), o caderno tornou-se um dispositivo de controle diário das lições ensinadas e das tarefas solicitadas pelos professores.

Percebemos que o caderno era encapado com capricho, na primeira folha era colocado o nome do aluno, das professoras e o ano em curso. A letra era da professora Célia, que reconheceu “Era a minha letra sim, nós dividíamos os cadernos dos alunos, metade para cada uma. Dava trabalho, mas ficava tão bonitinho”. Notamos que o caderno de casa está rabiscado, mas sem as “orelhas nas bordas”, demonstrando certo cuidado pelo aluno. Para Souza (2008, p. 58), isso se deve ao fato de que:

As gerações que estudaram até os anos 70 do século XX devem lembrar do quanto representava o zelo para com os cadernos, o encapar, evitar orelhas nas bordas”, o não arrancar folhas, o passar a limpo, a correção e o visto dos professores, as frases exortativas, a sequência ordenada da matéria, os inumeráveis exercícios, as ilustrações coloridas com lápis de cor.

Intercalado ao período inicial, destacamos o trabalho com a música, a oração e as atividades pedagógicas com a higienização e brincadeiras livres, havia o intervalo (recreio), separado das outras turmas, para se preservar a integridade física dos menores. De acordo com a professora Nanci, o tempo médio para o intervalo era de aproximadamente 30 minutos. Tempo esse que os pequenos utilizavam para lanchar e brincar, sempre acompanhados de uma das professoras, que se revezava para tal função, obedecendo à escala elaborada pela orientadora. A escola não fornecia merenda, cada família providenciava o lanche diário, à escolha da mãe ou dos pequenos. A professora Célia, em meio a risos, contou que: “os alunos lanchavam no pátio da escola, podia levar o que quisesse, até coca-cola”.

Esgotado o tempo do recreio, imediatamente os alunos eram conduzidos para o momento da higienização, cada criança possuía um kit enviado pela família, com pente, escova de dente e creme dental, que era enviado para casa nos finais de semana, para provavelmente ser substituído ou higienizado.

Nos minutos finais do período, os alunos brincavam livremente, atentando-se ao horário de saída, que ocorria meia hora antes da dispensa dos alunos maiores, a fim de evitar transtornos.

De acordo com a Resolução nº 08/71, no seu Artigo 3º, o objetivo dos estudos sociais era o “ajustamento crescente do educando ao meio, cada vez mais amplo e complexo, em que deve não apenas viver como conviver, sem deixar de atribuir a devida ênfase ao conhecimento do Brasil na perspectiva atual do seu desenvolvimento” (PARANÁ, 1971, p. 16). A seguir será demonstrado como foi organizado o plano

curricular, pois segundo a professora Célia, “ensinávamos de acordo com o plano curricular”. Em seguida, será demonstrado como o plano curricular da turma do pré-escolar foi dividido.

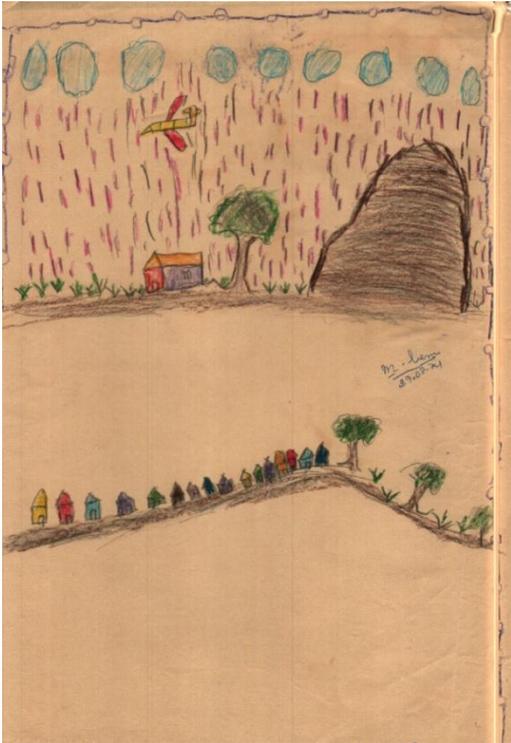
5.3 MATÉRIA: INTEGRAÇÃO SOCIAL. ÁREA: ESTUDOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

Em relação à área de Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica, no artigo 7º do Decreto-Lei nº 369/69 expõem que “será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus (Decreto-Lei nº. 369, de 12 de setembro de 1969). Nesses termos, para o Currículo do pré-escolar da escola Monsenhor Celso foi estabelecido na área de Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica, os temas Meios de Transporte e Comunicação; Riquezas e belezas do solo; Nossas plantas: Utilidades e Nossos animais e animais que vivem em outros países.

Foram utilizados Objetivos Operacionais, com a finalidade de desenvolver hábitos de socialização, cooperação e cortesia com todos: família; comunidade; homens da cidade e homens do campo, costumes diferentes. Despertar e desenvolver atitudes e valores de amar e respeitar a Pátria “Levar a criança a apreciar o trabalho realizado pelos soldados. Incentivar a participação nas festas cívicas promovidas pela escola” (ASTORGA, 1974a, p. 21). Para Souza (2008, p. 59), “[...] essa cultura de inegável, conteúdo nacional, prestava-se à construção da nacionalidade brasileira. O estudo da língua pátria, como o próprio termo expressava, constituía um instrumento de integração e unidade nacional”.

A valorização do homem do campo, para conhecer as atividades, usos e costumes do homem do campo faziam parte das atividades pedagógicas, como se observa na Figura 15.

Figura 15: Atividade pedagógica de ex-aluno do Pré-escolar



Fonte: Arquivo pessoal da professora Maria Corina Podanoschi (ASTORGA, 1974a).

Na imagem anterior, observamos o trabalho do professor com os temas e objetivos operacionais traçados, no qual revela características presentes no campo e na cidade. O desenho da criança demonstra a chuva como elemento da natureza, sua importância e a interdependência dos fenômenos da natureza, como a sobrevivência dos seres vivos, evidenciando uma paisagem do campo com aspectos de interferência do homem na transformação da natureza, representando uma casa. A representação da cidade pelo aluno consiste no agrupamento de vários prédios, a noção de aglomerações que compõem a paisagem urbana, “[...] despertar e desenvolver uma série de valores, que levam a criança a reconhecer a interdependência entre os homens da cidade e do campo” (ASTORGA 1974a, p. 17).

Os conteúdos ministrados nessa área eram destinados a valorizar, respeitar e conhecer, com o objetivo de que alunos fossem mais gentis com todos. Consistia em incentivá-los a participarem das comemorações, em especial da semana da Pátria.

As estratégias utilizadas foram:

- Conversação;
- Dramatização;

- Desenho;
- Painel;
- Passeio;
- Trabalho em grupo;
- Poesia.

Percebemos, pelo plano curricular, que as atividades, em sua maioria, envolviam o trabalho em grupo, a fim da socialização. Entrevistas fizeram parte das estratégias na área de Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica, e foram com: jardineiro, lavrador e agrônomo, quando trabalharam com o tema Nossas plantas: utilidades. Envolveu a participação dos alunos na comemoração de 7 de setembro, com canto e poesias.

A avaliação, conforme o Plano Curricular, consistia em observar se o aluno revelava hábitos de cortesia, cooperação e contribuição com o grupo, respeitando costumes diferentes e apreciar histórias sobre o Brasil. Ainda, em relação à avaliação dos alunos, a professora Nanci informou que realizava bimestralmente divididos por conceitos, bom, ótimo e regular. Já a professora Célia revelou que a avaliação era um processo contínuo, faz-se-ia pela observação diária do desenvolvimento do aluno. Dentre as fichas de matrícula dos alunos, encontramos um modelo de avaliação com duração de trinta dias, conforme a unidade de trabalho de cada matéria que as professoras completavam.

5.4 MATÉRIA: COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO. ÁREA: LÍNGUA PORTUGUESA

A área conteúdos de Língua Portuguesa, exposta no Plano Curricular, foi organizada por temáticas: Meios de transporte e comunicação; O campo e a cidade – interdependência; Riquezas e belezas do solo; Nossas plantas: utilidades e nossos animais e animais que vivem em outros países. Cada Unidade de trabalho exposta em tabelas contém objetivos operacionais, com finalidade específica, proporcionando meios para que os alunos desenvolvam habilidades de:

- Percepção, discriminação e memória auditiva;

- Percepção, discriminação e memória visual;
- Desenvolver a coordenação visual motora;
- Desenvolver a habilidade de mover as mãos e os da esquerda para a direita.

Especificamente para a escrita, os objetivos focavam o estímulo da organização das ideias, com intuito de desenvolver aptidões de ouvir, apreciar, compreender e interpretar versos, desenvolvendo a expressão criadora dos alunos, levando-os a perceber a importância da língua oral e escrita na comunicação.

Um dos conteúdos trabalhados foi à compreensão de absurdos, utilizando uma estratégia que levava os alunos a perceberem situações do cotidiano: “O avião passou fazendo muita poeira. O caminhão levantou vôo” (ASTORGA, 1974a, p. 12), como percebemos na Figura 16.

Figura 16: Atividade pedagógica de ex-aluno do Pré-escolar

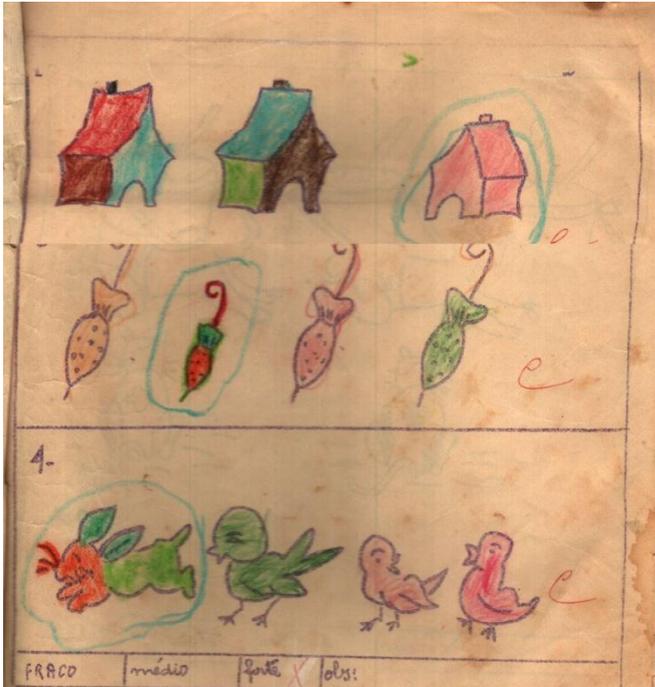


Fonte: Arquivo pessoal da professora Maria Corina Podanoschi (ASTORGA, 1974a).

Na Figura 16, produzida por um dos alunos do pré-escolar, notamos que o conteúdo do plano curricular foi trabalhado, já que a criança desenvolveu, por meio da escrita, a reprodução de histórias, apresentando coesão em relação ao fato do

menino desenhado estar sobre a terra e o avião no ar, próximo às nuvens. Atividades, com o intuito de desenvolver a percepção, discriminação e memória visual fizeram parte das atividades dos alunos do pré-escolar.

Figura 17: Atividade pedagógica de ex-aluno do Pré-escolar



Fonte: Arquivo pessoal da professora Maria Corina Podanoschi (ASTORGA, 1974a).

A Figura 17 revela atividade de prontidão³⁵, trabalhando a percepção, atenção, discriminação visual do aluno, mostrando um instrumento de avaliação para diagnosticar o que o aluno aprendeu, com conceito de fraco, médio e forte. Conceito de diferente, grau e gênero podem ser observados na imagem anterior. De acordo com o Plano Curricular, a avaliação deveria ser realizada por meio de observações das professoras, averiguando se a criança era capaz de realizar as atividades propostas.

Em relação às estratégias utilizadas pelas professoras do pré-escolar, a disciplina de Língua Portuguesa apresenta jogos de percepção para discriminação de ruídos diversos, a fim de estimular a atenção para a audição de histórias e gravações.

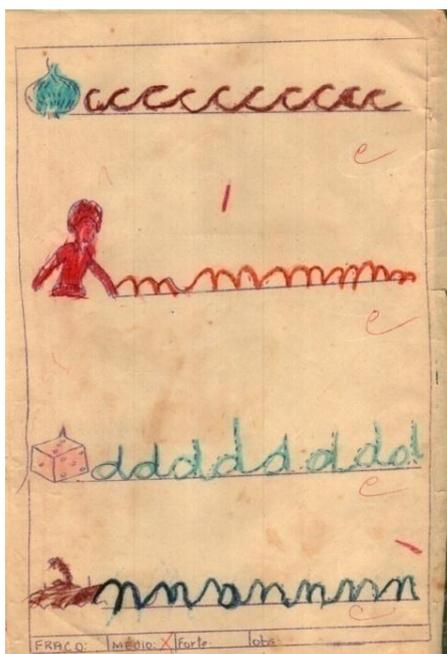
³⁵ Nos anos 1970, foi largamente difundida a ideia de que, no início da escolaridade, toda criança deveria passar pelos exercícios conhecidos como de “prontidão” (do inglês, readiness) para a alfabetização. São atividades mimeografadas que exploravam a coordenação motora, a percepção, atenção, como por exemplo: diferenciar o tamanho, completar o que está faltando em um desenho.

Na investigação desse estudo, encontramos um planejamento direcionado às estagiárias, por tópicos, em que aparecem os conteúdos e estratégias a serem aplicadas com as crianças, porém os encaminhamentos metodológicos e objetivos não estão descritos. No relatório das matérias para o estágio das normalistas, constatou-se a sexta-feira como dia permanente de estágio supervisionado para a turma do pré-escolar. No planejamento das estagiárias, na área de Língua Portuguesa, o conteúdo era a apresentação e exploração da vogal “a”, utilizando um versinho que ensina o traçado da letra.

Vou subindo, vou subindo.
 Vou descendo devagar
 Faço a volta com cuidado
 Para chegar no meu lugar.

Com a exploração do traçado no quadro, primeiramente pela professora, junto com o verso lido, os alunos repetiam o mesmo desenho no caderno, sempre acompanhado pela música. Assim, entendemos que a estratégia do versinho deixava o conteúdo mais atrativo para a aprendizagem. Essa atividade foi contemplada no Plano Curricular, nos objetivos operacionais que diz “desenvolver habilidades de ouvir, apreciar, compreender e interpretar versos” (ASTORGA, 1974a, p. 12).

Figura 18: Atividade pedagógica de ex-aluno do Pré-escolar



Fonte: Arquivo pessoal da professora Maria Corina Podanoschi (ASTORGA, 1974a).

A Figura 18 revela atividades de prontidão, em que era explorada a coordenação motora fina, com o objetivo de completar os pontilhados e diferenciar pessoas, objetos e desenhos. O currículo aponta que sempre existia um modelo: “Seguir com as mãos, movimentos executados pela professora da esquerda para a direita, primeiro no ar, depois, sobre a mesa, e finalmente com o lápis de cor seguindo linhas pontilhadas” (ASTORGA, 1974a, p. 8). Percebemos os pontilhados nas letras, demonstrando a repetição de movimentos que exploram a coordenação motora para o desenvolvimento da escrita. Para Souza (2008, p. 57), “[...] a centralidade da escrita justificava a preocupação com a caligrafia. Escrever com destreza e legibilidade tornava-se também uma demonstração do domínio da cultura escrita”.

Na ficha de avaliação era observado se os alunos dominavam comunicação e compreensão entre os pares e se a professora transmitiu corretamente a mensagem, a fim expressarem sentimento; obedecer ordens simples e respeitar sua vez de falar; e por último, o reconhecimento dos nomes. Ao analisarmos a ficha de avaliação, verificamos que nesse período havia preocupação com o desenvolvimento do aluno em todas as áreas.

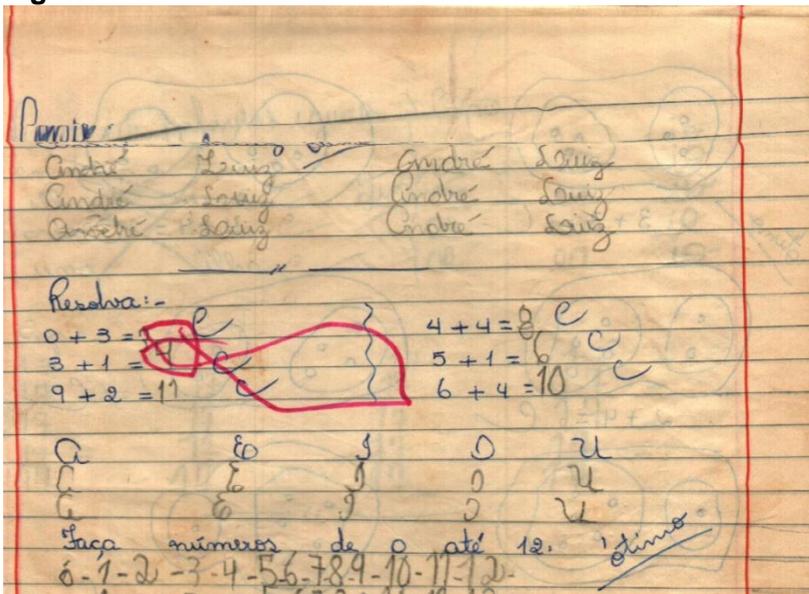
5.5 MATÉRIA: INICIAÇÃO A CIÊNCIAS. ÁREA: MATEMÁTICA

Na área de Matemática, no plano curricular foram trabalhados os temas: Nossa comunidade – o trabalho de todos; Riquezas e belezas do solo; Nossas plantas: utilidades; Nossos animais e animais que vivem em outros países. Os objetivos operacionais visavam:

- Comparação de conjuntos;
- Conceituação dos numerais de zero até dez;
- Conhecer as formas geométricas;
- Formar conceito do numeral ordinal;
- Unidade padrão de medida de massa: quilo.

A figura a seguir demonstra a aplicação de conteúdos propostos no Plano Curricular do pré-escolar, que revela o avanço do conteúdo, com atividades dos números zero até 12. No plano curricular está exposto, nos objetivos operacionais, “Conceituar os números de 1 a 3; Conceituar números de 4 e 5; Conceituar os números 6 e 7; Conceituar os números 8 e 9; Conceituar os números 10 e 0” (ASTORGA, 1974a, p. 15-16, p. 20, p. 24, p. 30).

Figura 19: Caderno de casa de ex-aluno do Pré-escolar do ano de 1974



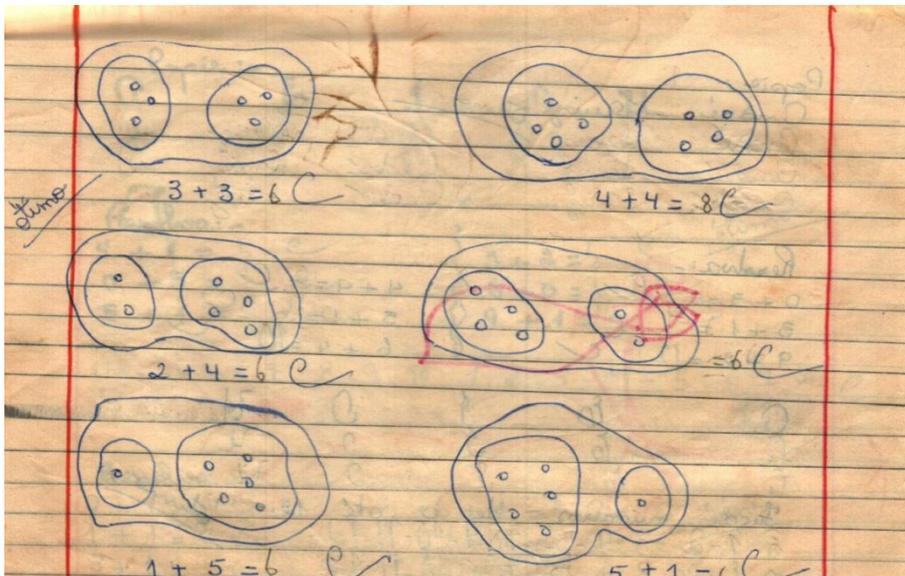
Fonte: Arquivo pessoal da professora Maria Corina Podanoschi (ASTORGA, 1974a).

Além de conceituar os números de 0 a 10, observa-se, no plano curricular, o trabalho com operações, como é exibido na imagem. “Compreensão da adição e subtração como “forma de reunir e juntar quantidade e a subtração como forma de separar ou subtrair quantidades” (ASTORGA, 1974a, p. 16).

Os conteúdos de matemática eram direcionados a reconhecer os números, para isso, era revisado o que foi ensinado anteriormente, antes de prosseguir na sequência de zero a dez. “Revisão dos números e numerais já aprendidos” (PLANO CURRICULAR, 1974, p. 16), processo fundamental para a fixação dos números já estudados. Conhecer, identificar e reproduzir as formas geométricas fazia parte do conteúdo de matemática, além da resolução de pequenos problemas, para “iniciar-se nas operações fundamentais (fatos principais relacionados à adição e subtração)” (ASTORGA, 1974a, p. 16).

As estratégias, que as docentes do pré-escolar trabalhavam na área de matemática, envolviam a utilização de cartões, contendo os números, a fim de que os alunos conseguissem associar objetos, frutas e brinquedos à quantidade, “formar conjuntos de várias qualidades e quantidades e depois ordená-los, começando pelo que tenha menor número de elementos (ASTORGA, 1974a, p. 31), como demonstra a figura 19, há a representação da a exploração da noção de conjuntos, para que os alunos compreendem a adição.

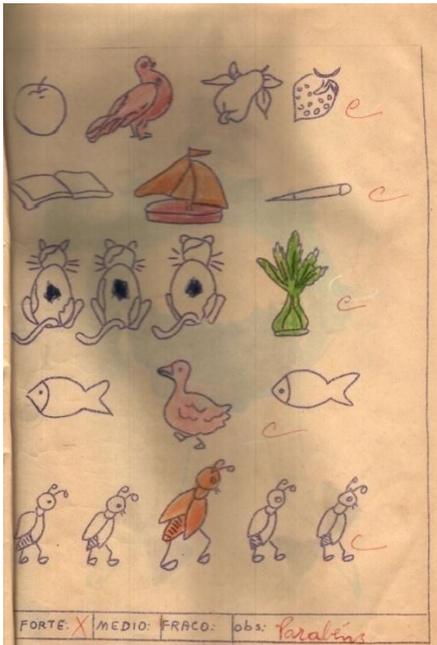
Figura 20: Caderno de casa de ex-aluno do Pré-escolar do ano de 1974



Fonte: Arquivo pessoal da professora Maria Corina Podanoschi (ASTORGA, 1974a).

Outra maneira de reconhecer conjuntos era o de diferenciar as figuras que não faziam parte do conjunto, ou seja, era solicitado para procurar a figura diferente, ou a figura que não pertenceria às características da maioria do conjunto a ser formado, explorando a percepção visual, a observação, o raciocínio lógico e as experiências vivenciadas do seu cotidiano, como demonstra a Figura 21.

Figura 21: Atividade pedagógica de ex-aluno do Pré-escolar



Fonte: Arquivo pessoal da professora Maria Corina Podanoschi (ASTORGA, 1974a).

A imagem revela a atividade de identificação de pertence e não pertence relacionado ao conjunto de frutas, materiais escolares, gatos, peixes e a noção de maior e menor, no agrupamento de formigas. Para exercícios de agrupamentos e formação de conjuntos, o flanelógrafo era um dos materiais utilizados pelas professoras. Em seu depoimento, a professora Célia abriga em sua memória, a lembrança das aulas de matemática. “Nossa!!! Como gostava de usar o flanelógrafo nas atividades de matemática com as crianças, acho que hoje os alunos nem sabem o que é isso”. Para comprovar a fala da professora, o plano curricular menciona “Formar vários conjuntos contendo dois elementos: Na própria mesinha, no flanelógrafo” (ASTORGA, 1974a, p. 5).

Os conteúdos de matemática eram integrados a matéria de Iniciação às Ciências, assim ao trabalhar especificamente o corpo humano, eram explorados exercícios de discriminação corporal, estabelecendo relações entre as partes do corpo, utilizando estratégias para que os alunos percebessem partes do corpo: a cabeça; pé; boca; pernas; braços, entre outras. Com isso eram estimulados a utilizarem parte do corpo (mãos) como instrumentos de contagem oral dos numerais; “[...] estabelecer relações do próprio corpo com objetos: colocar o chapéu em cima da cabeça, colocar o corpo ao lado da garrafa de leite, colocar as pernas embaixo da mesa” (ASTORGA, 1974a, p. 9). Atividades de medida de massa,

especificamente o peso, eram utilizadas para a comparação de vários objetos, frutas e brinquedos, usando as próprias mãos como uma balança.

As estratégias utilizadas no ensino e aprendizagem das crianças do pré-escolar, na área de matemática, foram voltadas ao trabalho com material concreto como:

- Cartões para correspondências numéricas;
- Separação e ordenação de objetos e figuras;
- Formação de agrupamentos de objetos e blocos lógicos;
- Comparação de quantidades dos dedos das mãos, brinquedos, móveis, pessoas;
- Localização das partes do corpo;
- Exercícios de discriminação corporal.

A avaliação na área da matemática, de acordo com o Plano Curricular, consistia em notar se a criança compreendeu, conheceu e identificou os numerais de zero a dez. Sendo, “[...] capaz de realizar pequenas somas e subtração em brincadeiras orais”. Na ficha de avaliação do pré-escolar foi observado se a criança:

[...] Percebe a diferença de tamanho? Está entendendo o conceito de conjunto e elemento? Nota a diferença: entre conjunto de 1 e de muitos elementos? É capaz de fazer avaliações? Está compreendendo a condição de pertinência? Reconhece a quantidade de um ou uma? Desenha com facilidade o numeral um 1? (ASTORGA, 1972a).

Todas as atividades propostas e observadas acompanham o plano curricular do pré-escolar de 1974, revelando o trabalho sistemático, organizado e aplicado.

5.6 MATÉRIA: COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO. ÁREA: EDUCAÇÃO FÍSICA E RECREAÇÃO

Na área de Educação Física e Recreação, os temas foram Riquezas e belezas do solo; Nossos animais e animais que vivem em outros países. Os Objetivos Operacionais voltava-se a auxiliar o desenvolvimento físico, com

atividades de coordenação motora do corpo todo e a socialização “procurar desinibir a criança frente a uma assistência” (ASTORGA, 1974a, p. 15). Experienciar brincadeiras livres, com atividades de correr, saltar, pular, atirar, agarrar, imitar, seguir ordens e procurar objetos, a fim de desenvolver o controle motor e a orientação espacial, fizeram parte dos objetivos operacionais dessa matéria, conforme a imagem 22.

Figura 22: Atividade pedagógica de ex-aluno do Pré-escolar



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Corina Podanoschi (ASTORGA, 1974a).

A Figura 22 revela uma história em que percebemos muitos movimentos, como brincadeiras de roda, balança caixão, exercícios na trave e um personagem caído no chão, que indica jogos e brincadeiras, demonstrando que os conteúdos pautavam-se em jogos livres, jogos imitativos, jogos de correr, brincadeiras espontâneas e cantadas, contação de histórias com interferência, exercícios mímicos, atividades rítmicas como “dançar a quadrilha e outras danças folclóricas” (ASTORGA, 1974a, p. 15).

As estratégias desenvolvidas na área de Educação Física e Recreação destinavam-se as brincadeiras livres, participação de jogos simples, utilizando bolas,

cordas, petecas, exercícios de curta duração com vistas a estimular o tato e a motricidade. Brincadeiras em conjunto para acompanhar canções com movimentos livres, participando de jogos imitativos como a “[...] participação nas histórias contadas pela professora: repetir, a um sinal da professora, certas palavras escolhidas anteriormente” (ASTORGA, 1974a, p. 30), também fizeram parte das estratégias dessa área. Para Souza (2008, p. 67), a prática dessa disciplina sempre deixou a desejar, pois “[...] era alegada a falta de espaços apropriados nas escolas para a execução dos exercícios e jogos. O tempo era considerado insuficiente para cumprir o programa, dando-se preferência às matérias consideradas mais importantes”.

A avaliação acontecia por meio da observação se a criança:

- Movimentava com facilidade, controlando seus movimentos de saltitar, correr, galopar, lançar e agarrar objetos com habilidade.
- Participava, sem constrangimento de atividades, que necessitavam da cooperação dos colegas, aprendia com facilidade canções infantis especialmente as do folclore brasileiro.
- Se a criança criava mímica adequada ao ritmo e “faz esforço para dramatizar corretamente histórias que sugerem mímica própria” (ASTORGA, 1974a, p. 30).

Além disso, a maneira correta da coordenação motora dos movimentos; do brincar com jogos e aparelhos de recreação; da cooperação entre os colegas e interação dos brinquedos cantados foi utilizado para a avaliação na área da Educação Física e Recreação.

5.7 MATÉRIA: COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO. ÁREA: ARTES PLÁSTICAS

Na área de Artes Plásticas, os temas foram Riquezas e belezas do solo e Nossas plantas: utilidades. Os objetivos operacionais basearam-se em desenvolver a coordenação visual e motora, a sensibilidade e a sociabilidade. As cores foram trabalhadas, a fim de que a criança consiga discriminar e perceber as cores “levar a criança a perceber que existem cores que podem ser obtidas através de outras”. (ASTORGA, 1974a, p. 14). Levar a criança a familiarizar-se com vários materiais disponíveis para desenvolver a auto-expressão, “sentir alegria e satisfação em

experimental material variado e realizar um trabalho imediato” (ASTORGA, 1974a, p. 19), bem como adquirir habilidade de planejar e executar projetos individuais e de grupo, para aumentar a iniciativa do espírito de cooperação “liberar emoções e fortalecer a musculatura das mãos, desenvolvendo ao mesmo tempo a criatividade” (ASTORGA, 1974a, p. 19).

Os conteúdos trabalhados foram direcionados aos desenhos livres, atividades de modelagem, recorte e colagem, a fim de que as crianças conhecessem as cores primárias e, em seguida, explorassem novas cores, misturando as cores primárias. Para estimular a criatividade, os conteúdos indicavam trabalhar estampas com folhas, frutas, legumes e, para desenvolver a atenção e coordenação motora, devem “[...] fazer pintura com efeito de mosaico, bordado criador e usar material variado para fazer composição livre” (ASTORGA, 1974a, p. 23).

As estratégias utilizadas para trabalhar a área de Artes Plásticas foram às atividades realizadas em grupos, para montarem livremente murais com materiais diversificados, como “tecido, flores aparas de lápis, casca de árvores, papéis de várias cores” (ASTORGA, 1974a, p. 23). Os desenhos, recorte e colagem, pintura e modelagem foram empregadas nas estratégias do plano curricular do pré-escolar.

A avaliação consistia em averiguar se a criança sabia utilizar vários materiais para expressar suas ideias, se movimentava as mãos com precisão e agilidade a fim de observar se a criança dominava o corpo, realizando ajuste e se tinha boa memória auditiva. Em relação às cores, eram analisadas se a criança “[...] sabe o nome das cores, distingue bem as cores, é capaz de combinar as cores primárias” (ASTORGA, 1974a, p. 14). A matéria: Comunicação e Expressão. Área: Educação será mencionada em seguida.

5.8 MATÉRIA: COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO. ÁREA: EDUCAÇÃO MUSICAL

Na Área Educação Musical, os temas abordados no Plano Curricular foram: Os meios de transporte e comunicação; Riquezas e belezas do solo; Nossas plantas: utilidades e Nossos animais e animais que vivem em outros países. Os objetivos operacionais focavam no desenvolvimento da memória auditiva, organização do esquema corporal, coordenação motora, movimento ritmado,

lateralidade, criatividade e sociabilidade. Conhecer o instrumento de banda rítmica, a fim de enriquecer o repertório de canções da criança, além de “desenvolver a harmonia de movimentos e a graça de dançar” (ASTORGA, 1974a, p. 13).

Um dos conteúdos trabalhados foi conhecer os nomes e sons dos instrumentos que compõem a bandinha, “saber marcar tempo forte, participar da bandinha rítmica” (ASTORGA, 1974a, p. 28), aprender canções e a dançar em conjunto, ouvir e apreciar músicas de boa qualidade.

As estratégias aplicadas no trabalho com a área da educação musical foram focadas nas brincadeiras de rodas, com músicas e jogos imitativos, danças, seguindo ritmos e melodias variadas, experimentar diversos instrumentos para conhecerem os diferentes sons que cada um produz “acompanhar frases melódicas, batendo palmas, apenas nos tempos fortes, com mais de um instrumento”. (ASTORGA, 1974a, p. 28).

A avaliação consiste em:

- Verificar se a criança demonstra curiosidade.
- Participa das atividades musicais.
- Aprende a manusear e utilizar os instrumentos.
- Ouvir e interpretar com facilidade as canções.
- Averiguar se o aluno coordena bem os movimentos “movimenta harmoniosamente todas as partes do corpo (ASTORGA, 1974a, p. 28).

Diante da Educação Musical, observamos na ficha de avaliação dos alunos as seguintes ações.

Gosta de ouvir música? Canta com os colegas? Coordena bem os movimentos dos pés e das mãos? É capaz de repetir canções infantis próprias do Jardim? Participa com alegria dos cantos escolares? Conhece seu corpo e localiza com rapidez suas partes: a cabeça? A cintura? O joelho? O cotovelo?

Para a professora Nanci, a avaliação da apreciação musical poderia ser feita, todos os dias, seguindo a rotina, pois são abordados os hábitos de ouvir e cantar músicas infantis, com o intuito de desenvolver o ritmo com o domínio do corpo e suas partes, memória auditiva e coordenação motora, expressar de forma graciosa, harmônica, bem como sentir prazer com a atividade musical.

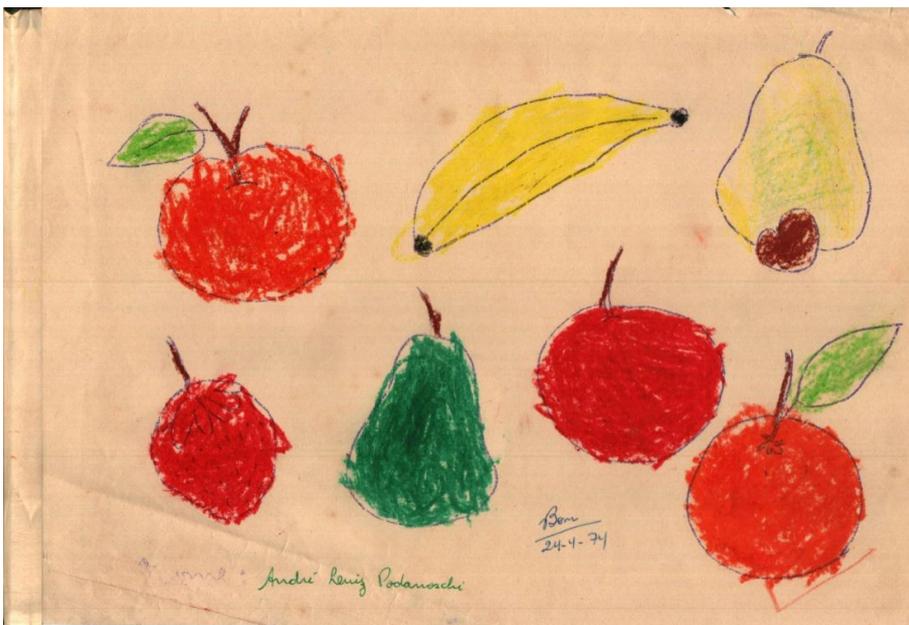
5.9 MATÉRIA: INTEGRAÇÃO SOCIAL. ÁREA: SAÚDE

Para trabalhar a Matéria: Integração Social. Área: Saúde, as unidades de trabalho dividiam-se em Nossa Comunidade – o trabalho de todos; Riquezas e belezas do solo. Para isso foram empregados Objetivos Operacionais que demonstravam como:

- Valorizar a alimentação para conservação da saúde, levando a criança a compreender a necessidade de anseio pessoal e cuidados higiênicos com a habitação e alimentação.
- Cuidados para evitar a transmissão de algumas doenças.
- Necessidade do uso de remédios em pequenos cortes, para evitar infecções e “levar a criança a entender a vacinação, como defesa e proteção contra doenças” (ASTORGA, 1974a, p. 11).

A higiene fazia parte do trabalho que as estagiárias deveriam explorar, seguindo a rotina diária. Para os cuidados pessoais, ensinavam como usar pente, escova, sabonete e toalha. De acordo com Souza (2008, p. 63), “particularmente, a higiene tornou-se um conteúdo muito valorizado pelos professores, por catalisar o sentido da atuação educadora da escola primária”. Além da higienização, os hábitos alimentares tinham destaque na área de saúde, conforme demonstra a imagem 23.

Figura 23: Atividade pedagógica de ex-aluno do Pré-escolar



Fonte: Arquivo pessoal da professora Maria Corina Podanoschi (ASTORGA, 1974a).

Os alunos realizaram atividades que valorizavam os alimentos, reconhecendo como indispensáveis a conservação da saúde,

As estratégias desenvolvidas nessa área da saúde aconteciam por meio de conversação, histórias e desenhos, além de visitas ao dentista da comunidade. A avaliação era realizada pela observação dos hábitos alimentares das crianças e na área da Saúde a ficha de avaliação propôs:

Consegue manter-se limpa? Mastiga bem os alimentos e consegue comer com a boca fechada? Sabe usar sanitários convenientemente? Cooperar na ordem e limpeza da sala durante a realização de atividades? Come asseadamente? Sabe fazer higiene: Escovar os dentes, lavar-se, pentear-se? (ASTORGA, 1972a).

Assim, evidenciamos a preocupação com regras para que as crianças se tornassem adultos educados, com boas maneiras. Conforme a professora Nanci, “Ensinava as regras: com licença, obrigado, por favor... E cobrávamos isso na sala de aula, para que aprendessem”.

5.10 MATÉRIA: INICIAÇÃO AS CIÊNCIAS. ÁREA: CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS

Na Área de Ciências Físicas e Biológicas, os temas trabalhados foram Nossa comunidade – o trabalho de todos; Nossas plantas; utilidades; Nossos animais e animais que vivem em outros países. Os objetivos operacionais foram:

- Ampliar a capacidade de observação em relação aos fenômenos naturais.
- Desenvolver habilidades de perceber a diferença, semelhança e utilidade entre animais, plantas e objetos.
- Proporcionar experimentações que auxiliem o desenvolvimento de percepções sensoriais e ampliar o conhecimento sobre animais “perceber que os animais como os homens, nascem, crescem, respiram, aprendem coisas e se reproduzem” (ASTORGA, 1974a, p. 31).

Os conteúdos trabalhados na área de Ciências Físicas e Biológicas destinavam-se a observação do tempo, se está frio, calor, sol, chuva e vento, além da compreensão que a chuva e o calor do sol, beneficiam a planta.

A Figura 24 mostra uma paisagem rural, com um dia ensolarado, com poucas nuvens, com flores e uma árvore contendo frutos. Percebemos, uma antena de Televisão, demonstrando a tecnologia no campo. “Nessa relação de interdependência, há a valorização do trabalho da família e do homem do campo” (ASTORGA, 1974a, p. 17).

Figura 24: Atividade pedagógica de ex-aluno do Pré-escolar



Fonte: Arquivo pessoal da professora Maria Corina Podanoschi (ASTORGA, 1974a).

Experiências sobre a germinação do feijão, milho e arroz fizeram parte dos conteúdos dessa área de trabalho. Ampliar o conhecimento das crianças sobre animais “conhecer a vida dos animais: porque comem, como constroem suas casas, como os defendem” (ASTORGA, 1974a, p. 31). Sobre isso Souza (2008, p. 63) afirma que “[...] ao longo do tempo, algumas atividades tornaram-se comuns na experiência da escolarização das crianças, por exemplo, a germinação utilizando grãos de feijão, o cultivo e observação de plantas (legumes e hortaliças)”.

As estratégias dessa área foram às observações de diversas espécies de plantas, de gravura, conversação e histórias, exercícios sobre discriminação

gustativa visual, tátil, olfativa e auditiva e desenhos sobre o tempo. A avaliação consistiu em perceber se o aluno era capaz de descrever as variações da temperatura, se participava das experiências realizadas em classe, conhecia alguns nomes de flores e percebia as diferenças entre plantas.

Verificamos que o plano curricular de 1974 da turma do pré-escolar demonstrava organização, com conteúdos e estratégias detalhados em cada área de ensino. Os materiais didáticos explorados são diversificados, dos específicos para a aprendizagem da leitura e da escrita, como para experiências criativas e artísticas, dramatizações e brinquedos instrutivos “Nos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, existem grandes fábricas especializadas em material didático para a educação pré-escolar” (BRASIL, 1975, p. 74). Notamos que embora a instituição disponibilizasse desses materiais, existiam situações em que se aproveitava de materiais simples como sucata, folhas e cascas de árvores e aparas de lápis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, investigamos a história da Educação Infantil no Município de Astorga, com destaque para o currículo do pré-escolar. Para contribuir com a investigação foram entrevistadas ex-diretoras, secretária, professoras, sendo duas mães de ex-alunos que cursaram a instituição no período do recorte analisado.

No decorrer da pesquisa procuramos responder as indagações “Como surgiu a Escola de Aplicação Monsenhor Celso? Quem foram os atores sociais que agiram em favor de sua criação? Em seus primeiros anos de funcionamento, quais eram suas características físicas? Como foi o início do pré-escolar nessa instituição? Como era o currículo do pré-escolar de 1974?”.

Na busca pelas informações sobre o currículo, entendemos que este faz parte da cultura escolar, com peculiaridades próprias de cada local, depende da forma como os personagens envolvidos no processo desempenham as ações que são aplicadas na instituição. Os estudos de Souza (2008) propõem-nos um olhar sobre as práticas de ensino, buscando analisar a função cultural da escola, seu intento em formar um modelo de homem cidadão, utilizando-se de saberes, habilidades, códigos e valores. Ao que Poubel e Silva (2012, p. 202) complementa “a organização do tempo e do espaço, enquanto componentes curriculares, estavam voltadas para a internalização, pelas crianças, de novos hábitos, valores e comportamentos”.

A Escola de Aplicação Monsenhor Celso foi construída pela FUNDEPAR em convênio com a Prefeitura de Astorga, funcionou no mesmo prédio que a Escola Normal Colegial Estadual Monsenhor Celso com o intuito de articularem o trabalho com o estágio das normalistas, que cumpriam suas horas em turmas do primário e pré-escola.

A década de 1970 se configurou como um processo do êxodo rural, a população abandonava o campo, atraídos por melhores condições de vida na zona urbana. Decorrente, as mulheres iniciavam mudanças de ambiente, a trabalhar fora, ritmo de vida diferente e necessitavam de um local para deixarem seus filhos. Desse modo, a comunidade precisava de um espaço para atender crianças menores de sete anos de idade, já que a partir dessa idade o seu atendimento passa a ser garantido por lei, o primeiro ano do ensino primário.

Por meio dos documentos e das entrevistas notamos que a turma do pré-escolar iniciou suas atividades numa sala improvisada, não adaptada às necessidades da faixa etária. Com o auxílio da Associação de Pais e Professores da instituição, pais e comunidade, construíram inicialmente uma sala de madeira para abrigar os alunos do pré-escolar.

Informações reveladas nas entrevistas mostraram que de início a experiência com a educação infantil foi complexa, contudo, aos poucos se adaptaram, inicialmente, as turmas do pré-escolar funcionaram em dois períodos, com idades de 4 a seis anos. Constatamos pelas entrevistas e fichas de matrícula que não existia uma idade “certa” para frequentar o pré-escolar, a maior exigência era o aluno não ter seis anos completos, idade própria para o primeiro ano. As professoras revelaram que os pais participavam assiduamente na vida escolar dos filhos, muitos contribuíam financeiramente ou materialmente para que as atividades pedagógicas ocorressem e participavam ativamente das reuniões.

Na seção com o título “Lembrança Escolar: Os Alunos do Pré-Escolar” nos permitiu conhecer quem foram os alunos que frequentaram esse nível de ensino na Escola de Aplicação Monsenhor Celso. Constatamos que na constituição das primeiras turmas do pré-escolar o número de crianças matriculadas foi maior do sexo masculino do que o feminino. As crianças eram cuidadas em sua maioria pela mãe, embora algumas contavam com o auxílio de empregadas. A moradia dos alunos em sua maioria eram casas, uma minoria morava em apartamentos. Instrução religiosa recebia em casa e tinha como histórias preferidas os clássicos da literatura infantil Branca de Neve e os Sete Anões e Chapeuzinho Vermelho. Comumente os alunos ouviam estórias em casa contadas em sua maioria pela mãe e nesse período os desenhos animados eram os preferidos por essa turma do pré-escolar. Notamos que quase todas as crianças assistiam televisão, embora nesse período o número de aparelho televisivo não estivesse presente em muitos lares brasileiros. Fato que nos permite mencionar que essa turma era composta por filhos de famílias de posses. O conhecimento das letras, números, desenvolvimento da linguagem, ampliação do vocabulário, desenvolvimento global e a socialização eram os requisitos esperados pelos pais quando o aluno concluísse o pré-escolar.

Em relação às áreas apresentadas no plano curricular: Comunicação e Expressão; Matemática; Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica; Ciências Físicas e Biológicas; Saúde; Educação Musical; Artes Plásticas; Educação Física e

Recreação o aporte teórico foi nos estudos de Rosa (2008). Verificamos que todas as áreas continham objetivos operacionais, conteúdos, estratégias e avaliação.

Identificamos que no período em que o plano curricular de 1974 foi elaborado, ocorreram mudanças na Educação em virtude da Lei nº 5.692/71 que determinou que os currículos tivessem um núcleo comum obrigatório em esfera nacional, sendo divididos em três áreas: Estudos Sociais; Comunicação e Expressão e Iniciação às Ciências. De acordo com as professoras entrevistadas, as práticas pedagógicas aconteciam conforme o plano curricular de 1974. Nesse sentido concordamos com Goodson (1995, p. 17) ao afirmar que “os conflitos em torno da definição do currículo escrito proporcionam uma prova visível, pública e autêntica da luta constante que envolve as aspirações e objetivos de escolarização”.

Na Área de Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica os objetivos que identificamos seriam de desenvolver hábitos de cooperação, socialização e gentileza com todos da comunidade, exaltando, sobretudo, o amor a Pátria.

Atividades para desenvolver a percepção, atenção e discriminação visual fazem parte da Área de Língua Portuguesa. Os objetivos focavam na leitura e escrita, no traçado e junção das letras.

Constatamos que as atividades ministradas na turma do pré-escolar estavam além do conhecimento dos números na Área de Matemática, eram exploradas operações de junção e subtração a noção de conjuntos.

Na Área de Educação Física e Recreação, a exploração de atividades com o objetivo de estimular o desenvolvimento físico, brincadeiras livres e dirigidas foram percebidas em atividades que utilizavam: cordas; petecas; bolas e muitas brincadeiras cantadas como as cantigas de roda.

Os conteúdos trabalhados na Área Artes Plásticas eram voltados a recorte, colagem, modelagem, que utilizavam materiais diversificados como tecido, casca de árvores e exploração de tinta para identificação das cores primárias e secundárias.

Percebemos os cuidados com a higienização e alimentação na Área Saúde. As estratégias ocorriam por meio de histórias, desenhos e conversação enfatizando as regras de higienização.

A compreensão dos fenômenos da natureza era visto na Área Ciências Físicas e Biológicas. Como estratégias eram realizadas as experiências com feijão e milho no intuito de analisarem sobre a germinação.

Verificamos que o Plano Curricular era detalhado, o que facilitava a compreensão e aplicação dos conteúdos e ofertava várias estratégias que auxiliavam o professor no momento de planejar sua aula. As avaliações ocorriam a cada conteúdo trabalhado o que evidenciava que as professoras deveriam estar atentas ao desenvolvimento dos alunos em cada Área de conhecimento.

Nesse sentido, concluímos que o plano curricular de 1974 do pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso apresentava-se estruturado em sua elaboração, na distribuição dos conteúdos e na aplicação das atividades propostas em cada área. Constatamos que o objetivo central da formação curricular em estudo foi o de preparar a criança para a alfabetização, com atividades de treinamento para aquisição de habilidades específicas necessárias à aprendizagem da leitura e da escrita. Entretanto, essa preparação acontecia de forma lúdica, com brincadeiras, passeios, exposição, experiências e entrevistas que envolvia a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

FONTES

ASTORGA. **Arquivo iconográfico da Escola de Aplicação Monsenhor Celso.** 1972a.

_____. **Estatuto para Associação “Círculo de Pais e Mestres”.** 1972b.

_____. **Fichas de matrículas de alunos do pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso.** 1972c.

_____. **Ata nº 1 da Associação dos Pais e Professores da Escola de Aplicação Monsenhor Celso.** 1973.

_____. **Plano Curricular do Jardim de Infância da Escola de Aplicação Monsenhor Celso.** 1974a.

_____. **Processo de Autorização de Funcionamento do Pré-Primário da Escola de Aplicação Monsenhor Celso.** 1974b.

_____. **Municípios: sua história & sua gente.** 1980.

_____. **Plano Diretor Municipal de Astorga.** 2008.

_____. **Ficha de Avaliação do pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso.**

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Phillipe. **História social da criança e da família.** Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **Manual para os Jardins da Infância:** ligeira compilação pelo Dr. Menezes Vieira. Porto Alegre: Redes Editora, 2011.

BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais das ciências**: por uma sociologia clínica do campo científico. Texto revisado pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais. Tradução Denise Barbara Catani. “Conferência e debate organizado pelo grupo Sciences e Questions, Paris, INRA, 11 de março de 1997”. São Paulo: Editora UNESP, 2004. Disponível em: <https://cienciastecnologias.sociedades.files.wordpress.com/2011/10/pierre_bourdieu_-_os_usos_sociais_da_cincia.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Lei nº 869 de 12 de Setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 1969.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 11 de agosto de 1971**. Lei nº. 5.692/71. Brasília, DF: MEC, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 5 out. 2014.

_____. Ministério da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenação de Educação Pré-escolar. **Diagnóstico Preliminar da educação pré-escolar no Brasil**. Brasília, DF: MEC, 1975.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Volume 2. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 5, n. 11, p. 173-190, 1991.

CORNICELLI, Elena Pericin Gomes. **História da Educação Rural de Astorga**: práticas educativas e organização Institucional da Escola Rural Água Astorga (1957-1980). 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

DORFMUND, Luiza Pereira. **Emilia Ericksen**. Curitiba: [s.n.], 1996 (mimeo).

GOODSON, IVON. **Currículo**: teoria e História. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1995.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes et al. (Org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Casa Oswaldo Cruz/CPDOC; Fundação Getúlio Vargas/FGV, 2000. p. 31-45.

JULIA, Dominique. A cultura como objeto histórico. **Revista brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. São Paulo: Campinas, Editora da UNICAMP, 1990. p. 149-473.

LIMA, Janete Aparecida de. **Geografia do Município de Astorga**. 2008. 106 f. Trabalho de Conclusão do Projeto de Desenvolvimento Educacional – PDE. Maringá: UEM, 2008. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_janete_aparecida_lima.pdf>. Acesso em: 5 maio 2016.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; PASCHOAL, Jaqueline Delgado. A Educação Infantil no Paraná: o início da história (1862-1915). In: RODRIGUES, Elaine. **História da Infância no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2010. p. 59-77.

MARTINS, Cláudia Regina Kawka. O Ensino de história no Paraná, na década de setenta: as legislações e o pioneirismo do estado nas reformas educacionais. **História & Ensino**, Londrina, v. 8, p. 7-28, out. 2002.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História Oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae**, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. Tradução de Maria Aparecida Baptista. São Paulo: Cortez, 1995. p. 7-11.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, Vera Maria, **Indagações sobre currículo, conhecimento e cultura**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica e Cultura, 2007.

NEVES, Fátima Maria. A educação, a escola e o desenho animado. In: SILVA, A. C. T. da; NEVES, F. M.; MESTI, R. L. (Org.). **Educação, Comunicação e Mídia**. Maringá: EDUEM, 2009. p. 75-92.

NEVES, Fátima Maria. A infância (de todos nós) que está no cinema. In: RODRIGUES, Elaine (Org.). **História da infância no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2010. p. 105-117.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PARANÁ. Documento Base para Implantação do Ensino de 1º e 2º graus. Curitiba: Secretaria da Educação e Cultura/Fundepar, 1971. v. 1 e 2.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Deliberação nº. 02/14 de 3 de dezembro de 2014. Curitiba: CEE, 2014.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Tradução de Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

POUBEL E SILVA, Elisabeth Figueiredo de Sá. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)**. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RODRIGUES, Elaine. **A (re)invenção da Educação no Paraná: apropriações do discurso democrático (1980-1990)**. Maringá: EDUEM, 2012.

RODRIGUES, Elaine; BALADELI, Daniella Tizziani. A História da Infância no Brasil: aproximações e leituras sobre o tema. In: RODRIGUES, Elaine (Org.). **História da Infância no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2010. p. 11-28.

SCHEFFLER, Israel. A linguagem da educação. In: SCHEFFLER, I. **Os slogans educacionais**. Tradução de Balthazar Barbosa Filho. São Paulo: Saraiva: EDUSP, 1974. p. 36-47.

SILVA, Elisângela Alves dos Reis. **A Revista Nova Escola e o ensino de história: em circulação uma proposta de currículo não formal (1997 a 2006)**. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A DIRETORA

ENTREVISTADA: Diretora.

Assuntos: Organização da educação no município, estrutura física da escola, atividade do professor, avaliação de desempenho dos alunos.

- 1) Sabemos que a senhora foi diretora da Escola de Aplicação Monsenhor Celso. Quantos anos a senhora ficou neste cargo?
- 2) A escolha do diretor ocorria de que maneira?
- 3) Que transformações ocorreram no período em que a senhora exerceu a função de diretora em relação a leis; estrutura física; governo municipal e as competências da educação infantil?
- 4) No período em que a senhora trabalhou como diretora a quem competia a educação infantil de Astorga?
- 5) Como foi a implantação do Jardim de Infância nesta escola?
- 6) Como foi decidida a arquitetura do Jardim de Infância?
- 7) Onde e como foram realizados os vencimentos dos professores?
- 8) Quem arcou com as despesas da manutenção do Jardim de Infância?
- 9) Quais foram as exigências da época para trabalhar como professora dos Jardins de Infância de Astorga?
- 10) Como foi a relação entre diretora e orientadora? E entre diretora e professores?
- 11) Havia cursos de formação continuada aos professores do Jardim de Infância?
- 12) Como eram realizadas as matrículas dos alunos do Jardim de Infância?
- 13) Tinha procura por essa oferta de ensino?
- 14) A estrutura física da escola atendeu essa etapa de ensino?
- 15) Como foi o relacionamento da senhora com os pais de alunos?
- 16) Como a Senhora acompanha o trabalho pedagógico desenvolvido no Jardim de Infância?

APÊNDICE B ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A ORIENTADORA

ENTREVISTADA: Orientadora.

Assuntos: Organização da educação infantil no município, estrutura física da escola, atividade do professor, avaliação dos alunos.

- 1) A senhora foi orientadora da Escola de Aplicação Monsenhor Celso. Quantos anos ficou a frente da orientação?
- 2) A senhora foi orientadora de outras turmas ou especificamente do Jardim de Infância?
- 3) A escolha do orientador ocorreu de que maneira?
- 4) Que transformações ocorreram no período em que a senhora exerceu a função de orientadora em relação a leis; estrutura física; governo municipal e as competências da educação infantil?
- 5) No período em que a senhora trabalhou como orientadora a quem competia a educação infantil de Astorga?
- 6) Em relação às leis que amparavam o ensino, qual foi a legislação vigente?
- 7) Como era a estrutura física da escola?
- 8) Era adaptada a essa faixa etária?
- 9) Como foi a relação entre orientadora e professores? E da orientadora e diretora?
- 10) Como foi elaborado o plano curricular do Jardim de Infância? Receberam orientações? Os professores participaram?
- 11) Qual foi o método pedagógico utilizado no Jardim de Infância?
- 12) Que autores vocês utilizavam como referência?
- 13) Havia cursos de formação continuada aos professores?
- 14) Como os alunos eram avaliados?

APÊNDICE C ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PAIS DE EX-ALUNOS

ENTREVISTADO: Pais de ex-alunos.

Assuntos: Estrutura física da escola; Atividades do professor; avaliação de desempenho dos alunos.

- 1) Você foi pai (mãe) de aluno do Jardim de Infância da Escola de Aplicação Monsenhor Celso, no município de Astorga. Como era a estrutura física da escola?
- 2) Você se lembra quem foi a professora?
- 3) Quantos anos seu filho estudou no Jardim de Infância?
- 4) Você pagou mensalidade para o seu filho(a) frequentar o Jardim de Infância?
- 5) A escola ofertava lanche?
- 6) Você era convidado e frequentava as reuniões da escola?
- 7) Como foi o relacionamento entre pai/professor?
- 8) Seu filho tinha tarefa de casa? Você acompanhou?
- 9) A escola teve uniforme?
- 10) A escola solicitava aos pais materiais pedagógicos?
- 11) Você foi informado da avaliação de desempenho do seu filho(a)?
- 12) Quanto tempo seu filho(a) ficou na escola?
- 13) Quais os motivos que te levou a matricular o seu filho(a) no Jardim de Infância da Escola de Aplicação Monsenhor Celso?
- 14) O senhor(a) conheceu alguma criança da idade do seu filho(a) que não frequentava a escola neste período?

APÊNDICE D ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORAS

ENTREVISTADA: Professora.

Assuntos:Atividade do professor; Plano Curricular do jardim de Infância; método de ensino; avaliação de desempenho dos alunos.

- 1) Professora, a Senhora foi uma das primeiras professoras do jardim de Infância da Escola de Aplicação Monsenhor Celso. Quanto tempo lecionou neste Jardim de Infância?
- 2) Que transformações ocorreram no período em que a senhora exerceu a função de professora em relação a leis; estrutura física; governo municipal e as competências da educação infantil?
- 3) Onde e como eram realizados os vencimentos?
- 4) Em relação às leis que amparavam o ensino, qual foi a legislação vigente?
- 5) Como era a estrutura física do prédio? Atendeu as necessidades das crianças desta faixa etária? E do professor?
- 6) Quais foram as exigências da época para trabalhar como professora de Jardim de Infância em Astorga?
- 7) Como foi a relação dos professores com a orientadora e diretora da escola?
- 8) Quais as dificuldades que encontravam para trabalhar com essa faixa etária?
- 9) As atividades pedagógicas seguiam o plano curricular?
- 10) Você participou da elaboração do plano curricular?
- 11) Qual foi o método pedagógico utilizado neste período?
- 12) Quais autores você utilizava como referência?
- 13) Você recebeu orientação para elaboração do planejamento?
- 14) Tinha livro de chamada?
- 15) Como eram realizadas as avaliações de desempenho dos alunos?

APÊNDICE E ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA

ENTREVISTADA: Secretária.

Assuntos: Organização da educação no município; a estrutura física da escola; Atividades do professor; avaliação de desempenho dos alunos.

- 1) A senhora foi secretária da escola de Aplicação Monsenhor Celso. Quantos anos a senhora ficou nesta escola?
- 2) Que transformações ocorreram no período em que a senhora exerceu a função de secretária em relação a leis; estrutura; governo municipal e as competências da educação infantil?
- 3) No período em que a senhora trabalhou como secretária a quem competia a educação infantil de Astorga?
- 4) A senhora trabalhou com a documentação de todas as turmas da escola? Como foi realizado o trabalho com a documentação escolar?
- 5) Como foram realizadas as matrículas dos alunos no Jardim de Infância? A quem destinou o Jardim de Infância?
- 6) Para frequentar o Jardim de Infância os pais pagavam?
- 7) O Jardim de Infância teve livro de chamada?
- 8) A senhora ajudou os professores do Jardim de Infância na realização de alguma atividade pedagógica?
- 9) A senhora recebeu orientações sobre a documentação de alunos? De onde?
- 10) A escola recebeu livros pedagógicos neste período?
- 11) Quanto à guarda dos documentos, havia arquivo e inativo? Onde foram acondicionados e como? Existiu um local apropriado para a guarda do arquivo inativo?

APÊNDICE F HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PARANÁ

Justificamos a explanação da História da Educação Infantil no Estado do Paraná, pelo fato da pesquisa ter como foco o Jardim de Infância de uma cidade pertencente ao norte do referido Estado, que permite a compreensão do processo de criação e organização das instituições paranaenses, com o objetivo de possibilitar a abrangência das especificidades dessa modalidade de ensino. Para tanto, faz-se necessário mencionar, ainda que brevemente, como a educação infantil se iniciou em nosso Estado.

No Brasil, o surgimento das creches se deu a partir do século XX e, inicialmente, recebeu a mesma conotação européia: apenas cuidar das crianças enquanto as mães trabalhavam. Em seguida, surgiram as pré-escolas com caráter educacional e que ficaram conhecidas como “o ensino pré-primário, que funcionava junto aos grupos escolares da rede estadual e de algumas escolas particulares, em geral religiosas” (SEBASTIANI, 1996, p. 22).

Ao refletir acerca da expansão da Educação Infantil, Oliveira (2007) observou que vem ocorrendo, desde o final da década de 1960, na Europa e na América, e no Brasil, especialmente a partir de 1970, devido ao acréscimo da participação e inserção da mulher no mercado de trabalho e da batalha de movimentos sociais, que segundo a autora:

A urbanização e a industrialização nos centros urbanos maiores, intensificadas no início do século XX, produziram um conjunto de efeitos que modificaram a estrutura familiar tradicional, no que se refere ao cuidado dos filhos pequenos. A consolidação da atividade industrial acelerou a transformação de uma estrutura econômica agrária, na qual o trabalho podia ser realizado pelo conjunto dos familiares, em outra estrutura, que passou a incluir a separação física entre local de moradia e local de trabalho e na qual cada trabalhador é considerado uma unidade produtiva (OLIVEIRA, 2007, p. 94).

O avanço da industrialização e da urbanização no Brasil favoreceu o aumento da mão de obra feminina no mercado de trabalho, que intensificou a procura por creches e parques infantis, que funcionassem em período integral. A nova legislação sobre o ensino, estabelecida em 1971 (Lei nº. 5.692), apresentou inovação ao apontar que “os sistemas velarão para que as crianças de idade inferior a 7 anos

recebam educação em escolas maternais, jardins-de-infância ou instituições equivalentes” (BRASIL, 1971).

A discussão sobre a história da Educação Infantil no Paraná iniciou-se quando o mesmo deixou de pertencer a 5ª comarca de São Paulo, para transformar-se num estado gerador de seus próprios recursos. Desse modo, A educação infantil no Estado do Paraná se concretizou, paulatinamente, na história, devido às modificações políticas, sociais e econômicas. “Após a independência, o sistema político e econômico procurou, no estado, reestruturar-se; assim também ocorreria com a instrução”. (LARA, 2006, p. 213), ao que Oliveira reforça: “O Paraná, enquanto Comarca de São Paulo, estava subordinada às determinações legais dessa província, inclusive o ensino, que era regulamentado segundo as disposições das leis paulistas”. (OLIVEIRA, 1986, p. 43).

Entendemos que não se pode desvincular a Educação Infantil do Estado do Paraná do contexto nacional, do movimento de propagação da necessidade da escola pública, obrigatória e laica, responsabilidade do Estado e destinada a todas as classes da população. Verificou-se que no final do século XIX, o país, na tentativa de organizar a educação, desde o jardim de infância, até o ensino superior, inspirou-se em países considerados “modelos”. Ressaltou-se que esse período foi marcado pela entrada de imigrantes no Brasil, para o trabalho nas lavouras do café e outros setores, com forte incentivo do governo, especialmente pelo slogan de modernização do país, que Scheffler (1974, p 36-37) explicou.

[...] Dissemos que os *slogans* fornecem símbolos que unificam as ideias e atitudes chaves de certos movimentos, ideias e atitudes essas que poderiam encontrar alhures uma expressão mais plena e mais literal. Com o correr do tempo, entretanto, muitas vezes os *slogans* passam progressivamente a ser interpretados de maneira mais literal, tanto pelos aderentes, como pelos críticos dos movimentos que eles representam.

Muitos colonos, de várias etnias da Europa, como os italianos e eslavos, foram se estabelecendo no planalto de Curitiba e Campos Gerais. Nesse período, o estado do Paraná contava com duas cidades: Curitiba e Paranaguá e sete vilas. Recomendado pelo governo imperial, ao Presidente do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcelos passou a informar, com precisão ao ministério do império, dados do estado da instrução pública, da agricultura, do comércio, da mineração e da indústria

para o desenvolvimento e progresso da nova província. Havia preocupação do poder público em investir nas escolas públicas primárias, porém, as ações não contribuíram para o atendimento das crianças que já estavam em idade escolar.

A professora Emília Ericksen, com uma ação pioneira e particular, no ano de 1862, criou o primeiro jardim de infância não oficializado, intitulado “Jardim-Escola”, na cidade de Castro, então província do Paraná, com o objetivo de ensinar a língua francesa aos jovens de famílias de poder aquisitivo maior. Com o passar dos tempos, ampliou a escola, escolhendo o trabalho com crianças, inserindo-se diferentes áreas do conhecimento, como: literatura; história; ciências e arte culinária. Embora a escola fosse particular, a professora não fazia distinção entre o aluno rico ou pobre. Afirmação comprovada pelas palavras de Dorfmond (1996, p. 7). “Sua escola era considerada totalmente democrática, pois recebia tanto o [...] filho do rico fazendeiro, do chefe político, do padeiro, do imigrante, e para rigor de igualdade, recebia também, o filho da preta cozinheira”.

De acordo com Machado e Paschoal (2010), a Professora Emília Ericksen incluiu como referencial para o desenvolvimento de seu trabalho, o alemão Friedrich Froebel, a quem conheceu pessoalmente e lhe permitiu constituir uma visão moderna a respeito da educação de crianças. Percebeu-se que a professora Ericksen procurou valorizar e priorizar as brincadeiras em sua instituição, por observar que desta maneira as crianças aprendiam de forma prazerosa, respeitando as necessidades e peculiaridades de cada uma.

As brincadeiras eram valorizadas e priorizadas no contexto desse estabelecimento. Considerava que, por meio dessas atividades, as crianças aprendiam de maneira mais prazerosa aquilo que era proposto na sala de aula. Assim, um diferencial em seu trabalho era a democracia reinante no desenvolvimento das atividades, ou seja, cada criança, de maneira individual, descobria sua própria forma de aprender. Seu trabalho se pautava no respeito às especificidades e às necessidades individuais de cada um (MACHADO; PASCHOAL, 2010, p. 63).

Embora não tenha criado nenhum método próprio de trabalho com os materiais froebelianos, a professora Emília Ericksen destacou-se por sua forma de pensar, pois defendeu a infância como um período de muitas transformações e, sobretudo, que era necessário ensinar nessa fase da vida. De acordo com as autoras Machado e Paschoal (2010), a observação de Froebel influenciou e

desencadeou mudanças educacionais em todo o mundo. Mesmo não sendo reconhecido oficialmente, esse primeiro ensaio de trabalho com as crianças menores de seis anos foi importante para a educação infantil paranaense, especialmente pela sensibilidade desta precursora em reconhecer que era possível educar os pequenos, em um ambiente fora do contexto familiar.

Ao adentrar nos meandros históricos do Estado do Paraná, o segundo Jardim de Infância foi inaugurado no ano de 1906, denominado Jardim de Infância “Maria de Miranda”, considerado o primeiro de iniciativa oficial. A criação de mais um jardim-de-infância no Paraná não eximiu o governo do estado, de julgamentos da imprensa, quanto ao número insignificante de estabelecimentos para essa faixa etária. Segundo Machado e Paschoal (2010), apesar de oficialmente o jardim de Infância do Dr. Menezes Vieira ser considerado a primeira instituição de Educação Infantil, documentos históricos compilam que a primeira instituição de Educação infantil não oficial surgiu no Estado do Paraná, destacando-se como pioneiro em relação à educação dos pequenos.

ANEXOS

ANEXO A DECRETO DE CRIAÇÃO DA ESCOLA DE APLICAÇÃO MONSENHOR CELSO

Pág. 2

DIÁRIO OFICIAL

CURITIBA, 4ª-FEIRA, 17/11/1971

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO Diário Oficial Diretor: J. D. FREITAS NETTO Rua Conselheiro Laurindo, 282 Fone: 22-4737 Publicações Linha corrida... Corodel... Quadro... Assinaturas (anual) Diário Oficial... Diário da Justiça... Números Avulsos Diário Oficial... Diário da Justiça...

Atos do Poder Executivo

DECRETO N.º 1.059

O Governador do Estado do Paraná Resolve nomear, de acordo com o art. 24, item III, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, NEUZA APARECIDA PORTILHO LEONARDI, para exercer, em comissão, o cargo de Inspetor Auxiliar de Ensino — Símbolo 15-C, no município de São José dos Pinhais, da 55.ª Inspeção Regional de Ensino, com sede no referido município. Curitiba, em 11 de novembro de 1971, 150.ª da Independência e 83.ª da República. (aa) HAROLDO LEON PERES Governador do Estado Ruy Ferraz de Carvalho Secretário da Educação e Cultura em exercício Ref. prot. n.º 23.150-71-PG.

DECRETO N.º 1.060

O Governador do Estado do Paraná Resolve nomear, de acordo com o art. 24, item III, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, DUILIO GARCIA, para exercer, em comissão, o cargo de Inspetor Auxiliar de Ensino — Símbolo 15-C, na 54.ª Inspeção Regional de Ensino, com sede em Ivaiporã, ficando exonerada a pedido, a atual ocupante, DORIAN TEREZINHA ROCHA. Curitiba, em 11 de novembro de 1971, 150.ª da Independência e 83.ª da República. (aa) HAROLDO LEON PERES Governador do Estado Ruy Ferraz de Carvalho Secretário da Educação e Cultura em exercício Ref. prot. n.º 23.331-71-PG.

DECRETO N.º 1.061

O Governador do Estado do Paraná Resolve nomear, de acordo com o art. 24, item III, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, EUCLIDES CONTE GNOATTO, para exercer, em comissão, o cargo de Inspetor Auxiliar de Ensino — Símbolo 15-C, no município de Itapejara do Oeste, da 43.ª Inspeção Regional de Ensino, com sede em Pato Branco, ficando exonerado o atual ocupante, EDILIO DALL BELLO. Curitiba, em 11 de novembro de 1971, 150.ª da Independência e 83.ª da República. (aa) HAROLDO LEON PERES Governador do Estado Ruy Ferraz de Carvalho Secretário da Educação e Cultura em exercício Ref. prot. n.º 23.700-71-PG.

DECRETO N.º 1.062

O Governador do Estado do Paraná Resolve nomear, de acordo com o art. 24, item III, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, AURORA LUZIA PEDROSO, para exercer, em comissão, o cargo de Inspetor Auxiliar de Ensino — Símbolo 15-C, no município de São Jerônimo da Serra, da 17.ª Inspeção Regional de Ensino, com sede no referido município. Curitiba, em 11 de novembro de 1971, 150.ª da Independência e 83.ª da República. (aa) HAROLDO LEON PERES Governador do Estado Ruy Ferraz de Carvalho Secretário da Educação e Cultura em exercício Ref. prot. n.º 23.257-71-PG.

DECRETO N.º 1.063

O Governador do Estado do Paraná Resolve nomear, de acordo com o art. 24, item III, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem, em comissão, os cargos que especifica, na 7.ª Inspeção Regional de Ensino, com sede em Telêmaco Borba: DIVONSIR DOS SANTOS REBONATO, Professor do Ensino Primário Normal — nível 18, o cargo de Inspetor do Ensino Médio — Símbolo 6-C, ficando exonerada a pedido, o atual ocupante, ACASSIO FRARE, e TEREZA MARKIEWICZ, Professor do Ensino Primário Normal — nível 16, o cargo de Inspetor do Ensino Primário — Símbolo 14-C, ficando exonerada a atual ocupante, SOELIM ARAUJO LOPEZ. Curitiba, em 11 de novembro de 1971, 150.ª da Independência e 83.ª da República. (aa) HAROLDO LEON PERES Governador do Estado Ruy Ferraz de Carvalho Secretário da Educação e Cultura em exercício Ref. prot. n.º 21.937-71-PG.

DECRETO N.º 1.064

O Governador do Estado do Paraná, tendo em vista o vencido no protocolado sob n.º 24.243-71, neste Palácio, Resolve tornar sem efeito o Decreto n.º 673, de 12 de agosto de 1971, na parte que nomeou MARIA DA CONCEIÇÃO DISTEFANO RIBEIRO, Professor do Ensino Primário, nível 11, inativa, para exercer, em comissão, o cargo de Inspetor Auxiliar de Ensino — Símbolo 15-C, no município de São João do Triunfo, da 5.ª Inspeção Regional de Ensino, com sede na Lapa, voltando em consequência, a ocupar o-referido cargo, JOAO A. PERRELLI. Curitiba, em 11 de novembro de 1971, 150.ª da Independência e 83.ª da República. (aa) HAROLDO LEON PERES Governador do Estado Ruy Ferraz de Carvalho Secretário da Educação e Cultura em exercício

DECRETO N.º 1.065

O Governador do Estado do Paraná, usando de atribuições que lhe confere o art. 47, item XVI, da Constituição Estadual e sob proposta da Secretaria da Educação e Cultura, DECRETA: Art. 1.º — Fica elevada à categoria de Grupo Escolar com a denominação de "José de Alencar", a atual Casa Escolar Braganey, de Corbélia. Art. 2.º — Nos termos do artigo 3.º, do Decreto n.º 7.457, de 29 de março de 1962, fica alterado o Anexo II, do referido Decreto, com a inclusão da função gratificada de Diretor Símbolo 6-F. Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Curitiba, em 11 de novembro de 1971, 150.ª da Independência e 83.ª da República. (aa) HAROLDO LEON PERES Governador do Estado Ruy Ferraz de Carvalho Secretário da Educação e Cultura em exercício Ref. prot. n.º 22.462-71-PG.

DECRETO N.º 1.066

O Governador do Estado do Paraná, usando de atribuições que lhe confere o art. 47, item XVI, da Constituição Estadual e sob proposta da Secretaria da Educação e Cultura, DECRETA: Art. 1.º — Fica criada a Escola de Aplicação "Monsenhor Celso", anexa à Escola Normal Colegial Estadual com o mesmo nome, no município de Astorga. Art. 2.º — Nos termos do artigo 3.º, do Decreto n.º 7.457, de 29 de março de 1962, fica alterado o Anexo II, do referido Decreto, com a inclusão da função gratificada de Diretor, Símbolo 6-F. Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Curitiba, em 11 de novembro de 1971, 150.ª da Independência e 83.ª da República. (aa) HAROLDO LEON PERES Governador do Estado Ruy Ferraz de Carvalho Secretário da Educação e Cultura em exercício Ref. prot. n.º 23.257-71-PG.

DECRETO N.º 1.066

O Governador do Estado do Paraná, usando de atribuições que lhe confere o art. 47, item XVI, da Constituição Estadual e sob proposta da Secretaria da Educação e Cultura, DECRETA: Art. 1.º — Fica criada a Escola de Aplicação "Monsenhor Celso", anexa à Escola Normal Colegial Estadual com o mesmo nome, no município de Astorga. Art. 2.º — Nos termos do artigo 3.º, do Decreto n.º 7.457, de 29 de março de 1962, fica alterado o Anexo II, do referido Decreto, com a inclusão da função gratificada de Diretor, Símbolo 6-F. Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Curitiba, em 11 de novembro de 1971, 150.ª da Independência e 83.ª da República. (aa) HAROLDO LEON PERES Governador do Estado Ruy Ferraz de Carvalho Secretário da Educação e Cultura em exercício Ref. prot. n.º 23.148-71-PG.

DECRETO N.º 1.067

O Governador do Estado do Paraná, usando de atribuições que lhe confere o art. 47, item XVI, da Constituição Estadual e sob proposta da Secretaria da Educação e Cultura, DECRETA: Art. 1.º — Fica criado o Grupo Escolar "Monteiro Lobato", Noturno, no Município de Terra Roxa. Art. 2.º — Nos termos do artigo 3.º, do Decreto n.º 7.457, de 29 de março de 1962, fica alterado o Anexo II, do referido Decreto, com a inclusão da função gratificada de Diretor, Símbolo 8-F. Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Curitiba, em 11 de novembro de 1971, 150.ª da Independência e 83.ª da República. (aa) HAROLDO LEON PERES Governador do Estado Ruy Ferraz de Carvalho Secretário da Educação e Cultura em exercício Ref. prot. n.º 22.163-71-PG.

DECRETO N.º 1.068

O Governador do Estado do Paraná Resolve tornar sem efeito, a pedido, o Decreto n.º 20.925, de 1.º de setembro de 1970, na parte que nomeou ROSARIA GIRGERL NITSCHKE e ANA MARIA PENICHE, para exercerem o cargo de Professor do Ensino Primário Normal — nível 15; nos Grupos Escolares "João Guilherme" de Paranaguá e "Professora Maria Arminda", de Antonina, respectivamente. Curitiba, em 11 de novembro de 1971, 150.ª da Independência e 83.ª da República. (aa) HAROLDO LEON PERES Governador do Estado Ruy Ferraz de Carvalho Secretário da Educação e Cultura em exercício Ref. prot. n.º 22.461-71-PG.

DECRETO N.º 1.069

O Governador do Estado do Paraná Resolve nomear, em virtude de habilitação em concurso, de acordo com o art. 25, item I, da Lei n.º 5.871, de 6 de novembro de 1968, ADEMAR HEEMANN, para exercer o cargo de Professor do Ensino Médio — nível 22 (Licenciado), disciplina de Ciências Físicas e Biológicas, no Colégio Estadual "Santa Cruz", de Guarapuava. Curitiba, em 11 de novembro de 1971, 150.ª da Independência e 83.ª da República. (aa) HAROLDO LEON PERES Governador do Estado Ruy Ferraz de Carvalho Secretário da Educação e Cultura em exercício Ref. prot. n.º 23.989-71-PG.

DECRETO N.º 1.070

O Governador do Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o artigo 47, itens II e XVI, da Constituição Estadual e tendo em vista o vencido no protocolado sob n.º 24.091-71, neste Palácio, DECRETA: Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, para efeito de desapropriação, nos termos do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 2.788 de 21 de maio de 1956, um imóvel situado no Bairro "Abranches", nesta Capital, constituído pelo lote de terreno "A", da planta cadastral do sítio, limitado ao Norte pela estrada nova do Taboão e ao Sul pela estrada velha do Assungui, com área total de 9.062,50 m2 (nove mil, sessenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), inscrito sob o número 4.214 no Registro de Imóveis da 2.ª Circunscrição da Comarca da Capital, imóvel este de propriedade atribuída a HELIO DOMINGOS GRADO BISCARDI. Art. 2.º — A presente declaração de utilidade pública é feita tendo em vista a necessidade de ser construída uma Unidade Escolar. Art. 3.º — Fica a Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, autorizada a efetivar a desapropriação de que trata o presente, para tanto podendo praticar todos os atos judiciais e extrajudiciais necessários ao cumprimento do contido neste Decreto. Art. 4.º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Curitiba, em 11 de novembro de 1971, 150.ª da Independência e 83.ª da República. (aa) HAROLDO LEON PERES Governador do Estado Ruy Ferraz de Carvalho Secretário da Educação e Cultura em exercício

DECRETO N.º 1.071

O Governador do Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o artigo 47, itens II e XVI, da Constituição Estadual e tendo em vista o vencido no protocolado sob n.º 24.092-71, neste Palácio, DECRETA: Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, para efeito de desapropriação, nos termos do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 2.788 de 21 de maio de 1956, um imóvel situado no Bairro "Pilarzinho", nesta Capital, constituído por um lote de terreno com área total de 7.789,00 m2, (sete mil, setecentos e oitenta e nove metros quadrados), limitado pelas ruas projetadas, prolongamentos das Ruas "B" e "C" da "Planta CUBUR", imóvel este de propriedade atribuída a THEODORO POLAK, EDWINDO JOSE POLAK e GLICERIA DE LURDES POLAK. Art. 2.º — A presente declaração de utilidade pública é feita tendo em vista a necessidade de ser construída uma Unidade Escolar. Art. 3.º — Fica a Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, autorizada a efetivar a desapropriação de que trata o presente, para tanto podendo praticar todos os atos judiciais e extrajudiciais necessários ao cumprimento do contido neste Decreto. Art. 4.º — A desapropriação referida neste Decreto é declarada de urgência, para os fins previsto em Lei. Art. 5.º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Curitiba, em 11 de novembro de 1971, 150.ª da Independência e 83.ª da República. (aa) HAROLDO LEON PERES Governador do Estado Ruy Ferraz de Carvalho Secretário da Educação e Cultura em exercício Ref. prot. n.º 24.092-71-PG.

ANEXO B OFÍCIO COM A RELAÇÃO DE ALUNOS QUE FREQUENTARAM O
PRÉ-PRIMÁRIO NO ANO DE 1972

M. 1



Estado do Paraná
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
CURITIBA - PARANÁ

Para produzir os devidos fins, passamos as
mãos de V.Sa. a relação nominal, idade e conceito dos /
alunos que frequentaram o Pré-Primário referente ao ano /
de 1972.

Valemo-nos da oportunidade para apresentar
nossas

Cordiais Saudações

Teusinha C. G. Silva

Escola de Aplicação "Monsenhor Celso"
Astorga - Paraná

ANEXO C FICHA DE PLANEJAMENTO DAS ESTAGIÁRIAS – A

Pré Primário : Fixação dos numerais- 1, 2, 3, 4

- Estratégia : exercício no caderno de aritmética
- Recreação no pátio
- Repouso: 2 minutos
- Vogal " a "

Estratégia: exercício no quadro, no caderno, acompanhado de música.

" Vou subindo, vou subindo.
Vou descendo devagar
Faço a volta com cuidado
Para chegar no meu lugar".

- Jogos recreativos
- Estratégia: jogos de encaixe, dominó, carros de montar, cores, tamanho.

- Poesia
- Estratégia: ensinar a poesia a um aluno.

— Meu lar

" Somos todos bons amigos
No lar que Deus me deu
Para a gente ser feliz
Deve amar o que é seu".

- Higiene:
- Estória infantil (se houver tempo).

3º AnoTEMA : O MUNICÍPIO

6ª FEIRA : deverão levar os alunos para conhecer a biblioteca pública. Os alunos lerão livros de estória e responderão em seus cadernos lá, estas perguntas:

- 1ª) Nome do autor é ?
- 2ª) Os personagens principais são ?
- 3ª) Conte com suas palavras a estória que leu.

"

COLAGEM : Em sala de aula.

Os alunos trarão revistas e figuras, recortarão e colarão em folhas de papel sulfite que serão expostas no varal em sala. Escreverão sobre as gravuras coladas a gosto de cada um. Poderão completar com desenho.

ANEXO D FICHA DE PLANEJAMENTO DAS ESTAGIÁRIAS – B

RELATÓRIO DAS MATÉRIAS PARA ESTÁGIO DAS NORMALISTAS SEXTA FEIRA DIA
24 E COMEÇA PELO PRÉ, 1º, 2º, 3º e 4º ano.

Pré - Primário (Período Matutino) e Vespertino)

ATIVIDADES:-

- Exercício no caderno de prontidão: Recorte e colagem.
pág. 103.

Estratégia- Recortar e colar as figuras nos lugares certos.

- Desenho e pintura.

Estratégia- Desenho livre com lápis cera no sulfite.

- Jogos.

Estratégia- Jogos de dominó, ligar, encaixe, montar e desmontar, etc.

- Recreação livre.

Estratégia- No pátio.

- Higiene.

Estratégia- Usar pente, escova, sabonete e toalha.

1ª série - (Professoras Inácia e Lúcia)

Recapitular:

- Leitura de sons e fixação das interjeições: Ah! oh! Hum!
- Escrita dos sons aprendidos e das interjeições (ditado, cópia, desenho).
- Exercício mimeografado referente ao assunto da semana sobre:
higiene alimentar.
- Fixação de pares.
- Noção de meia dúzia.
- Tarefa a livre escolha.

ANEXO E FICHA DE PLANEJAMENTO DAS ESTAGIÁRIAS – C

MATÉRIA Á SER DADA 6ª FEIRA PELAS ESTAGIÁRIAS
PRÉ-ESCOLAR - *matutino*

- NOÇÃO da vogal "i"
- Estrat... exercício no caderno de atividades.
- Numerais de 1 a 6.
- Estrat... exercício no caderno de atividades.
- Recreação no pátio- dirigida
- Desenho dirigido.
- Estrat:- Desenhar com lápis cera em sulfite.
- Jogos de habilidades psico-motores.
- Ouvir estórias.
- Higiene.

Observação: Todos os exercícios devem ser corrigidos.

ANEXO F PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DO JARDIM DE INFÂNCIA

ESTADO DO PARANÁ

Estado do Paraná

INFORMAÇÃO

PROCOLO Nº 2683-4-74

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

Encaminhe-se ao D. E. 1º Grau (Pré-Escolar)
 Para os devidos fins.

Em 04 de novembro de 19 74

[Assinatura]
 Diretor Adjunto

SEC
 Departamento de Ensino de 1º Grau

Encaminhe-se a este D. E. 1º Grau
 Em 4 de 11 de 74

Gabriel
 Substituto

SEC
 Departamento de Ensino de 1º Grau

Encaminhe se a Dispersão
pré-escolar
 para os devidos fins.

Em 4 de 11 de 1974

[Assinatura]
 Diretor

NADA SE ESCREVERA NESTA MARGEM

Recebido nesta DEPE
 Em 5/11/74
 Zeli

Devolvemos o processo do f. Inf. "Monsenhora Celso", uma vez que o mesmo funciona como escola pública.

SEC
 Departamento de Ensino de 1º Grau
 Divisão de Educação Pré-Escolar

Em 5 de novembro de 1974

Manoel Lucas P. Malucelli
 Chefe de Divisão

ANEXO G PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DO JARDIM DE INFÂNCIA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

1

ESCOLA DE APLICAÇÃO " MONSENHOR CELSO "

EXMO. SR. SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

MARIA DA PENHA REIS FURTADO, infra-assinado, /
desejando adquirir as prerrogativas legais para o funcio /
namento de um Estabelecimento de JARDIM DE INFÂNCIA, vem /
perante V.Excia, nos termos da Lei nº 4.978, de 05 de de /
zembro de 1.964, Sistema Estadual de Ensino, declarar e /
requerer o seguinte:

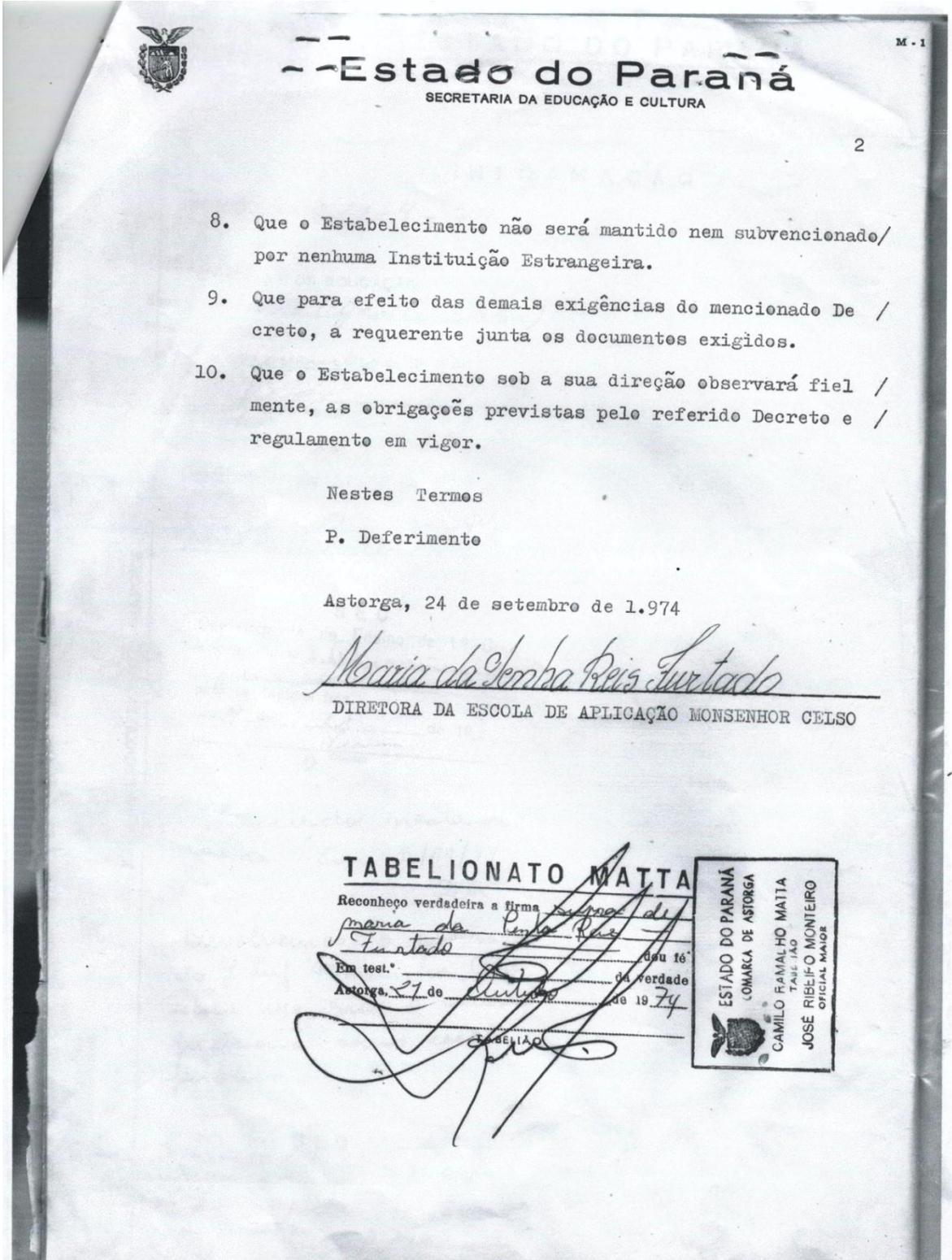
1. Que a Escola terá como diretora responsável a profes /
sora, MARIA DA PENHA REIS FURTADO, matrícula nº 35008/
Carteira de Identidade nº 889.005, nomeada diretora /
do referido Estabelecimento de acordo com a Resolu /
ção 877/74.
2. Que o Estabelecimento fica situado em ASTORGA, à AVE /
NIDA PRESIDENTE EPITÁCIO S/N, recebendo a denominação/
de "JARDIN DE INFÂNCIA MONSENHOR CELSO".
3. Que as disciplinas a serem ministradas bem como es /
programas serão oficial.
4. Que manterá o CURSO " PRÉ - PRIMÁRIO".
5. Que as aulas funcionarão no período de 8,00 às 12,00 /
e das 13,00 às 17,00 horas.
6. Que o período de férias será IDÊNTICO AS DEMAIS SÉRIES.
7. Que o número máximo de alunos em cada série será de /
vinte e cinco (25) alunos.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROTOCOLO GERAL
Nº 08689 /4-74

ASSUNTO: 27 Junho

D.E

ANEXO H PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DO JARDIM DE INFÂNCIA



ANEXO I DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE DA A.P.P.



Estado do Paraná
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

4

DECLARAÇÃO

Eu, JOSÉ BENÍCIO PEREIRA DA SILVA, abaixo assinado, eleito Presidente da A.P.P. (Associação de Pais e Professores) pelos membros constituintes declaro para os devidos fins que, a sala que funciona o Pré-Primário, foi construída pela A.P.P., no pátio da Escola de Aplicação "Monsenhor Celso", de Astorga e, inaugura da a 20 de março de 1.973.

A mesma consta com uma medida de 6m x 11m, num total de 66 m², incluindo o sanitário.

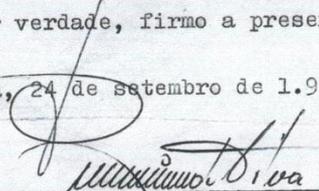
Para atender as necessidades de escolares que é em número de 60 funciona em dois períodos: das 8,00 às 12,00 e das 13,00 às 17,00 horas.

Até o presente momento temos os materiais essenciais para o funcionamento da mesma que são:

— 40 cadeirinhas, 7 mesinhas sendo 2 redondas, 1 quadrada e 4 retangulares; 1 quadro-negro; 9 armários de alunos sendo: 7 com 8 repartições e 2 com 4 repartições; 1 armário para guardar documentação; 1 escrivaninha; 2 banquinhos; vários materiais de uso pré-escolar conforme foto anexa; 2 cestos de lixo. Contando também com material didático e de limpeza.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Astorga, 24 de setembro de 1.974



José Benício Pereira da Silva
Presidente da A.P.P. "Monsenhor Celso"

TABELIONATO MATTA

Reconheço verdadeira a firma José Benício Pereira da Silva

Em test.º [assinatura] da verdade

ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE ASTORGA
O FOMALHO MATTA

ANEXO J FICHA DE AVALIAÇÃO DOS ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR

Ficha de avaliação

Conceto - Regular

Escola de Aplicação "Monsenhor Celsso"
Educação Pré - Escolar
Aluno Eliana Ap. Bussianine

1/3 Unidade de trabalho: A criança- A família- A escola- Pré-escolar
Duração da observação: 30 dias
Nov Iniciação às Ciências

Observar se a criança:

Percebe diferença de tamanho? sim

Está entendendo o conceito de conjunto e elemento? sim

Nota a diferença entre conjunto de 1 e de muitos elementos? sim

É capaz de fazer avaliações? não

Está compreendendo a condição de pertinência? não

Reconhece a quantidade um ou uma? sim

Desenha com facilidade o numeral um 1? não

Matéria: Iniciação às ciências.

Área: Ciências Físicas e Biológicas.

É capaz de nomear corretamente algumas partes do corpo? sim

Conhece a utilidade dos órgãos dos sentidos? não

Matéria: Integração social.

Área: Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica.

Sabe o nome dos pais e de outros membros da família? sim

Aprecia o amor e a proteção que recebe dos pais? sim

Percebe seu próprio desenvolvimento físico, social e intelectual não

Área- Saúde

Consegue manter-se limpa? sim

Mastiga bem os alimentos e consegue comer com a boca fechada? sim

Sabe usar sanitários convenientemente? sim

Coopera na ordem e limpeza da sala durante a realização de ativ. sim

Coma adequadamente sim

Sabe fazer higiene: escovar os dentes sim, lavar-se sim, pentear-se sim

ANEXO K FICHA DE AVALIAÇÃO DOS ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR

Aluna: Eliana Ap. Bressianini

Matéria: Comunicação e expressão - Área: artes plásticas

Avaliação da 1ª unidade de trabalho - duração: 30 dias.

Assunto: A criança - A família - A escola pré-escolar

Professoras a)
b)

Orientadora: rell.

Foi observado o seguinte:

Desenha com prazer? sim

Coordena os movimentos das mãos? não

Usa adequadamente a folha de desenho? não

Usa adequadamente pincéis? não

Manipula com facilidade massa de modelagem? sim

Área - Educação Física e recreação.

Imita movimentos de modo correto? sim

Sabe usar aparelhos de recreação? não

Sabe brincar? sim

Participa cooperativamente de exercícios? sim

Participa de jogos em conjunto? sim

Salta com um só pé? sim

Pula cordas? não

Participa dos brinquedos cantados? sim

Área - Educação musical.

Gosta de ouvir música? sim

Canta com os colegas? sim

Coordena bem os movimentos dos pés e das mãos? não

É capaz de repetir canções infantis próprias do jardim? não

Participa com alegria dos cantos escolares? sim

Conhece seu corpo e localiza com rapidez suas partes:

a cabeça? sim a cintura sim o joelho? sim o cotovelo sim

Área - Língua Portuguesa.

Procura comunicar-se com os colegas? sim

Fala de maneira a ser compreendida? sim

É capaz de dizer seu nome completo? sim

Consegue expressar pensamentos e emoções? sim

Compreende e transmite recados e avisos? regular

É capaz de cumprir ordens simples? sim

Aguarda sua vez de falar? sim Conversa bem (dialoga)? não

ANEXO L APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA NO COMITÊ DE ÉTICA

19/07/2016 Plataforma Brasil

Saúde

principal x sair

Maria Miduri Nodak Wanishi - Pesquisador 1 V3.0

Cadastros

Seu usuário expira em: 09:01:54

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: História e memória da Educação Infantil: um estudo sobre a escola de aplicação Monsenhor Celso - Astorga - 1971 a 1997
Pesquisador Responsável: Elaine Rodrigues
Área Temática:
Versão: 1
CAAE: 56156016.2.0000.0104
Submetido em: 16/05/2016
Instituição Proponente: CCH - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Comprovante de Receção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_672167

DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 1
 - Pendência Documental (PO) - Versão 1
 - Curriculo dos Assistentes
 - Documentos do Projeto
 - Comprovante de Receção - Submissã
 - Folha de Rosto - Submissão 2
 - Informações Básicas do Projeto - Subm
 - Projeto Detalhado / Brochura Investigad
 - TCLE / Termos de Assentimento / Justif
 - Apreciação 2 - Universidade Estadual de M
 - Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
-------------------	----------	---------	----------	-------

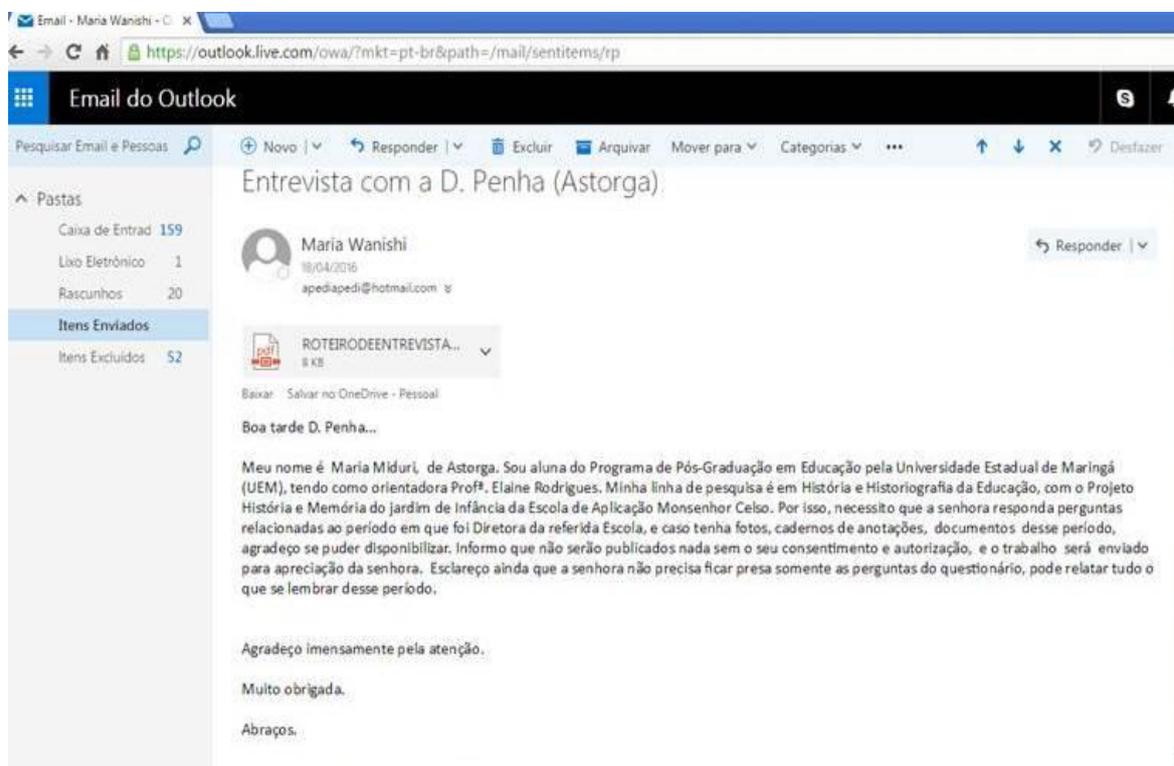
LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação *	Pesquisador Responsável *	Versão *	Submissão *	Modificação *	Situação *	Exclusiva do Centro Coord. *	Ações
PO	Elaine Rodrigues	1	16/05/2016	15/06/2016	Aprovado	Não	   

HISTÓRICO DE TRÂMITES

Apreciação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações
PO	15/06/2016 15:09:19	Parecer liberado	1	Coordenador	Universidade Estadual de Maringá	PESQUISADOR	
PO	15/06/2016 15:08:21	Parecer do colegiado emitido	1	Coordenador	Universidade Estadual de Maringá	Universidade Estadual de Maringá	
PO	31/05/2016 13:11:44	Parecer do relator emitido	1	Membro do CEP	Universidade Estadual de Maringá	Universidade Estadual de Maringá	
PO	24/05/2016 16:01:31	Aceitação de Elaboração de Relatoria	1	Membro do CEP	Universidade Estadual de Maringá	Universidade Estadual de Maringá	
PO	23/05/2016 15:33:07	Confirmação de Indicação de Relatoria	1	Coordenador	Universidade Estadual de Maringá	Universidade Estadual de Maringá	
PO	23/05/2016 11:47:02	Indicação de Relatoria	1	Secretária	Universidade Estadual de Maringá	Universidade Estadual de Maringá	
PO	17/05/2016 09:15:54	Aceitação do PP	1	Secretária	Universidade Estadual de Maringá	Universidade Estadual de Maringá	
PO	16/05/2016 17:26:24	Submetido para avaliação do CEP	1	Assistente da Pesquisa	PESQUISADOR	Universidade Estadual de Maringá	
PO	08/04/2016 10:07:42	Rejeição do PP	1	Secretária	Universidade Estadual de Maringá	PESQUISADOR	1-Anexar Folha de Rosto gerada pelo sistema, que Ver mais >>
PO	04/04/2016 17:54:55	Submetido para avaliação do CEP	1	Assistente da Pesquisa	PESQUISADOR	Universidade Estadual de Maringá	

ANEXO M CONTATO COM A DIRETORA DA ESCOLA DE APLICAÇÃO MONSENHOR CELSO – D. PENHA



ANEXO N CONTATO COM A ORIENTADORA DA ESCOLA DE APLICAÇÃO MONSENHOR CELSO D. DULCE

Escola Monsenhor Celso de Astorga (D. Dulce)



Maria Wanishi

31/05/2016

hotstuffcapastermicas@outlook.com



Responder



ROTEIRODEENTREVISTA...

8 KB

Baixar Salvar no OneDrive - Pessoal

Bom dia D. Dulce...

Conforme contato telefônico, sou Maria Miduri, de Astorga. Aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) sob a orientação da professora Dr^a Elaine Rodrigues. Minha linha de pesquisa situa-se no campo da História e Historiografia da Educação, com o Projeto História e Memória do jardim de infância da Escola de Aplicação Monsenhor Celso de Astorga, no período de 1971 a 1997. Necessito que a senhora responda as perguntas relacionadas ao período em que foi orientadora da referida escola. Caso tenha fotos, cadernos de planejamento, documentos desse período, agradeço se puder disponibilizar. Informo que não será nada publicado sem a devida autorização da senhora. Solicito se for possível, relatar tudo o que recordar desse período, não ficando presa somente as perguntas em anexo.

Agradeço imensamente pela atenção.

Muito obrigada.

Abraços.

Maria Miduri.